

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

CNPJ/MF nº 08.845.618/0001-64



1ª Distribuição Pública de Quotas Sêniores da 2ª Série e de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (a “Oferta”), totalizando:

Quotas Sêniores

R\$50.000.000,00

Classificação de Risco das Quotas Sêniores: Austin Rating A+

Código ISIN das Quotas Sêniores: BRSILVCTF022

A Oferta de Quotas Sêniores foi registrada na CVM, em 04 de Agosto de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/044.

Quotas Subordinadas Mezanino

R\$15.000.000,00

Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino: Austin Rating BBB+

Código ISIN das Quotas Subordinadas Mezanino: BRSILVCTF030

O pedido de registro das Quotas Subordinadas Mezanino foi protocolado perante a CVM em 28 de agosto de 2008. A Oferta de Quota Subordinadas Mezanino foi registrada na CVM, em 03 de Outubro de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/058.

Classificação na ANBID: FIDC

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM (o “Fundo”) é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006 (a “Instrução CVM 356”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado e destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos e títulos de crédito, ou todo e qualquer outro título representativo de crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário debêntures, notas promissórias comerciais ou todo e qualquer outro título representativo de crédito, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entres estes e seus respectivos Devedores (os “Direitos de Crédito”).

Serão objeto de distribuição pública pela Coordenadora (i) no mínimo 25 e no máximo 50.000 Quotas Sêniores da 2ª Série, em mercado de balcão com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da 2ª Subscrição de Quotas, perfazendo o valor total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (a “Oferta de Quotas Sêniores”); e (ii) no mínimo 25 e no máximo 15.000 Quotas Subordinadas Mezanino com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas, perfazendo o valor total de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (a “Oferta de Quotas Subordinadas Mezanino”, sendo denominada conjuntamente com a Oferta de Quotas Sêniores, as “Ofertas”). As Ofertas serão objeto de distribuição pública pela Coordenadora em mercado de balcão, por meio do SOMAFIX, da CETIP e do BOVESPAFIX.

O Fundo foi constituído por meio de Ato de Constituição celebrado pelo Administrador em 21 de maio de 2007 e seu regulamento (o “Regulamento”) e o respectivo ato de constituição foram registrados no 4º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, na mesma data, sob o nº 730080, e foi alterado em 08 de agosto de 2007, em 26 de setembro de 2007, em 22 de agosto de 2008 e em 02 de fevereiro de 2009, havendo tais alterações sido registradas perante o 4º Cartório de Títulos e Documentos respectivamente em 25 de julho de 2007 sob o nº 735975, em 27 de setembro de 2007 sob o nº 741493, em 27 de agosto de 2008 sob o nº 764653 e em 02 de fevereiro de 2009 sob o nº 768905. A Oferta de Quotas Sêniores está registrada na CVM sob o regime de registro automático desde, em 04 de Agosto de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/044. A Oferta de Quotas Subordinadas Mezanino está registrada na CVM desde, 03 de outubro de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/058 nos termos da Instrução da CVM 356. O Fundo é administrado pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º andares (parte).

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, que deverá ler a seção “Fatores de Risco”, conforme descrito nas páginas 41 a 46 deste Prospecto. Ainda que a administradora e a gestora mantenham um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (a “Carteira”), não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O Fundo não conta com garantia da sua administradora, da gestora do custodiante, da coordenadora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este Fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “hedge”, conforme o Capítulo IV do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o regulamento do Fundo, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no fundo, recomendamos ao investidor a leitura cuidadosa deste prospecto e do regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da carteira do Fundo, e das disposições deste prospecto e do regulamento que tratam dos fatores de risco. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

“A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.”

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços.”

Administradora e Coordenadora

Consultora de Crédito

Gestora



Custodiante

Assessores Legais

Agência de Rating

Auditor Independente



SOUZA, CESCON AVEDESIAN, BARRIEU E FLESCHE
Advogados



A Coordenadora desta emissão é BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A data deste Prospecto é 19 de março de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

<i>DEFINIÇÕES</i>	3
<i>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA COORDENADORA, DE CONSULTORES E AUDITORES</i>	10
<i>DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA COORDENADORA DO FUNDO</i>	11
<i>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</i>	11
<i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i>	13
OFERTA DE QUOTAS SENIORES	13
OFERTA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO	17
<i>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO</i>	21
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO	21
O FUNDO	22
BASE LEGAL	22
PÚBLICO ALVO	22
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	23
OBJETIVO DE INVESTIMENTO E METAS DE RENTABILIDADE	23
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
RAZÃO DE GARANTIA	26
DESEMPENHO PASSADO DO FUNDO	27
ALTERAÇÕES RECENTES AO REGULAMENTO DO FUNDO	27
<i>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS</i>	31
<i>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO</i>	34
FORMA E ESPÉCIE	34
EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES	35
EMISSÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS	36
PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO	36
EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	37
AMORTIZAÇÃO E RESGATE	38
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	39
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	39
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	39
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	39
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	39
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS	39
<i>FATORES DE RISCO</i>	41
RISCOS DE MERCADO	41
RISCOS DE CRÉDITO	42
RISCO DE LIQUIDEZ	42
RISCO OPERACIONAL	43
OUTROS RISCOS	45

<i>INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES, DEVEDORES OU COOBRIGADOS</i>	47
<i>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO</i>	48
EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	48
<i>ASSEMBLÉIA GERAL</i>	50
COMPETÊNCIA.....	50
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO.....	50
<i>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO</i>	52
<i>TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO</i>	53
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	53
TAXA DE CONSULTORIA.....	53
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO.....	53
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	54
IOF.....	54
IMPOSTO DE RENDA.....	55
<i>PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO</i>	57
GESTORA.....	57
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO.....	58
CONSULTORA E FIEL DEPOSITÁRIO.....	59
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	59
AUDITORIA.....	60
<i>INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	61
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	61
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	61
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	61
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO.....	63
CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	64
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	64
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	65
PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	65
INADIMPLEMENTO E PRÉ PAGAMENTOS DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	65
POLÍTICA DE COBRANÇA.....	68
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	68
GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO.....	68

ANEXOS

ANEXO	DOCUMENTO	PÁGINA
ANEXO I	REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO.....	71
ANEXO II	ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DOS QUOTISTAS REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2009....	143
ANEXO III	SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS QUOTAS SENIORES.....	223
ANEXO IV	SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO ÀS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO.....	229
ANEXO V	SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES, DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E DAS QUOTAS SUBORDINADAS JUNIOR.....	233
ANEXO VI	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DO FUNDO RELATIVAS AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007.....	243
ANEXO VII	RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DO FUNDO RELATIVAS AOS PERÍODOS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 30 DE JUNHO DE 2008.....	263
ANEXO VIII	CARTA DA AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. INFORMANDO A NÃO ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES E DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO EM FUNÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DELIBERADAS NA ASSEMBLÉIA GERAL DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009.....	277

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora	é a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agências de Classificação de Risco	é a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda,
Agente Escriurador	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Agentes de Recebimento	é o Banco Bradesco S.A..
Amortização Programada das Quotas Seniores	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série.
Amortização Programada das Quotas Subordinadas Mezanino	é a amortização parcial das Quotas Subordinadas Mezanino promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
Assembléia Geral	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento.
Ativos Financeiros	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido.
Auditor Independente	é a KPMG Auditores Independentes.
BACEN	é o Banco Central do Brasil.
BOVESPAFIX	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo.
CBLC	é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.
Cedentes	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Diretos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Termo de Cessão.
CETIP	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários
Condições de Cessão	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 11 do Regulamento.
Consultora	é a Silverado Serviços de Informações Cadastrais Ltda.
Conta do Fundo	é a conta corrente nº 1000703 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão na agência 001, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo

Contas de Recebimento	(i) é a conta-corrente nº 88456-1 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., agência nº 3391-0, bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas por estes, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo Contrato de Agente de Recebimento.
Contrato de Agente de Recebimento	são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada um dos Agentes de Recebimento.
Contrato de de Cessão	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão.
Contrato de Cobrança	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre a Administradora, o Custodiante e a Consultora.
Contrato de Consultoria	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e a Consultora.
Contrato de Custódia	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Escrituração	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Serviços de Classificação de Risco	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora.
Critérios de Elegibilidade	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 11 do Regulamento.
Custodiante	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários.
Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.

Data de Resgate das Quotas Seniores	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores conforme indicada no Suplemento da respectiva série.
Datas de Amortização das Quotas Seniores	são as datas das Amortizações Programadas das Quotas Seniores previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso.
Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas Mezanino	é a data da 1ª subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino	é a data em que se dará o resgate integral das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva série.
Datas de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino	são as datas das Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso.
Devedores	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito.
Dia Útil	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional.
Direitos de Crédito Elegíveis	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 11 do Regulamento.
Direitos de Crédito	são todos os direitos de crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.
Documentos Comprobatórios	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27, § 1º do Regulamento.
Documentos da Operação	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Agente de Recebimento.
Duration	é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante do parágrafo 2º do Artigo 8º do Regulamento;

Encargos do Fundo	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 do Regulamento.
Eventos de Avaliação	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 53 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembléia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento.
Fundo	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum.
Gestora	é a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.
IGP-M	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instituições Autorizadas	<p>São as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN-AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; • Banco Santander Banespa S.A.; • Banco BNP Paribas Brasil S.A.; • ING Bank N.V. S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú S.A.; • Banco Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; e • Banco Votorantim S.A. <p>Para efeitos deste Prospecto, o termo "afiliada" significa, em relação a uma determinada pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, diretas ou indiretas, que direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa.</p>
Instrução CVM 209	é a Instrução nº 209 da CVM, de 25 de março de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 356	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM 391	é a Instrução nº 391 da CVM, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 400	é a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	é a Instrução nº 409 da CVM, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Investidores Qualificados	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios.
Meta de Rentabilidade Prioritária	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores e/ou classe de Quotas Subordinadas Mezanino estabelecidas nos respectivos Suplementos, de acordo com o Regulamento.
Obrigações do Fundo	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, à remuneração e amortização, e ao resgate das Quotas.
Patrimônio Líquido	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XX do Regulamento e às provisões referidas no Capítulo XVIII do Regulamento.
Periódico	é o jornal Valor Econômico.
Política de Cobrança	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito descrita no Anexo V do Regulamento.
Quotas	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas.
Quotas Seniores	são as quotas da classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.
Quotas Seniores em Circulação	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria.
Quotas Subordinadas	são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Subordinadas Junior, consideradas em conjunto.
Quotas Subordinadas Mezanino	são as Quotas Subordinadas Mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais emissões.
Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria.
Quotas Subordinadas Junior	são as Quotas Subordinadas Junior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais emissões.
Quotas Subordinadas Junior em Circulação	é a totalidade das Quotas Subordinadas Junior emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Junior resgatadas.
Quotistas	são os titulares das Quotas.
Razão de Garantia	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do patrimônio do Fundo e a parcela do patrimônio líquido do Fundo equivalente às Quotas Seniores.

Regulamento	é o Regulamento do Fundo.
Resgate Antecipado	é o resgate antecipado das Quotas promovido pelo Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 31 do Regulamento.
Resolução CMN 2.907	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001.
SELIC	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SOMAFIX	é o sistema eletrônico administrado pela BOVESPA para negociação e registro de títulos e valores mobiliários de renda fixa privada no Mercado de Balcão Organizado.
Suplemento	é o Suplemento de cada série de Quotas Seniores ou da classe de Quotas Subordinadas Mezanino, elaborado na forma estabelecida no Regulamento, indicando as seguintes informações relativas à série ou à classe à qual se refere: (i) quantidade de Quotas, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária, e (vii) Número mínimo de Quotas a serem emitidas/distribuídas.
Taxa de Administração	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 do Regulamento.
Taxa de Consultoria	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 do Regulamento.
Taxa DI	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores.</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso.</p>
Taxa Mínima de Retorno	é a taxa mínima de juros a ser considerada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante do Parágrafo 4º do Artigo 4 do Regulamento;

Termo de Adesão ao Regulamento	é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do Regulamento.
Títulos de Crédito	são todo e qualquer outro título representativo de crédito, incluindo, mas não se limitando a duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures e notas promissórias comerciais.
Valor Unitário de Emissão	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas Mezanino, na Data de sua 1ª Subscrição de Quotas da respectiva classe.
Valor Unitário de Referência	significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores de cada série de Quotas Seniores ou da Classe de Quotas Subordinadas Mezanino, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para a série ou classe de Quotas em questão em seu respectivo Suplemento. sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas em questão.

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA COORDENADORA, DE
CONSULTORES E AUDITORES**

Administradora e Coordenadora da Colocação das Quotas	Consultora
BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Srta. Carla Lopes Av. Presidente Wilson 231, 11º, 13º e 17º andares (parte), Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 3974-4618 Fac-símile: (21) 3974-4501 E-mail: fidc@bnymellon.com.br Internet: www.bnymellon.com.br	Silverado Serviços de Informações Cadastrais Ltda. At.: Sr. Manoel Teixeira de Carvalho Neto Av. Vereador José Diniz, nº 3725, conj. 51, São Paulo - SP Telefone: (11) 5096-8190 Fac-símile: (11) 5542-4302 E-mail: infocad@silverado.net
Gestora	Custodiante e Agente Escriturador
BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. At.: Sergio Lima Av. Borges de Medeiros, nº 633, sala 401, 402 e 403 Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 2510-9900 Fac-símile: (21) 2510-9901 Email: fidc@bnymellon.com.br Internet: www.bnymellon.com.br	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão At.: Sr. Reginaldo Moraes da Cruz e/ou Sr. Mário Sérgio Ruoco Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares, São Paulo - SP Telefone: (11) 2113-5477 / 2113-5370 Fac-símile: (11) 2113-5170 E-mail: reginaldo.cruz@db.com / mario.ruoco@db.com Internet: www.deutsche-bank.com.br
Consultores Legais	Auditores Independentes
Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados At: Sr. Joaquim Oliveira Rua Funchal, 418, 11º andar, São Paulo - SP Tel: (11) 3089-6500 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: scbf@scbf.com.br Internet: www.scbf.com.br	KPMG Auditores Independentes At.: Sr. Bruno Gomes Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 Fone: (11) 2183.3000 Fax: (11) 2183.3001 E-mail: brodrigues@kpmg.com.br
Agência de Rating	
Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. At.: Sr. Decio Baptista Santos Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar São Paulo - SP Telefone: (11) 3377-0707 Fac-símile: (11) 3377-0739 E-mail: decio@austin.com.br Internet: www.austin.com.br	

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA COORDENADORA DO FUNDO

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, declara, na condição de Administradora e de Coordenador da Oferta que: (i) o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas do Fundo; e (ii) é que é responsável para que as informações prestadas sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes por ocasião do registro da Oferta, constantes do presente Prospecto e fornecidas ao mercado durante a oferta, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400.

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 11 (onze) fundos de investimento em direitos creditórios que são custodiados pelo Custodiante, sendo que a contratação e remuneração paga ao Custodiante, exclusivamente pela prestação dos serviços de custódia, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo. A remuneração decorrente destas contratações varia de 0,025% a.a. (vinte e cinco milésimos ao ano) do patrimônio líquido do fundo a 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos ao ano) do patrimônio líquido do fundo por ano, sujeito a mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e um máximo mensal de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) sujeitos às características específicas de cada carteira de recebíveis.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto, identificamos a existência de outros fundos administrados pela Instituição Administradora que contam com a prestação de serviços da Gestora. Em todas estas relações a remuneração dos citados prestadores de serviços está contida nas taxas de administração e/ou performance, estando, portanto, limitadas ao valor destas. Tais contratações vigem, em regra, pelo prazo de duração dos respectivos fundos de investimento.

Relação entre a Administradora e a Consultora

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Consultora não possuíam relacionamento societário ou mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, porém estudavam a possibilidade de contratação da Consultora para atuar como consultora de crédito de outros dois fundos atualmente em fase de constituição e que serão administrados pela Administradora. Os honorários da Consultora pelos serviços por ela prestados ao Fundo encontram-se estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito celebrado entre a Consultora e o Fundo, representado pela Administradora e são independentes de quaisquer outros relacionamentos entre elas mantido.

Caso a Administradora venha a contratar a Consultora para atuar como consultora de crédito de tais fundos, tais novos relacionamentos serão objeto de contratos específicos a serem celebrados entre a Consultora e tais fundos, representados pela Administradora, sendo as responsabilidades e remuneração da Consultora estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo, sendo, portanto, independentes do relacionamento mantido entre a Consultora e a Administradora em função do presente Fundo.

Relação entre a Administradora e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, o Administrador encontra-se responsável pela administração de aproximadamente 800 (oitocentos) fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

Os honorários para a auditoria do Fundo foram aprovados pelo Administrador no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Com base nas propostas de auditoria aprovadas pelo Administrador até a data deste Prospecto, para todos os fundos de investimento por ele administrados e auditados pelos Auditores Independentes, o valor dos honorários de auditoria não superam o valor individual por fundo de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Além dos serviços de auditoria externa, o Administrador não contratou serviços dos Auditores Independentes relacionados aos fundos por ele administrados,. A política adotada pelo Administrador atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Relação entre a Administradora e a Agência de Rating

Na data deste Prospecto existiam 06 fundos de investimento em direitos Creditórios administrados pela Administradora que contavam com a prestação de serviços da Agência de Rating, sendo que a contratação e remuneração paga à Agência de Rating, exclusivamente pela prestação dos serviços classificação de risco, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este Sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.

Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Cedentes dos Direitos Creditórios	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Diretos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão.
Direitos de Crédito	são todos os direitos de crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.
Instituição Administradora	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Coordenadora	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29 .
Agência de Classificação de Risco	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

I. OFERTA DE QUOTAS SENIORES

Quantidade de Quotas Seniores da 2ª Série	50.000 Quotas Seniores.
Montante da Oferta	R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
Quantidade Mínima de Quotas Seniores da 2ª Série	25 Quotas.

Valor Mínimo de Investimento	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Emissão da 2ª Série de Quotas Seniores	28 de julho de 2008.
Datas de Amortização Programadas das Quotas Seniores da 2ª Série	As Quotas Senior serão amortizadas nas seguintes datas: (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 18º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 2ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 30 do 30º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 2ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 42º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 2ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 54º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 2ª Série, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.
Período de Carência da 2ª Série	Não há período de carência para o pagamento das Amortizações Programadas pelo Fundo.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 2ª Série	125% da Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Seniores da 2ª Série	A ⁺ .
Prazo de Distribuição das Quotas Seniores da 2ª Série	6 (seis) meses, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série. A Oferta de Quotas Seniores teve seu anúncio de início publicado originalmente publicado em 05 de agosto de 2008, havendo seu período de distribuição se iniciado em tal data. O período de distribuição das Quotas Seniores se encerrou em 1º de fevereiro de 2009.
Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 2ª Série	A Coordenadora realizará a distribuição pública das Quotas Seniores em mercado de balcão organizado, por meio do SOMAFIX, da CETIP e do BOVESPAFIX. A Oferta será conduzida pela Coordenadora, sob o regime de melhores esforços.
Negociação das Quotas Seniores da 2ª Série	As Quotas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.
Forma de Subscrição e Integralização das Quotas Seniores da 2ª Série	No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas Seniores subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Quotas Seniores da 2ª Série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

Aplicação dos Recursos pelo Fundo	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Público Alvo	Investidores Qualificados.
Publicações	As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta	<p>Em 04 de março 2009 a Administradora submeteu à CVM pedido de alteração da Oferta com vistas a contemplar alterações ao Regulamento do Fundo deliberadas em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 02 de fevereiro de 2009. Dentre as alterações ao Regulamento aprovadas na referida Assembléia Geral de Quotistas pode-se citar: (i) ratificação da alteração do endereço da Administradora do Fundo; (ii) alterações às definições de Direitos de Crédito e de Instituições Autorizadas constantes do Regulamento, bem como inclusão no Anexo I da definição de “Títulos de Crédito” constante do Artigo 2º do Regulamento; (iii) inclusão de previsão expressa no Regulamento, sobre a possibilidade das amortizações das Quotas serem realizadas com valores de principal; (iv) alteração das condições de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo constantes da letra “b” do parágrafo 1º do Artigo 11 do Regulamento; (v) substituição do Gestor do Fundo para o BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.; (vi) inclusão de nova matéria sujeita à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, em primeira convocação, pelos titulares de Quotas do Fundo que representem maioria das Quotas emitidas pelo Fundo, e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes, que consistiu na inclusão de nova alínea no parágrafo 2º do Artigo 62 do Regulamento; e (viii) inclusão de nova matéria sujeita à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior do Fundo em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes, que consistiu na inclusão de nova alínea no parágrafo 3º do Artigo 62 do Regulamento. Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.</p> <p>Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.</p> <p>A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.</p>

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso.

**Alterações ao Regulamento
do Fundo à Oferta de
Quotas Seniores ocorridos
em 22 de agosto de 2008**

Em 27 de agosto de 2008 a Administradora submeteu à CVM pedido de alteração da Oferta com vistas a (i) incluir a distribuição pública de Quotas Subordinadas Mezanino nos termos descritos neste Anúncio e (ii) contemplar alterar ao Regulamento do Fundo deliberados em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 22 de agosto de 2008. Face à alteração da Oferta, os Investidores que subscreveram Quotas da 2ª Série de Quotas Seniores anteriormente à presente data terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do “Anúncio de Início da 1ª Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino e de Alteração da 1ª Distribuição Pública de Quotas Sêniores da 2ª Série” para manifestar seu interesse em manter a subscrição de Quotas por eles realizada anteriormente à data da referida publicação, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio. Para mais informações a respeito veja a seção “Características do Fundo – Alterações Recentes ao Regulamento do Fundo” deste Prospecto.

**Cronograma das
Etapas da Oferta das
Quotas Seniores da
2ª Série**

A Oferta das Quotas Seniores da 2ª Série seguirá o cronograma tentativo abaixo:

EVENTO	DATAS INDICATIVAS*
Protocolo do pedido de registro na CVM	21/07/2008
Disponibilização do Prospecto	28/07/2008
Registro da Emissão na CVM	04/08/2008
Publicação do Anúncio de Início	05/08/2008
Pedido de Alteração da Oferta	28/08/2008
Publicação do Aviso de Alteração da Oferta	15/09/2008
Final do Prazo de Distribuição	01/02/2009
Publicação do Anúncio de encerramento da Oferta	01/02/2009

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e antecipações. No momento o Fundo está aguardando a manifestação da CVM quanto ao pedido de prorrogação do prazo de distribuição das Quotas Seniores da 2ª Série.

**Data de Início e
Término da Oferta
das Quotas Seniores
da 2ª Série**

A Oferta de Quotas Seniores teve seu anúncio de início publicado originalmente em 05 de agosto de 2008, havendo seu período de distribuição se iniciado em tal data. A publicação do Anúncio de Encerramento deveria ter ocorrido até 1º de fevereiro de 2009, mas ainda não o foi devido ao fato de que pedido de prorrogação de prazo de distribuição ainda está sob análise da CVM. Os investidores não poderão aceitar a Oferta Quotas Seniores e subscrevê-las junto ao Administrador até a manifestação da CVM sobre tal pedido de prorrogação de prazo de distribuição.

Findo o período de distribuição, deverá ser publicado Anúncio de Encerramento da Oferta.

I. OFERTA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	15.000 Quotas.
Montante da Oferta	R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
Quantidade Mínima de Quotas Subordinadas Mezanino	25 Quotas.
Valor Mínimo de Investimento	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino	28 de agosto de 2008.

Datas de Amortização Programadas das Quotas Subordinadas Mezanino

As Quotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas nas seguintes datas: (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 18º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 05 do 30º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 42º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 54º mês a contar da Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente. A realização de cada um dos pagamentos das Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino está condicionada à manutenção da Razão de Garantia após a realização dos referidos pagamentos e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Período de Carência das Quotas Subordinadas Mezanino

Não há período de carência para o pagamento das Amortizações Programadas pelo Fundo.

Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino

170% da Taxa DI.

Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino

BBB⁺.

Prazo de Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino

6 (seis) meses, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

Procedimento de Distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino

A Coordenadora realizará a distribuição pública das Quotas Subordinadas Mezanino em mercado de balcão organizado, por meio do SOMAFIX, da CETIP e do BOVESPAFIX. A Oferta será conduzida pela Coordenadora, sob o regime de melhores esforços.

Negociação das Quotas Subordinadas Mezanino

As Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Forma de Subscrição e Integralização das Quotas Subordinadas Mezanino

No ato de subscrição das Quotas Subordinadas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas Subordinadas Mezanino subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

Aplicação dos Recursos pelo Fundo	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Subordinadas Mezanino serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Público Alvo	Investidores Qualificados.
Publicações	As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta das Quotas Subordinadas Mezanino	<p>Em 04 de março de 2009 a Administradora submeteu à CVM pedido de alteração da Oferta com vistas a contemplar alterações ao Regulamento do Fundo deliberadas em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 02 de fevereiro de 2009. Dentre as alterações ao Regulamento aprovadas na referida Assembléia Geral de Quotistas pode-se citar: (i) ratificação da alteração do endereço da Administradora do Fundo; (ii) alterações às definições de Direitos de Crédito e de Instituições Autorizadas constantes do Regulamento, bem como inclusão no Anexo I da definição de “Títulos de Crédito” constante do Artigo 2º do Regulamento; (iii) inclusão de previsão expressa no Regulamento, sobre a possibilidade das amortizações das Quotas serem realizadas com valores de principal; (iv) alteração das condições de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo constantes da letra “b” do parágrafo 1º do Artigo 11 do Regulamento; (v) substituição do Gestor do Fundo para o BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.; (vii) inclusão de nova matéria sujeita à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, em primeira convocação, pelos titulares de Quotas do Fundo que representem maioria das Quotas emitidas pelo Fundo, e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes, que consistiu na inclusão de nova alínea no parágrafo 2º do Artigo 62 do Regulamento; e (viii) inclusão de nova matéria sujeita à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior do Fundo em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes, que consistiu na inclusão de nova alínea no parágrafo 3º do Artigo 62 do Regulamento.</p> <p>Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.</p> <p>A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.</p> <p>Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.</p> <p>Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso.</p>

**Cronograma das Etapas
da Oferta das Quotas
Subordinadas Mezanino**

A Oferta das Quotas Subordinadas Mezanino seguirá o cronograma tentativo abaixo:

EVENTO	DATAS INDICATIVAS*
Protocolo do pedido de registro na CVM	29/08/2008
Disponibilização do Prospecto	29/08/2008
Registro da Emissão na CVM	03/10/2008
Publicação do Anúncio de Início	07/10/2008
Final do Prazo de Distribuição	04/04/2009
Publicação do Anúncio de encerramento da Oferta	04/04/2009

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e antecipações.

A partir da data de publicação do Anúncio de Início e enquanto não tiver sido publicado o Anúncio de Encerramento, o que deve ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da publicação do Anúncio de Início, os investidores poderão aceitar a Oferta Quotas Subordinadas Mezanino e subscrevê-las junto ao Administrador.

**Data de Início e Término
da Oferta das Quotas
Subordinadas Mezanino**

A presente Emissão somente terá início após (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início, que deverá ocorrer imediatamente após a data da concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores. A colocação das Quotas Subordinadas Mezanino deverá ser efetuada em até seis meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino, em 07 de outubro de 2008.

Findo o período de distribuição, deverá ser publicado Anúncio de Encerramento da Oferta.

Mais Informações

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora ou da Coordenadora da Oferta, ou seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados abaixo:

Administradora e Coordenadora:

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º andares (parte), Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3974-4518
Fac-símile: (21) 3974-4501
www.bnymellon.com.br

Gestora:

BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.
Av. Borges de Medeiros, nº 633, salas 401, 402 e 403, Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2510-9900
Fac-símile: (21) 2510-9901
www.bnymellon.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, Rio de Janeiro, RJ
ou
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo - SP
www.cvm.gov.br

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

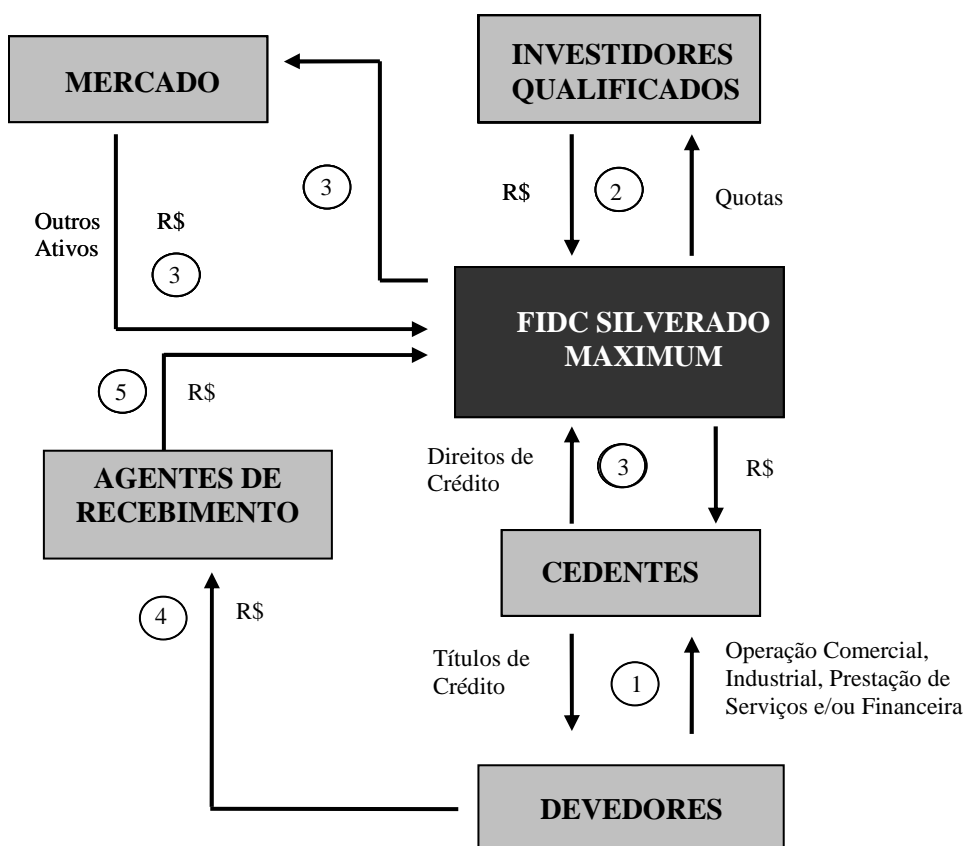
O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora e Coordenadora e da CVM.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, constante do Anexo I ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento.

FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO



1. As operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços entre Cedentes e Devedores constituem Direitos de Créditos lastreados em Títulos de Crédito.
2. O Fundo capta recursos mediante a emissão de Quotas, as quais são adquiridas e integralizadas pelos Investidores Qualificados.
3. O Fundo utiliza os recursos recebidos conforme o item 2 para adquirir Direitos de Crédito dos Cedentes e outros Ativos Financeiros.
4. No vencimento dos Títulos de Crédito, os Devedores efetuam o pagamento dos valores relativos aos Direitos de Crédito junto aos Agentes de Recebimento.
5. Os Agentes de Recebimento repassam ao Fundo os valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

O FUNDO

O Fundo está constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino somente poderão ser resgatadas (i) nas respectivas Datas de Resgate de cada série de Quotas Seniores ou classe de Quotas Subordinadas Mezanino, (ii) por deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, nos termos do Artigo 54, Parágrafo 3º do Regulamento, ou (ii) em virtude de sua liquidação antecipada, nos termos do Regulamento. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino podem ainda ser objeto de amortizações programadas nos termos de seus respectivos Suplementos, sendo que a realização de pagamentos das Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino está condicionada à manutenção da Razão de Garantia do Fundo após a realização dos referidos pagamentos e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

O prazo de duração do Fundo será indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto no Capítulo XIX do Regulamento.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2007, sob o nº 730080 e foi alterado em 08 de agosto de 2007, em 26 de setembro de 2007, em 22 de agosto de 2008 e em 02 de fevereiro de 2009, havendo tais alterações sido registradas perante o 4º Cartório de Títulos e Documentos respectivamente em 25 de julho de 2007 sob o nº 735975, em 27 de setembro de 2007 sob o nº 741493, em 27 de agosto de 2008 sob o nº 764653 e 02 de fevereiro de 2009 sob o nº 768905.

O Fundo caracteriza-se por ser multisetorial, com “multi-cedentes” e “multi-sacados”, estando o Fundo habilitado a adquirir Direitos de Crédito de diferentes Devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados preponderantemente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão previamente selecionados pela Consultora, mediante (i) a análise da capacidade econômica e financeira das Cedentes e dos Devedores e (ii) a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito as condições de cessão e aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento. Após a seleção e pré-verificação dos Direitos de Crédito pela Consultora, a Custodiante realizará a efetiva verificação do enquadramento do Direito de Crédito as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade previstos no Capítulo V do Regulamento.

A Consultora possui departamento técnico responsável pela análise, seleção e avaliação de crédito e compra de recebíveis.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo têm como Devedores empresas de diversos setores de atuação, sem concentração em um setor ou Devedor específicos, observados os limites de composição e diversificação da Carteira do Fundo descritos no Artigo 8º do Regulamento. O Fundo pode adquirir recebíveis com ou sem a co-obrigação dos Cedentes, independentemente da qualidade de crédito dos Devedores dos recebíveis.

As operações do Fundo não contam com nenhuma garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356, conforme alterada.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme definido na Instrução CVM 409.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecidas no Regulamento.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO E METAS DE RENTABILIDADE

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento.

Cada série de Quotas Seniores e a Classe de Quotas Subordinadas Mezanino têm características específicas, inclusive com relação à Meta de Rentabilidade, data de resgate, datas de amortizações programadas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores.

As Metas de Rentabilidade das Quotas da 1ª e da 2ª Série de Quotas Seniores do Fundo são respectivamente 130% e 125% da Taxa DI. A Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinadas Mezanino é de 170% da Taxa DI. As Quotas Subordinadas Junior não têm Meta de Rentabilidade definida.

Até a data do presente Prospecto o Fundo havia atingido a totalidade das Metas de Rentabilidade das Quotas por ele emitidas. Para mais informações sobre o desempenho financeiro do Fundo veja a seção “Características do Fundo - Desempenho Passado do Fundo” deste Prospecto. A rentabilidade obtida no passado pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto nos Capítulos IV e V do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis (em especial o previsto no Artigo 40, §9º, incisos I e II da Instrução CVM 356).

O Fundo é voltado preponderantemente à aplicação em Direitos de Crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos de Crédito (a “Alocação Mínima”).

O total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, poderá representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, observados os termos estabelecidos no Regulamento.

Adicionalmente, o total de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, poderá representar até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, e o total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Fundo poderá realizar, ainda, operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos no Artigo 8º do Regulamento poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, nas seguintes hipóteses:

- (a) em relação a Devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brAA” emitida pela Standard & Poor’s Service Ratings, ou equivalente emitida por agência de classificação de risco de reconhecida reputação, hipótese em que: (i) o total de emissão de tal Devedor poderá representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) o total de emissão do controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor); e
- (b) desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) a *Duration* dos títulos de emissão das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iii) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na somatória dos limites a que se refere o item “i” acima, as operações relativas às pessoas mencionadas no item “a” acima.

$$D = \frac{(C_1 \times d_1) + (C_2 \times d_2) + (C_n \times d_n)}{C_1 + C_2 + C_n}$$

Sendo:

$D = Duration$

C = Valor presente do título de crédito na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição.

d = número de dias para o vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

Uma vez adquiridos os Direitos Creditórios o Fundo não admite a renegociação e/ou refinanciamento dos mesmos, exceção feita à hipótese de renegociação decorrente de inadimplemento dos Direitos Creditórios, realizada nos termos da Política de Cobrança do Fundo, estabelecida no Anexo V do Regulamento. Considera-se renegociação e/ou refinanciamento alterações nas condições dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, incluindo, mas não se limitando a alterações do cronograma de pagamento dos mesmos, ou modificação de taxa de desconto considerada no cálculo do preço de aquisição dos Direitos de Crédito. A renegociação ou refinanciamento poderá contar com a participação do Cedente caso o Direito de Crédito tenha sido adquirido com coobrigação deste, hipótese em que a Consultora poderá, em nome do Fundo, exigir do Cedente o pagamento e o cumprimento dos termos da eventual renegociação ou refinanciamento.

Sem prejuízo do estabelecido acima, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus devedores, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Não será admitida a concessão de descontos para pré-pagamento de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Direitos de Crédito quando de sua aquisição. Na hipótese de aquisição de um Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pré-pagamento, a Consultora será responsável pelas tratativas com o respectivo Devedor do Direito de Crédito em questão para a definição da data de pré-pagamento e do montante a ser recebido pelo Fundo. Os montantes que eventualmente venham a ser objeto de pré-pagamento serão recebidos pelo Custodiante em nome do Fundo.

Quanto à possibilidade de pré-pagamento voluntária de Direitos Creditórios pelos Devedores, observa-se que, embora tal evento seja possível em relação à maioria dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, em decorrência da natureza dos mesmos, o Fundo não entende que os pré-pagamentos ocorridos até a data deste Prospecto não representam montante significativo. Observa-se que parcela preponderante dos Direitos Creditórios adquiridos refere-se a operações de curto prazo cujos títulos têm valor de face definido, sem previsão de cobrança de juros (i.e. duplicatas, cheques pré-datados, créditos oriundos de relações comerciais ou de prestação de serviço já performadas), não havendo, em linhas gerais, vantagens para os Devedores em procederem ao pré-pagamento. Assim, o Fundo entende não haver risco de amortização ou liquidação antecipada dos Direitos Creditórios que possam afetar de modo relevante o Fundo e seu fluxo de pagamentos, entendimento esse que vem sendo confirmado pelos dados verificados nas operações do Fundo.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo poderá realizar investimentos, com a parcela do Patrimônio Líquido não alocada em Direitos de Crédito, em: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (iii) títulos de emissão do BACEN; (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “ii” e “iii” acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e (v) certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto quotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), nos termos do § 2º do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá alocar no máximo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nos itens “ii” e “iii” acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais títulos. Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas, o percentual máximos ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas quotas emitidas.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os Direitos de Crédito e os demais Ativos Financeiros da Carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

O Fundo poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade “com garantia”, em mercados administrados por bolsas de mercadorias e futuros e no de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no Capítulo VII do Regulamento. **Antes de adquirir Quotas do Fundo, o investidor deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.**

As aplicações nas Quotas Subordinadas Mezanino não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVIII do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Devedores, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 48 do Regulamento.

RAZÃO DE GARANTIA

O Fundo contará com Razão de Garantia correspondente à relação entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor do patrimônio equivalente às Quotas Seniores, a ser expressa em valores percentuais (a “Razão de Garantia”). O patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no mínimo 125% (cento e vinte e cinco por cento) do patrimônio representado pelas Quotas Seniores (a “Relação Mínima”). Ou seja, a parcela do patrimônio do Fundo equivalente às das Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior (as “Quotas Subordinadas”) deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco) do patrimônio do Fundo equivalente às Quotas Seniores, observado o período de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo. A diferença entre o patrimônio do fundo e o patrimônio das Quotas Seniores será representada por Quotas Subordinadas. As Quotas Subordinadas Mezanino serão computadas conjuntamente com as Quotas Subordinadas Junior para efeitos do cálculo da Razão de Garantia.

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do patrimônio representado pelas Quotas Seniores, por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- (i) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior; e
- (ii) Os Quotistas Subordinados deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso Os Quotistas Subordinados não realizem o aporte adicional de recursos, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo XX do Regulamento, para deliberar acerca do comprometimento das atividades do Fundo em razão de tal evento.

Caso a Razão de Garantia seja superior 125% (cento e vinte e cinco por cento) do patrimônio representado pelas Quotas Seniores a Administradora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a amortização parcial das Quotas Subordinadas Junior, do montante que exceder tal montante, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente; e
- (ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembléia Geral.

DESEMPENHO PASSADO DO FUNDO

O Fundo atingiu a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores por ele emitidas em todos os períodos de apuração desde a distribuição das mesmas. As tabelas a seguir apresentam a rentabilidade mensal das Quotas Senior e das Quotas Subordinadas Junior (anteriormente denominadas apenas Quotas Subordinadas) desde o início da subscrição de cada uma de tais classes, e a evolução do patrimônio de tais Quotas.

DATA	CDI (% A.M.)	QUOTAS SÊNIORES 1ª SÉRIE		QUOTAS SÊNIORES 2ª SÉRIE		QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO		QUOTAS SUBORDINADAS JUNIOR	
		RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI	RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI	RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI	RENTAB. (% A.M.)	% DA TAXA DI
31/01/2009	1,04	1,36	130	1,31	125	1,79	170	7,23	695,19
31/12/2008	1,11	1,45	130	1,39	125	1,89	170	3,26	293,69
30/11/2008	1,00	1,30	130	1,25	125	1,70	170	9,51	951,00
31/10/2008	1,17	1,53	130	1,47	125	1,56	170	2,85	243,59
30/09/2008	1,10	1,43	130	1,37	125	--	170	7,01	637,27
31/08/2008	1,01	1,32	130	1,09	125	--	170	2,94	291,09
31/07/2008	1,06	1,39	130	--	125	--	170	1,94	183,02
30/06/2008	0,95	1,23	130	--	125	--	170	10,36	1090,53
31/05/2008	0,87	1,13	130	--	125	--	170	6,11	702,30
30/04/2008	0,90	1,17	130	--	125	--	170	8,67	963,33
31/03/2008	0,84	1,09	130,12	--	--	--	--	4,71	563,16
29/02/2008	0,80	1,04	130,18	--	--	--	--	8,14	1.023,37
31/01/2008	0,92	1,20	130,16	--	--	--	--	-0,72	-78,13
31/12/2007	0,84	1,09	130,16	--	--	--	--	10,08	1.201,16
30/11/2007	0,84	1,09	130,14	--	--	--	--	3,88	462,04
31/10/2007	0,92	1,20	130,17	--	--	--	--	-4,40	-475,69
28/09/2007	0,80	1,04	130,15	--	--	--	--	7,43	927,16

ALTERAÇÕES RECENTES AO REGULAMENTO DO FUNDO

Em 22 de agosto de 2008 foi realizada Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, na qual os quotistas presentes deliberaram, por unanimidade dos votos presentes e sem quaisquer restrições:

- (i) Alterar as definições de Direitos de Crédito e de Documentos Comprobatórios constantes do Regulamento do Fundo para incluir direitos de crédito representados por Contratos de Compra e Venda, locação e/ou prestação de serviços decorrentes de operações realizadas nos segmentos, conforme contemplado pelo Artigo 2º, Parágrafo Único, e do Artigo 27, Parágrafo 1º do Regulamento, os quais passaram a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (ii) Alterar o Artigo 6º, Parágrafo Único do Regulamento do Fundo para excluir o limite mínimo de alocação de recursos em títulos de emissão do tesouro nacional e/ou do BACEN, o qual passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (iii) Excluir a referência ao termo “coobrigação” constante (A) do Artigo 8º, caput, alíneas “b” e “c” do Regulamento; e (B) do Artigo 8º, Parágrafo 2º, alínea “b” do do Regulamento. Face à presente deliberação (I) o Artigo 8º, caput, alíneas “b” e “c” do Regulamento passam a vigorar com as redações a seguir; e (II) o Artigo 8º, Parágrafo 2º, alínea “b” do Regulamento passou a vigorar com redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;

- (iv) Alterar o limite estabelecido no Artigo 8º, Parágrafo 1º do Regulamento para a contratação de operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, de modo a estabelecer que caso se trate de operações de aquisição ou alienação de Direitos de Crédito, em ambas hipóteses sem coobrigação, será permitida a contratação de operações no valor de até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em determinadas operações. Face à presente deliberação, o Artigo 8º, Parágrafo 1º do Regulamento passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (v) Alterar as hipóteses de extrapolação dos limites de concentração estabelecidos no Artigo 8º, Parágrafo 2º do Regulamento, o qual passou a vigorar com redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (vi) Alterar a redação Artigo 8º, Parágrafo 3º do Regulamento para estabelecer que o volume de coobrigação passível de assunção por um cedente em operações com o Fundo está limitado a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Face à presente deliberação o referido dispositivo passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (vii) Alterar o Artigo 11 do Regulamento de modo a: (i) transformar os Critérios de Elegibilidade estabelecidos nas alíneas “a” e “b” do referido Artigo em Condições de Cessão a serem verificadas pela Consultora; (ii) incluir a previsão de aprovação prévia da Consultora acerca do cumprimento das Condições de Cessão como novo Critério de Elegibilidade; (iii) alterar o Parágrafo 2º excluindo o seu conteúdo anterior e nele inserindo os Critérios de Elegibilidade; e (iv) alterar a redação do Critério de Elegibilidade estabelecido na antiga alínea “c” do Parágrafo Primeiro, ora transformado em alínea “a” do Parágrafo 2º de que modo que estabeleça que os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos a mais de 180 dias. Em face de tal alteração, o artigo 11 passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (viii) Alterar (A) o caput do Artigo 16 do Regulamento para contemplar a mudança da razão social da Administradora para BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., (B) o caput do Artigo 23 do Regulamento para contemplar a mudança da razão social da Gestora para BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda., e (C) o caput do Artigo 27 do Regulamento para contemplar a mudança do endereço da sede do Custodiante. Face à presente deliberação os referidos dispositivos passaram a vigorar com as redações constantes da consolidação do Regulamento anexo ao presente Prospecto;
- (ix) Alterar (A) o Artigo 31, Parágrafo 1º do Regulamento para incluir o “Número Mínimo de Quotas a serem Distribuídas”; (B) o Artigo 58, Alínea “e” e (C) Artigo 59, caput do Regulamento para esclarecer que a inclusão de Suplementos ao Regulamento elaborados nos termos do Anexo IV do Regulamento pode ser realizada por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de Assembléia Geral de Quotistas para tanto. Em virtude de tais alterações, mencionados artigos passam a vigorar com as redações constantes da consolidação do Regulamento anexo ao presente Prospecto;
- (x) Criar uma classe de Quotas Subordinadas Mezanino a qual será subordinada às Quotas Seniores e terá prioridade de reembolso em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, do estabelecimento de seus direitos, obrigações e condições para emissão, negociação, amortização e resgate.
- (xi) Renomear a antiga classe de Quotas Subordinadas para classe de Quotas Subordinadas Junior, estabelecer sua subordinação em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino, e criar a possibilidade de as Quotas Subordinadas Junior serem objeto de registro para negociação em mercado de balcão, organizado ou não.

- (xii) Face às deliberações descritas nos itens “x” e “xi” desta Ata, alterar o Artigo 32; alterar o Artigo 33; alterar o Artigo 34; alterar o Artigo 35, Parágrafo 1º; incluir o Artigo 37-A; alterar o Artigo 38; alterar o Artigo 39; alterar o Artigo 40 para criação dos Parágrafos 1º e 2º; alterar o Artigo 41; alterar o Artigo 42; alterar o Artigo 44, caput; alterar o Artigo 45; alterar o Artigo 47, alínea “d” e criar a alínea “e”; alterar o artigo 51, alínea “a”; alterar o Artigo 52, caput, Parágrafo 1º, 2º e 3º; e alterar o Artigo 55. Em virtude de tais alterações mencionados artigos passam a vigorar com as redações constantes da consolidação do Regulamento anexo ao presente Prospecto;
- (xiii) Alterar o Artigo 43 do Regulamento e criar o Parágrafo Único do mencionado artigo para estabelecer que em cada data de Amortização Programada de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder a Relação Mínima, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto. Em face de tal alteração, o Artigo 41 do Regulamento passou a vigorar com a redação constante da consolidação do Regulamento anexo ao presente Prospecto;
- (xiv) Alterar o Artigo 44, Parágrafo 1º, do Regulamento de modo a modificar a menção aos “titulares de Quotas Seniores”, uma vez que é correta a menção apenas aos “titulares de Quotas”. Em virtude de tal alteração, o artigo passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (xv) Alterar o Artigo 56 do Regulamento para detalhar os procedimentos a serem adotados em caso de liquidação do Fundo e necessidade de constituição de condomínio civil, passando mencionado Artigo a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (xvi) Alterar o Artigo 62, Parágrafo 2º, alínea “(iv)” do Regulamento, de modo a retificar a referência cruzada que constou erroneamente como sendo “Artigo 57”, sendo o correto “Artigo 58”. Em virtude de tal alteração, o artigo passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (xvii) Alterar o Regulamento para estabelecer que as seguintes matérias dependerão de aprovação dos titulares de Quotas Subordinadas Junior a ser tomada em Assembléia Geral realizada em separado das demais classes de Quotas: (i) aumento do número de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior que venha a ser estabelecido no Regulamento; (ii) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino subordinada à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente; e (iii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior, bem como qualquer aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino. Em virtude de tais alterações, fica criado o Parágrafo 3º do Artigo 62 que passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (xviii) Alterar o Regulamento para estabelecer que as seguintes matérias dependerão de aprovação dos titulares de Quotas Subordinadas Mezanino a ser tomada em Assembléia Geral realizada em separado das demais classes de Quotas: (i) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino com prioridade de amortização em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente; e (ii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Mezanino. Em virtude de tais alterações fica criado o Parágrafo 4º do Artigo 62 que passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;
- (xix) Alteração dos Fatores de Risco de modo a refletir os riscos das Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior, bem como a inclusão de novos Fatores de Risco relativos a tais classes de Quotas. De modo a contemplar tais modificações, foi alterado o Artigo 15, Parágrafo 1º, alínea “b” do Regulamento, bem como foram criados os Fatores de Riscos do Artigo 15, Parágrafo 3º, alíneas “e” e “f”, conforme as redações constantes do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto;

- (xx) Alterar o Anexo I do Regulamento, bem como o título do Capítulo V do Regulamento, de modo a compatibilizá-los com as deliberações relativas às matérias acima elencadas. Face à presente deliberação, referidos dispositivos passam a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto.
- (xxi) Consolidar o Regulamento com as alterações mencionadas, o qual passou a vigorar com a redação constante do Regulamento atualizado anexo ao presente Prospecto.

Adicionalmente, em 02 de fevereiro de 2009 foi realizada Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, na qual os quotistas presentes deliberaram, por unanimidade dos votos presentes e sem quaisquer restrições:

- (i) Ratificação da alteração do endereço da Administradora do Fundo para Av. Pres. Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. A alteração consistiu na modificação do *caput* do artigo 16 do Regulamento do Fundo que passou a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 16. O Fundo será administrado por BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (a “Administradora”).”
- (ii) Alteração da definição de Instituições Autorizadas para estabelecer que para efeitos deste Regulamento, o termo “afiliada” significa, em relação a uma determinada pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, diretas ou indiretas, que direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa. A relação de instituições financeiras contida na definição em questão não será alterada.
- (iii) Alteração da definição de Direitos de Crédito constante do parágrafo Único do Artigo 2º, bem como do Anexo I deste Regulamento para (i) tornar expresso que debêntures e notas promissórias comerciais encontram-se contidos dentre os títulos de crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, e (ii) para incluir o segmento financeiro dentre os segmentos de atividade econômica dos quais poderão decorrer os Direitos de Crédito. A alteração consistiu apenas na inclusão dos termos “debêntures e notas promissórias comerciais” e “financeiro”, passando a definição a vigorar com a seguinte redação: “Os direitos de crédito são individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures, notas promissórias comerciais ou todo e qualquer outro título representativo de crédito (os “Títulos de Crédito”), por contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores (os “Direitos de Crédito”).”
- (iv) Inclusão no Anexo I da definição de “Títulos de Crédito” constante do Artigo 2º do Regulamento.
- (v) Inclusão de previsão expressa no Regulamento, sobre a possibilidade das amortizações das quotas serem realizadas com valores de principal. A alteração consistiu na inclusão de novo parágrafo no Artigo 40 do Regulamento e de novo parágrafo no Artigo 43 do Regulamento, os quais passaram a vigorar com a seguinte redação, respectivamente: “As Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembléia Geral de quotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abranger rendimentos/juros” e “As amortizações de Quotas Subordinadas Junior poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembléia Geral de quotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros”.

- (vi) Alteração das condições de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo constantes da letra “b” do parágrafo 1º do Artigo 11 do Regulamento. A alteração consistiu apenas na inclusão do termo “financeiro”, passando a vigor com a seguinte redação: “os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.”
- (vii) Substituição do Gestor do Fundo para o BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda., passando o artigo 23 e a definição de "Gestora" constante do Anexo I do Regulamento a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 23 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros, nº 633, 401, 402 e 403, inscrita no CNPJ sob o nº 08.896.477/0001-09 (a “Gestora”), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.” "Anexo I (...).Gestora: é a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.
- (viii) Inclusão de nova matéria sujeita à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, em primeira convocação, pelos titulares de quotas do Fundo que representem maioria das Quotas emitidas pelo Fundo, e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes. A alteração consistiu na inclusão de nova alínea no parágrafo 2º do Artigo 62 do Regulamento, passando a vigor com a seguinte redação: “(vii) realização de Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino exclusivamente com valores de principal.”
- (ix) Inclusão de nova matéria sujeita à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das quotas subordinadas junior do Fundo em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das quotas subordinadas juniores dos presentes. A alteração consistiu na inclusão de nova alínea no parágrafo 3º do Artigo 62 do Regulamento, a qual passou a vigor com a seguinte redação: “(iv) realização de amortizações de Quotas Subordinadas Junior exclusivamente com valores de principal.”

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, os Cedentes comprometem-se a ceder ao Fundo Direitos de Crédito que atendam as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos Cedentes, em razão de sua titularidade.

Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas nos termos do Termo de Cessão compreende: (a) todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos; e (b) os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória, vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos.

O Fundo, por sua vez, compromete-se adquirir Direitos de Crédito dos Cedentes, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão, (ii) o objetivo e a política de investimentos do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito ofertados, e (iii) a discricionariedade da Administradora, de acordo com as orientações da Consultora.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Cedentes se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se, ainda, civil e criminalmente, pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Devedores contra os Cedentes, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

A aquisição dos Direitos Creditórios é realizada em caráter definitivo. Com a aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo tornar-se seu titular e paga aos Cedentes, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, na Data de Aquisição definida no Termo de Cessão, o preço apurado na forma descrita no item “Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito” deste Prospecto, em razão do que os Cedentes dão ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

Não obstante o caráter definitivo da cessão dos Direitos Creditórios, o Contrato de Cessão estabelece a obrigação de a Cedente adquirir do Fundo, em até um dia útil contado da solicitação deste a totalidade dos Direitos de Crédito Cedidos, por ele indicados, nas seguintes hipóteses:

- (i) questionamento por qualquer dos Devedores dos Direitos de Crédito em questão acerca da existência dos mesmos ou de qualquer vício, defeito, ou reclamação de qualquer outra natureza, no cumprimento pela Cedente de suas obrigações das quais decorram os Direitos de Crédito;
- (ii) prorrogação da data de vencimento dos Direitos de Crédito em questão sem a prévia e expressa anuência do Fundo;
- (iii) alteração ou o cancelamento, total ou parcial, por qualquer motivo, da venda de mercadorias ou da prestação dos serviços dos quais decorrem os Direitos de Crédito em questão;
- (iv) apresentação, pelo Devedor, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos de Crédito em questão, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade da Cedente;
- (v) recusa do Devedor em efetuar o pagamento do respectivo Direito Creditório em questão na sua respectiva data de vencimento, com base em alegação de caso fortuito e/ou força maior; e/ou
- (vi) não substituição do garantidor ou apresentação de outras garantias consideradas pelo Fundo como suficientes, nos termos e prazos estabelecidos no Contrato de Cessão.

Não há previsão de acréscimo, substituição ou remoção de Direitos de Crédito da carteira do Fundo.

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, o Custodiante prestará ao Fundo os serviços de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, incluindo os serviços de que trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e o Custodiante veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria e Escrituração

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria e Escrituração, o Custodiante prestará ao Fundo os serviços de controladoria e escrituração de Quotas. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e o Custodiante veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito, a Consultora prestará ao Fundo serviços de consultoria e assessoria para análise e seleção de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e a Consultora veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, o Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e o Auditor Independente veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Recebimento

Por meio de Contratos de Prestação de Serviço de Agente de Recebimento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá contratar Agentes de Recebimento para prestar, em caráter não discricionário, serviços de recebimento, conciliação e transferência de valores, compreendendo as seguintes obrigações: (a) receber a totalidade dos valores repassados pelos Cedentes nas Contas de Recebimento; (b) conciliar os valores depositados pelos Devedores e identificar os Direitos de Crédito que foram liquidados; e (c) repassar os valores dos Direitos de Crédito recebidos para o Fundo.

Até a data deste Prospecto, a Administradora havia firmado, por conta e ordem do Fundo, Contrato de Agente de Recebimento com o Banco Bradesco S.A.

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a Consultora prestará serviços de cobrança, judicial e extrajudicial, dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, cujos pagamentos não sejam efetuados pelos Devedores em favor do Fundo, nas respectivas datas de vencimentos.

A Consultora não é responsável, no entanto, pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V do Regulamento nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora e a Consultora veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

Contrato de Depósito

Por meio do Contrato de Depósito, o Custodiante foi contratado para atuar como depositários, dos originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no Artigo 627 do Código Civil Brasileiro.

Sem prejuízo de suas demais responsabilidades previstas no Contrato de Depósito, o Fundo, com a anuência do Custodiante contratou à Consultora a função de guarda física dos Documentos Comprobatórios, conforme permitido pelo Regulamento. Para informações acerca do relacionamento entre a Administradora, o Custodiante e a Consultora veja a seção “Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes” deste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas consistem em frações ideais representativas do patrimônio do Fundo. O Fundo possui três classes de Quotas, sendo uma classe de Quotas Seniores, uma classe de Quotas Subordinadas Mezanino e uma classe de Quotas Subordinadas Junior.

Quotas Seniores

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Capítulo XIII do Regulamento;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto as estabelecidas nos parágrafos 3º e 4º do Artigo 62 do Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto; e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Seniores.

Na data deste Prospecto o Fundo contava com duas séries de Quotas Seniores.

As Metas de Rentabilidade das Quotas da 1ª e da 2ª Série de Quotas Seniores do Fundo são respectivamente 130% e 125% da Taxa DI.

Quotas Subordinadas Mezanino

As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-A do Regulamento;

- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceção feitas às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino.

As Quotas Subordinadas Mezanino têm ainda como Meta de Rentabilidade Prioritária a acumulação de 170% das Taxas DI.

Quotas Subordinadas Junior

As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação;
- (c) admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (d) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Junior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 38 deste Regulamento;
- (e) direito de preferência na subscrição de novas Quotas Subordinadas Junior na proporção do número de Quotas Subordinadas Junior que possuem quando da emissão, observado o disposto no Parágrafo 5º do Artigo 38 do Regulamento;
- (f) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos, na forma do §1º do Artigo 31 do Regulamento; e
- a emissão de Quotas Seniores seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, corrigidas segundo a meta prioritária de rentabilidade ou o valor resultante da divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas Seniores, o que for menor.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E SUBORDINADAS JUNIOR

O Fundo poderá emitir duas classes de Quotas Subordinadas, que poderão ser subscritas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, podendo inclusive ser objeto de distribuição pública, sendo: (i) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino, e (ii) até 20.000 (vinte mil) Quotas Subordinadas Junior.

O número de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior pode ser aumentados mediante deliberação de titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes, realizada nos termos do Artigo 62 Parágrafo 3º do Regulamento.

A realização de ofertas públicas de Quotas Subordinadas Mezanino depende de registro perante a CVM, o qual deverá ser solicitado pela Administradora mediante instruções da Consultora.

O Fundo poderá criar novas classes de Quotas Subordinadas Mezanino, mediante a necessária alteração do Regulamento, sendo que (i) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ser subordinada à(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s), a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares de Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembléia Geral; e (ii) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ter prioridade de amortização e/ou resgate em relação à(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s), a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino que serão subordinadas em relação à nova classe de Quotas e das Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembléia Geral.

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

As Quotas do Fundo objeto de distribuição pública deverão ser distribuídas no prazo máximo de 6 (seis) meses corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da série ou classe a que pertençam, conforme o caso.

As Quotas Subordinadas Mezanino serão publicamente distribuídas até 04 de abril de 2009, seis meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Subordinadas Mezanino (07 de outubro de 2009).

As Quotas Seniores da 2ª Série foram publicamente distribuídas até 1º de fevereiro de 2009, seis meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da 2ª Série (5 de agosto de 2008). No entanto, o Fundo está aguardando a manifestação da CVM quanto ao pedido de prorrogação do prazo de distribuição das Quotas Seniores da 2ª Série.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37, 37-A e 38 do Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora.

Quotas Seniores

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, conforme calculado anteriormente, na respectiva Data de Amortização, ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa as Quotas Seniores. Não haverá relação mínima, em números percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação.

Quotas Subordinadas Mezanino

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na respectiva data de cálculo, ou o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino e durante o respectivo período de distribuição. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, conforme calculado anteriormente, na respectiva Data de Amortização, ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa as Quotas Subordinadas Mezanino. Não haverá relação mínima, em números percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos acima às Quotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Junior.

Quotas Subordinadas Junior

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Quotas Seniores de cada série, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas pelo Fundo na respectiva Data de Resgate estabelecida para cada Série em seus respectivos Suplementos, observado o previsto no Capítulo XIV do Regulamento.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores, bem como de Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino está condicionada à manutenção da Razão de Garantia estabelecida no Capítulo XIX do Regulamento e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de Quotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre os Quotistas Subordinados Mezanino, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data essa em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cálculo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível. O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se proceda ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.

As Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério da Administradora, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

É facultada a amortização programada e/ou a amortização parcial de Quotas Subordinadas Junior antes do resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, desde que após as referidas amortizações (i) seja mantida a Razão de Garantia, no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas Junior que exceder a Relação Mínima, e (ii) o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

Em cada data de Amortização Programada de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder a Relação Mínima, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

As amortizações de Quotas Subordinadas Junior poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 62 do Regulamento; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 do Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores; (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em suas respectivas Datas de Amortização e Datas de Resgate; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Junior na hipótese prevista no Artigo 43 e no Artigo 52 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37, o Artigo 37-A e 38 do Regulamento, conforme o caso.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e pela CBLC, conforme o caso, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, para os titulares de Quotas Seniores que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados, servindo o comprovante de depósito como recibo. Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no § 5º do Artigo 54 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

A ocorrência de feriado na cidade ou estado em que esteja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer pagamento devido aos Quotistas. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil, ou no primeiro dia útil da cidade ou estado de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão registradas para negociação no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas, cabendo exclusivamente aos eventuais intermediários na negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante, e na inexistência será precificada pela curva, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da 2ª Subscrição de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga, conforme orientação da Consultora, a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência: (a) pagamento dos Encargos do Fundo; (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento; (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica; (d) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino; e (e) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Quotista, na forma do parágrafo único, do Artigo 70, do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.

ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mails de atendimento ao Quotista abaixo indicados: BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

At.: Srta. Carla Lopes
Telefone: (21) 3974-4618
Fac-símile: (21) 3974-9501
Email: fidec@bnymellon.com.br
www.bnymellon.com.br

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante e a Consultora não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, da Coordenadora, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS DE MERCADO

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.

O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores.

Risco de Descasamento entre Taxas de atualização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em seus respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros

O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

RISCOS DE CRÉDITO

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito

Decorre da capacidade dos Devedores em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros

Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Liquidez para Negociação das Quotas em mercado Secundário

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Amortização e Resgate Condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

As Quotas Subordinadas Mezanino se Subordinam às Quotas Seniores e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate.

Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

As Quotas Subordinadas Junior se Subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate.

Os titulares das Quotas Subordinadas Junior devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Junior ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

RISCO OPERACIONAL

Falhas de Procedimento

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

Documentos Comprobatórios

O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios e pela verificação da regularidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios e nos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 28 do Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Por fim, os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos.

Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora dos Devedores. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Risco de Sistemas

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

OUTROS RISCOS

Risco de Instrumentos Derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de Descontinuidade

A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Quanto ao Risco dos Cedentes destaca-se:

- Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.
- A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XIX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.
- Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos e Custos de Cobrança

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Limitação de Gerenciamento de Riscos

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Risco Decorrente da Falta de Registro dos Termos de Cessão.

As vias originais de cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros, a operação registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário, a não realização do registro poderá dificultar a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário.

Inexistência de Garantia de Rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Consultora, pela Gestora, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Outros Riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES, DEVEDORES OU COOBRIGADOS

Por tratar-se de um fundo multisetorial e multicedentes, o Fundo não apresenta concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico. O Fundo apresenta grande pulverização em relação aos Cedentes, Devedores e Coobrigados estando obrigado a observar limites de concentração para cada um desses estabelecidos em seu Regulamento. Para informações acerca dos mencionados limites de concentração veja a Seção “Informações Sobre os Direitos de Crédito – Limites de Concentração” deste Regulamento.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá prazo indeterminado, mas poderá ser liquidado mediante um evento de liquidação, descrito abaixo.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 02 (dois) níveis a seguir da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (c) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade;
- (d) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria; e
- (e) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 2ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 2ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 2ª Subscrição de Quotas.

O Fundo não estará sujeito a liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Artigo 58 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral, ela será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembléia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembléia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no parágrafo acima determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII do Regulamento, a Administradora determinará ao Custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas-em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Os procedimentos descritos no §4º do Artigo 54 do Regulamento poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no §2º do Artigo 54 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Compete privativamente à Assembléia Geral:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos nos termos do Artigo 31, Parágrafo 1º do Regulamento;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Consultora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV do Regulamento.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira, convocação com a presença de. Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Na hipótese de a convocação de Assembléia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

As matérias submetidas à deliberação dos Quotistas deverão ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral, exceto com relação a: (i) alteração da remuneração da Administradora; (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI do Regulamento, respectivamente; (iii) alteração das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade; (iv) as matérias previstas no Artigo 58 e no Parágrafo 2º do Artigo 33 do Regulamento; (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento; (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e (vii) realização de Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino exclusivamente com valores de principal.

As seguintes matéria deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes: (i) aumento do número de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior estabelecidos no Artigo 32 deste Regulamento; (ii) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino subordinada à(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s); (iii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior, bem como qualquer aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino; e (iv) realização de amortizações de Quotas Subordinadas Junior exclusivamente com valores de principal.

As seguintes matéria deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Mezanino dos presentes: (i) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino com prioridade de amortização em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente; e (ii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Mezanino.

A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Além disso, somente investidores qualificados poderão adquirir as quotas do Fundo, conforme definidos pela Instrução CVM 409.

As Quotas serão registradas para negociação no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das Quotas. A integralização, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados documento de ordem de crédito – DOC, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Quotas do Fundo em Direitos de Crédito, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no parágrafo 5º, Artigo 48 do Regulamento.

O prazo para efetivação de Amortização Programada será aquele definido no Suplemento de cada série de Quotas. Se a Amortização Programada não cair em Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.

TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas no Regulamento, uma Taxa de Administração de 2 % (dois por cento ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) mensais.

A remuneração prevista acima será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração

A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 do Regulamento.

TAXA DE CONSULTORIA

Será devida à Consultora, a título de honorários pelas atividades estabelecidas no Regulamento, uma Taxa de Consultoria a ser deduzida da Taxa de Administração, nos termos acordados em documento celebrado entre a Administradora e a Consultora, a ser paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE QUOTAS SENIORES

CUSTO	% EM RELAÇÃO AO VALOR DA DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE (R\$)
Comissão de Colocação	0,00	0,00
Custos de Classificação de Risco	0,05	18.000,00
Assessoria Jurídica	0,12	50.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,00	2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,17	82.870,00
Custos com Cartório	0,00	1.000,00
Total	0,34	153.870,00

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

CUSTO	% EM RELAÇÃO AO VALOR DA DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE (R\$)
Comissão de Colocação	0,00	0,00
Custos de Classificação de Risco	0,12	18.000,00
Assessoria Jurídica	0,33	50.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,01	2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,55	82.870,00
Custos com Cartório	0,01	1.000,00
Total	1,03	153.870,00

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;

- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil³:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

ADMINISTRADORA, COORDENADORA E COLOCADORA DAS QUOTAS DO FUNDO

O Fundo será administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

A Administradora foi também contratada para exercer as atividades de coordenação e colocação das Quotas do Fundo, em regime de melhores esforços.

Breve Histórico

A Administradora é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, tendo sido autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório n.º 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

A Administradora presta serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados a ANBID e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 57 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Outubro 2007).

A Administradora tem na administração de fundos de investimento em direitos creditórios, um volume administrado próximo de R\$ 2 bilhões. Devido ao grande crescimento da demanda no mercado pelo produto, e a preocupação com a qualidade na prestação do serviço, a Administradora criou em 2005 uma gerência exclusiva para o produto, que já coordenou a constituição de mais de 30 FIDCs.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

Substituição

A Administradora poderá ser substituída através da sua renúncia, conforme previsto no Artigo 20 do Regulamento, ou por decisão da Assembléia Geral, devidamente convocada e reunida para este propósito.

GESTORA

Para a prestação dos serviços de gestão do Fundo foi contratada a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.

Breve Histórico

O BNY Mellon iniciou suas atividades de alocação de recursos no Brasil em Fevereiro de 2003 com uma divisão de negócios responsável por R\$ 30 milhões, distribuídos em quatro fundos exclusivos e três fundos condominiais para clientes com perfis de risco conservador, moderado e agressivo. O crescimento dos ativos e a mudança no ambiente regulatório brasileiro permitiram a ampliação dos canais de distribuição (inicialmente concentrado em clientes private) para clientes institucionais e a diversificação das estruturas de investimentos em fundos, FICs e ativos.

Em 2008, razões institucionais levaram o BNY Mellon à segregação completa dos negócios de gestão, administração e alocação de recursos no Brasil. Assim, a Gestora foi legalmente constituída para absorver os fundos de alocação, mantendo os recursos humanos e a estrutura física que já ocupava antes da segregação formal.

A Gestora é uma empresa do The Bank of New York Mellon Corporation voltada para a seleção de fundos de investimento e alocação de ativos para clientes private e institucionais. O total de ativos sob gestão em diversas estruturas de investimento soma cerca de R\$1 bilhão distribuído em 70 fundos, dentre fundos de investimentos, fundos de investimento em cotas de fundos multimercados e em cotas de fundos de ações, sendo estes abertos, exclusivos e restritos.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de administração da Carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Breve Histórico

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo, com ativos totais sob custódia no montante aproximado de EUR 1,2 trilhões.

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mes houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto - Gesellschaft AG". No decorrer da 2ª guerra, entretanto o Banco teve suspensa suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em 73 países para seus clientes em 1.717 filiais ou agencias e é uma das maiores instituições financeiras do mundo com avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fitch IBCA.

Os Serviços de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994. Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência .

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

CONSULTORA E FIEL DEPOSITÁRIO

Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos do Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, indicou a Consultora para exercer, (i) na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Títulos de Crédito, dos contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastreiam os Direitos de Crédito (os “Documentos Comprobatórios”); e (ii) a cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria, havendo a Consultora sido contratada pelo Fundo para tais serviços.

Breve Histórico

A Consultora atua desde 2001 na prestação de assessoria creditícia e cobrança exclusivamente para empresas do grupo Silverado, e é administrada pelo Sr. Manoel Carvalho, o qual se dedica exclusivamente à administração dos investimentos do Grupo Silverado, e que possui as seguintes qualificações e histórico profissional: Mestrado – MBA em 2001 pela Katz Graduate School of Business, University of Pittsburg, e graduado em 1978 pela Administração de Empresas pela FAAP Fundação Armando Alvares Penteado. Participação freqüente em cursos de curta duração em instituições de renome tais como INSEAD, AIF e CFA. Atua há 26 anos no mercado financeiro, havendo exercido as seguintes funções: (i) *Managing Director* do *Senior Corporate Bankers Group* do Banco BankBoston S.A., responsável pelo relacionamento global de 10 dos 80 maiores clientes corporativos do Banco no período de 1998 a 1999; (ii) *Managing Director* Large Corporate, responsável pelo relacionamento e prospecção de grandes clientes corporativos do Banco no período de 1997 a 1998; (iii) Diretor de Finanças Corporativas do Banco Rendimento S.A., responsável pelo desenvolvimento de produtos no mercado doméstico e internacional no período de 1995 a 1996; (iv) *Managing Director* do Banco Icatú S.A., responsável pela área corporativa e pelo desenvolvimento de produtos no mercado doméstico e internacional no período de 1992 a 1995; (v) *Senior Officer* da Área de Operações Estruturadas do Banco Chase Manhattan S.A., responsável por operações cambiais, de Hedge, Swap e de Export Notes; entre outros. É detentor de expertise na análise de risco de crédito, dedicando-se desde de 2001 à administração da Maximum Fomento Ltda. e a Silverado Maximum Desenvolvimento de Negócios Ltda., sociedades de sua propriedade que têm por principal atividade a realização de operações de *factoring*.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços descritos no parágrafo acima, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembléia Geral.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

Breve Histórico

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira, atuante desde 1986, tendo sido a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas melhores escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

Substituição

A Administradora pode contratar outra agência de classificação de risco, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, adquirir Direitos de Crédito, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes na data da cessão, que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Cedentes se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Mutuários contra os Cedentes, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Termo de Cessão. O Contrato de Cessão e cada respectivo Termo de Cessão são celebrados de forma irrevogável e irretratável. Para mais informações acerca dos Contratos de Cessão, dos Termos de Cessão e da forma como se operam as cessões, veja a Seção “Características do Fundo – Sumário dos Principais Contratos – Contrato de Cessão” deste Prospecto.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adotará taxas de desconto para o cálculo do preço de aquisição dos direitos de crédito em linha com as taxas adotadas pelo mercado para títulos com nível de risco similar àqueles a serem adquiridos. Por tratar-se de um fundo multicedentes o Fundo pode vir a adotar em uma mesma data diferentes taxas de cessão em função do Cedente ou dos Direitos de Crédito que esteja adquirindo.

O preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível a ser pago pelo Fundo aos Cedentes na respectiva Data de Aquisição será calculado de acordo com a fórmula a seguir, especificada nos respectivos Termos de Cessão. Adicionalmente, o preço de aquisição de cada Direito de Crédito deve ser calculado de modo a propiciar ao Fundo, no mínimo, a Taxa Mínima de Retorno equivalente a 1,7 vezes a Taxa DI.

$$PCi = \frac{VNi}{Fator_{ce}}$$

onde:

Pci = Preço de cessão do Crédito “i”

Vni = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão

Fator_{CE} = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left\{ 1 + \left[\left(\frac{TaxaDI}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 1,75 \right\}^{Dui}$$

Taxa DI = Taxa DI, conforme definida no Regulamento, referente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição

Dui = Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive

Spread = Spread considerado no cálculo do Fator CE, o qual de acordo com o Regulamento do Fundo não pode ser inferior a 1,7

O Fundo busca trabalhar com quatro níveis principais de Fator CE (taxas de desconto) para a aquisição de Direitos de Crédito, todos eles superiores à Taxa Mínima de Retorno, são elas: (i) 2,0% (dois por cento) ao mês; (ii) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao mês; (iii) 3% (três por cento) ao mês; e (iv) 3,5% (três e meio por cento) ao mês. Destaca-se que, não obstante pratique as taxas acima indicadas, é possível que ao longo da vida do Fundo tais taxas venham a ser alteradas em função de variações na Taxa DI, de modo a permitir ao Fundo o atendimento da Taxa Mínima de Retorno na aquisição de Direitos de Crédito.

Não obstante busque trabalhar com as acima indicadas, em função das condições negociais verificadas no mercado e da qualidade dos Direitos de Crédito em cada operação, o Fundo realiza ocasionalmente pequenos ajustes para maior ou para menor aos Fatores CE acima indicados, resultando assim na existência de operações com Fator CE intercalares entre os indicados acima. Em 15 de setembro de 2008 a carteira de Direitos de Crédito do Fundo encontrava-se distribuída da seguinte forma:

Fator CE (ao mês)	Equivalente a % da Taxa DI	Valor dos Direitos de Crédito	Percentual da Carteira
Inferior a 2,0%	Inferior a 175%	R\$0,00	0,0%
De 2,0% a 2,5%	De 175% a 218%	R\$12.661.397,76	18,8%
De 2,51% a 2,99%	De 218% a 262%	R\$41.676.280,60	61,9%
De 3,0% a 3,49%	De 262% a 305%	R\$12.864.387,06	19,1%
Superior a 3,5%	Superior a 305%	R\$157.322,57	0,2%

Dentre os elementos considerados pelo Fundo para definir o Fator CE, e por consequência o Preço de Aquisição, aplicável em cada operação pode-se destacar três elementos-chave em ordem de importância: (i) a qualidade do risco de crédito do Devedor dos Direitos de Crédito; (ii) a qualidade de risco de crédito do Cedente dos Direitos de Crédito; e (iii) a condição negocial de cada operação de aquisição de Direitos de Crédito.

Assim, o Fator CE de 2,5% (dois por cento) ao mês, com é utilizado operações onde tanto o Cedente quanto o Devedor se enquadram como clientes que atendem aos C's do crédito, em especial o Caráter (histórico do obrigado quanto ao cumprimento de suas obrigações financeiras e contratuais); Capacidade (potencial do obrigado para quitar o crédito solicitado). Além Caráter e Capacidade, são considerados ainda: Capital (solidez financeira do obrigado); Colateral (montante de bens colocados à disposição pelo solicitante para garantir o valor devido); e Condições (condições econômicas e setoriais vigentes, assim como elementos especiais que possam vir a afetar tanto o obrigado quanto o Fundo).

Para casos em que a situação não é tão positiva no que se refere ao Cedente, ou seja, nos quais o Cedente possui algum tipo de restrição creditícia, porém o Devedor apresenta bom nível de crédito segundo os parâmetros de avaliação adotados pelo Fundo, este adota Fatores CE de 3,0% conforme o nível de risco do Cedente identificado. Em se tratando de Cedentes com risco mais elevado, mas que apresentam boas referências e histórico de pagamento considerado pela Consultora como satisfatório, o Fundo adota Fatores CE de 3,5% (três inteiros e cinco décimos) por cento ao mês. A adoção de Fator CE superior a 3,50% ocorre somente em situações excepcionais, em que embora o nível de risco do Cedente não seja considerado de boa qualidade, o nível de risco do Devedor, associado ao nível de taxa contratado compense o risco da operação. Destaca-se que em 15 de setembro de 2008, o volume de operações com tais características era inferior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) da carteira do Fundo.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Por tratar-se de um fundo multisetorial e multicedentes, o Fundo não apresenta concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico.

Os Direitos de Crédito são decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Além da diversidade de setores de originação, o Fundo apresenta grande pulverização de risco em relação aos Cedentes, Devedores e Coobrigados estando obrigado a observar limites de concentração para cada um desses estabelecidos em seu Regulamento. Os atuais limites estabelecidos pelo Regulamento do Fundo são:

- (i) o total de coobrigação de qualquer Cedente pode representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (ii) o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iii) o total de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido. O limite ora estabelecido não se aplica a títulos de emissão do Governo Federal; e
- (iv) o total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas, outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte.

Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos neste item poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, nas seguintes hipóteses:

- (a) em relação a Devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a “brAA” emitida pela Standard & Poor’s Service Ratings, ou equivalente emitida por agência de classificação de risco de reconhecida reputação, hipótese em que: (i) o total de emissão de tal Devedor poderá representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) o total de emissão do controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor); e

- (b) desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) a Duration dos títulos de emissão das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iii) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na somatória dos limites a que se refere o item “i” acima, as operações relativas às pessoas mencionadas no item “a” acima.

$$D = \frac{(C_1 \times d_1) + (C_2 \times d_2) + (C_n \times d_n)}{C_1 + C_2 + C_n}$$

Sendo:

$D = Duration$

C = Valor presente do título de crédito na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição respectiva data de vencimento.

d = número de dias para o vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

Adicionalmente, observa-se que historicamente os níveis de concentração médios do Fundo têm sido inferiores aos limites acima descritos

CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, das seguintes condições de cessão e critérios de elegibilidade estabelecidos a seguir.

São condições para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo (as “Condições de Cessão”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados por Documentos Comprobatórios, observados os limites de concentração estabelecidos neste Prospecto; e
- (b) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Os critérios de elegibilidade para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo são (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo vencidos e não pagos a mais de 180 dias; e
- (b) os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Termo de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante.

PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Para cada uma das cessões realizadas será celebrado um Termo de Cessão, que estabelecerá, dentre outras condições de pagamento, o respectivo Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo à cada um dos Cedentes, em razão da respectiva cessão de Direitos de Crédito. O Preço de Aquisição deverá considerar, no mínimo, a taxa mínima de retorno calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TMR} = 1,7 \times \text{Taxa DI}$$

Sendo:

TMR = Taxa Mínima de Retorno

INADIMPLEMENTO, PERDA E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda. Além disso, observadas as disposições previstas no Artigo 49 do Regulamento, a Consultora poderá identificar potenciais compradores para aquisição de Direitos de Crédito que estejam vencidos a mais de 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo.

Após o início das atividades do Fundo, o Custodiante realizará, por amostragem, procedimento de auditoria periódica dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com vistas a verificar a sua regularidade, utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos direitos creditórios, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo: ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Adicionalmente, o Auditor Independente realizará, na periodicidade definida pelo Custodiante, procedimentos específicos, por amostragem, com o objetivo de verificar a exatidão das informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação.

Histórico de Inadimplimento, Perdas e Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito na Carteira do Fundo

O Fundo iniciou suas operações de aquisição de Direitos Creditórios em agosto de 2007, (i) não havendo apresentado desde então volumes relevantes de inadimplimentos com prazos superiores a 31 dias; e (ii) nenhum título vencido e não pago a mais de 121 dias de sua data de vencimento, conforme indicado no quadro a seguir. Esclarecemos que as informações demonstradas na tabela a seguir foram apuradas de acordo com a metodologia do COSIF, utilizada também na definição dos montantes de provisão de perda do Fundo, e que estabelece a obrigatoriedade de (i) a classificação de todos os créditos vencidos em faixas, conforme indicado a seguir; e (ii) que sejam considerados como antecipadamente vencidos todos os títulos vincendos de um Devedor que possua créditos em atraso, implicando em que se considere como vencidos um volume de Direito de Crédito maior que os efetivamente vencidos em cada data de apuração.

HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA DO FUNDO												
	TRIMESTRE FINDO EM 28/09/2007		TRIMESTRE FINDO EM 31/12/2007		TRIMESTRE FINDO EM 31/03/2008		TRIMESTRE FINDO EM 30/06/2008		TRIMESTRE FINDO EM 30/09/2008		TRIMESTRE FINDO EM 31/12/2008	
Créditos Vencidos	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo
Até 30 dias	75.170,70	0,32%	677.351,95	1,91%	720.239,45	1,51%	6.347.312,49	9,97%	13.014.464,10	17,53%	11.966.695,56	12,29%
De 31 a 60 dias	11.125,00	0,05%	33.773,41	0,10%	--	--	947.395,60	1,49%	1.976.484,56	2,66%	428.002,03	0,44%
De 61 a 90 dias	--	--	--	--	--	--	31.829,68	0,05%	1.190,56	0,00%	108.326,58	0,11%
De 91 a 120 dias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
De 121 a 150 dias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
De 151 a 180 dias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Patrimônio Líquido do Fundo	23.529.222,04		35.396.193,48		47.564.486,20		63.692.697,63		74.255.857,74		97.331.301,33	

Conforme se verifica da tabela acima o Fundo não teve até a data do presente Prospecto nenhum Direito de Crédito efetivamente inadimplido, sendo que mesmo os Direitos de Crédito que sofreram atrasos em suas datas de pagamento foram pagos antes de serem caracterizados como perda de acordo com a regra do COSIF.

Parcela preponderante dos Direitos Creditórios adquiridos refere-se a operações de curto prazo cujos títulos têm valor de face definido, sem previsão de cobrança de juros (i.e. duplicatas, cheques pré-datados, créditos oriundos de relações comerciais ou de prestação de serviço já performadas). Assim, o Fundo entende não haver risco de amortização ou liquidação antecipada de Direitos Creditórios que possa afetar de modo relevante o Fundo e seu fluxo de pagamentos, entendimento esse que vem sendo confirmado pelos dados verificados nas operações do Fundo. Adicionalmente, observa-se que o Fundo opera com vários cedentes, não apresentando volume de concentração relevante em relação a nenhum dos Cedentes, o que no entendimento do Fundo (i) reduz o risco de ocorrência de pré-pagamentos de volumes relevantes de Direitos Creditórios; e (ii) permite ao Fundo realocar os recursos relativos a eventuais pré-pagamentos na aquisição de Direitos de Crédito de outros cedentes. Para apurar as informações demonstradas na tabela o Fundo verifica a data de pagamento e de vencimento dos Direitos de Crédito relativos a todos os pagamentos por ele recebidos em cada data de pagamento, sendo que quando a data de pagamento é menor que a data de vencimento do Direito de Crédito o valor do pagamento em questão é considerado como pré-pagamento.

PRÉ-PAGAMENTOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS												
	TRIMESTRE FINDO EM 28/09/2007		TRIMESTRE FINDO EM 31/12/2007		TRIMESTRE FINDO EM 31/03/2008		TRIMESTRE FINDO EM 30/06/2008		TRIMESTRE FINDO EM 30/09/2008		TRIMESTRE FINDO EM 31/12/2008	
Antecipação de Pagamento	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo	R\$ (Mi)	% do PL do Fundo
Até 30 dias	75.170,70	0,32%	677.351,95	1,91%	720.239,45	1,51%	6.347.312,49	9,97%	13.014.464,10	17,53%	11.966.695,56	12,29%
De 31 a 60 dias	11.125,00	0,05%	33.773,41	0,10%	--	--	947.395,60	1,49%	1.976.484,56	2,66%	428.002,03	0,44%
De 61 a 90 dias	--	--	--	--	--	--	31.829,68	0,05%	1.190,56	0,00%	108.326,58	0,11%
De 91 a 120 dias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
De 121 a 150 dias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
De 151 a 180 dias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Patrimônio Líquido do Fundo	23.529.222,04		35.396.193,48		47.564.486,20		63.692.697,63		74.255.857,74		97.331.301,33	

Histórico de Inadimplemento, Perdas e Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito em Carteiras Similares à do Fundo

Tendo em vista que (i) o Fundo iniciou suas operações em agosto de 2007, (ii) o Fundo consiste em um fundo multisetorial e multicedentes, não apresentando concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico, a Administradora declara não ser possível obter informações relativas a estatísticas de inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos relativos aos Cedentes e Devedores que atualmente compõem a carteira do Fundo, relativas a períodos anteriores ao início de operações pelo Fundo. Ademais, destaca-se que, de acordo com o estabelecido no Regulamento e no Contrato de Cessão, (a) nenhum dos atuais Cedentes do Fundo está obrigado a continuar cedendo Direitos de Crédito ao Fundo; e (b) o Fundo poderá vir a adquirir Direitos de Crédito de Cedentes com os quais não opera na data deste Prospecto, desde que os Direitos de Crédito a serem ofertados por tais Cedentes atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento do Fundo.

Não obstante, a inexistência de histórico da carteira do Fundo nos períodos anteriores à sua constituição, considerando a existência de outros fundos de investimento em direitos créditos com características semelhantes às do Fundo e carteiras de Direitos de Crédito de mesma natureza à carteira de crédito do Fundo, a Administradora e a Consultora diligenciaram seus melhores esforços para obter informações acerca dos inadimplemento, perdas e pré-pagamento de carteiras semelhantes às do Fundo. Para tanto, a Administradora e a Consultora consultaram informações públicas constantes de prospectos e relatórios de classificação de risco de vários FIDCs que entraram em operação anteriormente ao Fundo, havendo identificado 2 FIDCs com informações com datas-base e formato comparáveis entre si. Adicionalmente, a Administradora e a Consultora consultaram *bureaus* de crédito em funcionamento no país, bem como a agência de risco responsável pela classificação de risco do Fundo, não tendo, contudo obtido informações adicionais às por ela obtidas nos referidos documentos públicos.

Uma vez em posse dos dados a Administradora e a Consultora (i) calcularam as médias ponderadas dos volumes de Direitos de Crédito Vencidos e das provisões para devedores duvidosos de tais Fundos no período de junho de 2006 a junho de 2008; e (iii) calcularam a representatividade de tais valores em relação à carteira dos 02 FIDCs considerados em conjunto, havendo obtido o indicado na tabela a seguir. As informações obtidas encontram-se disponíveis em relatórios de classificação de risco e em prospectos dos mencionados FIDCs.

TRIMESTRE ENCERRADO EM	CARTEIRA TOTAL*	DIREITOS DE CRÉDITO VENCIDOS**		PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	
		EM R\$	PERCENTUAL DA CARTEIRA TOTAL	EM R\$	PERCENTUAL DA CARTEIRA TOTAL
Jun/06	9.442.516,65	477.365,55	5,06%	(19.992,89)	-0,21%
Set/06	67.361.000,00	866.000,00	1,29%	159.000,00	0,24%
Dez/06	146.607.175,13	3.933.033,50	2,68%	120.171,37	0,08%
Mar/07	187.143.844,21	5.877.182,27	3,14%	(133.149,03)	-0,07%
Jun/07	208.332.662,37	6.563.427,29	3,15%	981.143,86	0,47%
Set/07	319.082.894,46	3.516.720,75	1,10%	546.492,14	0,17%
Dez/07	500.533.565,27	3.077.728,68	0,61%	669.672,79	0,13%
Mar/08	521.251.324,00	1.825.033,00	0,35%	668.337,00	0,13%
Jun/08	563.549.628,00	2.780.883,00	0,49%	662.894,00	0,12%

* Correspondente à somatória de 02 FIDCs com carteiras com características similares à do Fundo, com operações no período.

** Não corresponde às perdas dos FIDCs analisados, mas sim ao volume de Direitos de Crédito em atraso nas datas em questão.

Não obstante tenham envidado esforços razoáveis, a Administradora e a Consultora declaram, nos termos do item 2.7 do Anexo III-A da Instrução CVM 400, não ter conhecimento de outras informações estatísticas sobre Inadimplemento, Perdas e Pré-Pagamento de Direitos de Crédito similares aos adquiridos pelo Fundo, e não haver obtido informações consistentes e em formatos e datas-base passíveis de comparação relativas a FIDCs que acreditam ter características e carteiras semelhantes às do Fundo, que lhes permita apurar informações: (i) relativas a períodos anteriores a junho de 2006; (ii) indicar a abertura dos Direitos de Crédito vencidos por faixas de atraso; e/ou (iii) acerca do volume de pré-pagamentos e perdas efetivamente incorridas.

POLÍTICA DE COBRANÇA

O Anexo V ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

O Anexo VI ao Regulamento contém a descrição detalhada da Política de Concessão de Créditos a ser observada pelos Cedentes na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo.

GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO

As Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento do Fundo, bem como a Política de Concessão de Crédito do Fundo não estabelecem a obrigatoriedade de concessão de garantias ou de reforços de crédito como condição para a realização de cessões ao Fundo.

O Fundo pode, contudo, adquirir Direitos de Crédito que contém com garantias, hipótese em que as garantias relativas aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo devem ser transferidas ao Fundo juntamente com os Direitos de Crédito a que se referem.

O exercício das garantias relativas a Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deve ser realizado nos termos dos respectivos instrumentos que as estabelecem, não existindo padronização dos mesmos pelo Fundo, e não sendo, portanto, possível descrever os termos de exercício de tais garantias.

Esclarece-se que parcela preponderante dos Direitos Creditórios adquiridos refere-se a operações de curto prazo (i.e. duplicatas, cheques pré-datados, créditos oriundos de relações comerciais ou de prestação de serviço já performadas) as quais via de regra não são garantidas por qualquer garantia ou reforço de crédito. Nesse sentido observa-se que dentre os Direitos Creditórios que compunham a carteira do Fundo na data deste Prospecto, nenhum dos Direitos Creditórios contavam com alguma espécie de garantia.

ANEXOS

- Anexo I** - Regulamento Consolidado do Fundo
- Anexo II** - Ata de Assembléia Geral dos Quotistas Realizada em 02 de Fevereiro de 2009
- Anexo III** - Suplemento do Regulamento Relativo às Quotas Seniores
- Anexo IV** - Suplemento do Regulamento Relativo às Quotas Subordinadas Mezanino
- Anexo V** - Súmula de Classificação de Risco das Quotas Seniores,
das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior
- Anexo VI** - Demonstrações Financeiras Auditadas do Fundo relativas ao Exercício encerrado
em 31 de dezembro de 2007
- Anexo VII** - Relatórios Trimestrais do Fundo relativas aos períodos encerrados em 31 de março
de 30 de junho de 2008
- Anexo VIII** - Carta da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. informando a não alteração da
Classificação de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino
em função das alterações ao Regulamento deliberadas na Assembléia Geral de
02 de fevereiro de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Regulamento Consolidado do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



4ºRTD-RJ - 766482
CNPJ: 08.845.618/0001-64
Inscrição Estadual: 15.427.111-11
Inscrição Federal: 08.845.618/0001-64
Inscrição Municipal: 15.427.111-11
Inscrição do Estado: 15.427.111-11



RESTRICTED

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO
MAXIMUM**
CNPJ: 08.845.618/0001-64
("Fundo")

ATO DO ADMINISTRADOR

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM, inscrito no CNPJ sob o nº 08.845.618/0001-64, vem, pelo presente:

- A Alterar o regulamento do Fundo, especialmente os Parágrafos 4º, 8º e 9º de seu Artigo 4º, de forma a cumprir exigências da Comissão de Valores Mobiliários contidas no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº1615/2008; e
- Consolidar o regulamento do Fundo na forma do documento anexo, em razão da alteração acima.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2008.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CONTROLE DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº OFÍCIO

Assinado nos moldes de ANOTAÇÕES de
Regulamento Nº 766482 Livro B-95
D QUE CORREIO RJ 22 SET 2008

OFÍCIO REG. TTTS.DOCIS-RJ
EDUARDO ALVARENGA PEREIRA
Executivo Autorizado



BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Rua do Comércio, 111 - 11º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20040-002
Telefone: (21) 250-1111
Fax: (21) 250-1111
E-mail: bny@bny.com.br
www.bnymellon.com.br
CNPJ: 08.845.618/0001-64

[Handwritten signature]

ALVARO DE ALMEIDA
4º OFICIO - F.J.
ANEXO DO DOCUMENTO REGISTRO

REGULAMENTO

DO

**"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM"**

Datado de

22 de setembro de 2008

[W:\DOCS\GERAL\0691008\00218982.DOC]



ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO II - OBJETO	3
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	4
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	4
CAPÍTULO V - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO	8
CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	9
CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO	10
CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA	17
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	20
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	21
CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA	24
CAPÍTULO XII - QUOTAS	24
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	27
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	30
CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	31
CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	32
CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	32
CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	33
CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	34
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	35
CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	37
CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL	38
CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	41
CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	42
ANEXO I - DEFINIÇÕES	44
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO	52
ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO	55
ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO	58
ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA	60
ANEXO VI - SUPLEMENTO	62

REGULAMENTO
DO
"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM"

O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM", disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o "CMN"), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliários (a "Instrução CVM 356" e a "CVM", respectivamente), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente regulamento (o "Regulamento").

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com duração por tempo indeterminado, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, conforme definido a seguir, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

CAPÍTULO II - OBJETO

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo Único Os direitos de crédito são individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de crédito (os "Títulos de Crédito"), por contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores (os "Direitos de Crédito").



CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO

Artigo 3º As Quotas do Fundo serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Regulamento (a "Política de Investimento e Composição da Carteira").

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e os Cedentes, observadas as disposições dos respectivos Títulos de Crédito.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo 3º A definição e implementação da política de concessão dos créditos descrita no Anexo III do presente Regulamento, a análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a avaliação da validade dos Títulos de Crédito e da capacidade econômica dos Cedentes e dos Devedores, caberão exclusivamente à Consultora, a ser contratada pela Administradora em nome do Fundo especificamente para esse fim. Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 4º Além do enquadramento nos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V a seguir, a Consultora somente considerará passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos de Crédito cuja aquisição, caso regularmente adimplidos, inclusive considerando-se a hipótese de pré-pagamento com desconto quando esta esteja prevista expressamente no Direito de Crédito previamente à sua aquisição pelo Fundo, propicie ao Fundo taxa de retorno maior ou igual à Taxa Mínima de Retorno, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TMR = 1,7 \times \text{Taxa DI}$$

Sendo:

TMR = Taxa Mínima de Retorno



Parágrafo 5º Uma vez definidos pela Consultora os Direitos de Crédito que essa entenda passíveis de aquisição pelo Fundo, a Consultora deverá fornecer ao Custodiante a relação dos referidos Direitos de Crédito, acompanhada de declaração de que os Direitos de Crédito constantes da referida relação atendem aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento.

Parágrafo 6º Não obstante caiba à Consultora a indicação e a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento.

Parágrafo 7º Não obstante a diligência da Administradora, da Consultora, da Gestora e do Custodiante em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, a Administradora, a Consultora, a Gestora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento ou não dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Quotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Parágrafo 8º Uma vez adquiridos os Direitos de Crédito, não será admitida a renegociação e/ou refinanciamento dos mesmos, exceção feita às hipóteses de renegociação e/ou refinanciamento decorrentes de inadimplemento dos Direitos Creditórios, a serem conduzidas pela Consultora nos termos da Política de Cobrança do Fundo, estabelecida no Anexo V deste Regulamento. Considera-se renegociação e/ou refinanciamento alterações nas condições dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, incluindo, mas não se limitando a alterações do cronograma de pagamento dos mesmos, ou modificação de taxa de desconto considerada no cálculo do preço de aquisição dos Direitos de Crédito. A renegociação ou refinanciamento poderá contar com a participação do Cedente caso o Direito de Crédito tenha sido adquirido com coobrigação deste, hipótese em que a Consultora poderá, em nome do Fundo, exigir do Cedente o pagamento e o cumprimento dos termos da eventual renegociação ou refinanciamento.

Parágrafo 9º Sem prejuízo do estabelecido no Parágrafo 8º acima, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus devedores, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Não será admitida a concessão de descontos para pré-pagamento de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Direitos de Crédito quando de sua aquisição. Na hipótese de aquisição de um Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pré-pagamento, a Consultora será responsável pelas tratativas com o respectivo Devedor do Direito de Crédito em questão para a definição da data de pré-pagamento e do montante a ser recebido pelo Fundo. Os montantes que eventualmente venham a ser objeto de pré-pagamento serão recebidos pelo Custodiante em nome do Fundo.



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
E PREÇOS - RJ
ARQUIVO DE DOCUMENTOS AUTORIZADOS

Artigo 5º Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observado os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V.

Parágrafo Único Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do caput deste Artigo 5º, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Artigo 6º A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) títulos de emissão do BACEN;
- d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- e) certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Parágrafo Único Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá alocar no máximo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais títulos. Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas, o percentual máximo ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas quotas emitidas.

Artigo 7º Considerando que em vista (a) da composição da carteira do Fundo e (b) do fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no Artigo 37 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores, a Gestora poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade "com garantia", nos mercados de bolsa de mercadorias e futuros e de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

Parágrafo Único Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações, devem ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.



Artigo 8º Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora e a Consultora deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Artigo 8º e no Contrato de Cessão:

- a) o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- b) o total de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O limite ora estabelecido não se aplica à títulos de emissão do Governo Federal; e
- c) total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 1º O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 2º Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos neste Artigo 8º poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, nas seguintes hipóteses:

- a) em relação a Devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "brAA" emitida pela Standard & Poor's Service Ratings, ou equivalente emitida por agência de classificação de risco de reconhecida reputação, hipótese em que: (i) o total de emissão de tal Devedor poderá representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) o total de emissão do controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor); e
- b) desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapassem 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) a *Duration* dos títulos de emissão das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iii) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na somatória dos limites a que se refere o item "i" acima, as operações relativas às pessoas mencionadas na alínea "a" deste Parágrafo.



REGISTRO DE DOCUMENTOS
4º OFFIC - PJ
ANEXO DO REGISTRO DE DOCUMENTOS

$$\frac{D + (C_1 \times d_1) + (C_2 \times d_2) + (C_n \times d_n)}{C_1 + C_2 + C_n}$$

Sendo:

D = Duration

C = Valor presente do título de crédito em na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição.

d = Número de dias restantes para a data de vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

Parágrafo 3º O total de cobertura assumido por um único Cedente poderá representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 9º Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 10º As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) da Consultora; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO V – CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 11 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na data de aquisição e Pagamento, cumulativamente, das seguintes condições de cessão e critérios de elegibilidade estabelecidos a seguir:

Parágrafo Primeiro São condições para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo (as “Condições de Cessão”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados pelos Documentos Comprobatórios, observados os limites de concentração estabelecidos no Artigo 8º deste Regulamento; e
- (b) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Parágrafo Segundo Os critérios de elegibilidade para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo são (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos a mais de 180 dias;



- (b) os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e
- (c) sua aquisição ter sido previamente aprovada pela Consultora, mediante envio ao Custodiante de aviso contendo informações sobre o devedor, o cedente, eventuais coobrigados e o Direito de Crédito, bem como sobre o cumprimento das condições de cessão estabelecidas no Parágrafo 1º acima, com forma e conteúdo acordado com o Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo Terceiro O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito representados por *warrants*, ou relativos contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, aos quais se refere o Parágrafo 8º do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

Artigo 12 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações a eles inerentes, observados:

- a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;
- c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento; e
- d) a política de investimento e composição da carteira definida no Capítulo IV deste Regulamento.

Artigo 13 Cada uma dos Cedentes é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Títulos de Crédito cedidos, bem como pela liquidez e certeza dos Direitos de Créditos a eles referentes, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Parágrafo Único Na hipótese de o Fundo adquirir Direitos de Crédito em relação aos quais os Cedentes se coobriguem com os Devedores, esses serão também responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos, respondendo como devedoras solidárias dos Devedores dos Direitos de Crédito.

CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 14 Os Cedentes deverão observar a política de concessão de créditos estabelecida no Anexo III do presente Regulamento, na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo.



CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO

Artigo 15 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes. Antes de adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que nessa hipótese a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, os Direitos de Crédito e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 1º Riscos de Mercado:

- (a) Efeitos da Política Econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito.

- (b) Risco de Descasamento entre as Taxas de atualização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade Prioritárias atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em seus respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do



Fundo e (ii) das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Riscos de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Devedores em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.
- (b) Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Parágrafo 3º Riscos de Liquidez:

- (a) Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o



preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

- (c) Liquidez para Negociação das Quotas em Mercado Secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.
- (d) Amortização e Resgate Condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) As Quotas Subordinadas Mezanino se Subordinam às Quotas Seniores e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o



Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (f) As Quotas Subordinadas Junior se Subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Junior devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Junior ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Riscos Operacionais:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (b) Documentos Comprobatórios. Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios e nos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 27 deste Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.



Por fim, os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos.

- (c) Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora dos Devedores. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (d) Risco de Sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente



afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Parágrafo 5º Outros Riscos:

- (a) Risco de Instrumentos Derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- (b) Risco de Descontinuidade. A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV acima.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

Quanto ao risco dos Cedentes, destacam-se:

Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XIX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.



Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (c) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.
- (d) Limitação do Gerenciamento de Riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- (e) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (f) Risco decorrente da falta de registro dos Termos de Cessão. As vias originais de cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros, a operação registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário, a não realização do registro poderá dificultar a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário. A administradora, a Gestora, o



Custodiante e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em função da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios em decorrência da falta de registro de Termos de Cessão.

- (g) Inexistência de Garantia de Rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Gestora, pela Consultora, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado em relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA

Artigo 16 O Fundo será administrado por **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (a "Administradora").

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Artigo 17 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes e observada a delegação de poderes à Gestora, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º As atribuições da Administradora são aquelas dispostas no Artigo 34 da Instrução CVM 356 e suas posteriores alterações, e toda e qualquer outra obrigação da Administradora prevista na Instrução CVM 356.



REQUERIMENTO DE TITULARIDADE E DOCUMENTOS
4º QUARTIL - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO FUNDADOR

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior e na legislação e regulamentação aplicáveis ao Fundo, são obrigações da Administradora:

- (a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
 - i. a substituição do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora ou do Custodiante e/ou sua própria substituição;
 - ii. a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
- (b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (c) informar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial dos Agentes de Recebimento, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 3º Nas hipóteses previstas na alínea (a) do Parágrafo 2º deste Artigo 17 os Quotistas serão considerados devidamente notificados caso tenham sido convocados, nos termos do Artigo 60 abaixo, para deliberar em Assembleia Geral sobre os temas previstos na referida alínea (a).

Parágrafo 4º É vedado à instituição Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título.
 - i. As vedações de que tratam os itens (a) a (c) deste Parágrafo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.



ii. Excetuam-se do disposto no item anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do fundo.

Parágrafo 5º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do próprio Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo;
- (l) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Artigo 18 Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas neste Regulamento, uma Taxa de Administração de 2 % (dois por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos).

[Signature]

sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) mensais.

Parágrafo 1º A remuneração de que trata este Artigo 18 será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 abaixo.

Artigo 19 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 Mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, por meio eletrônico, através de carta endereçada a cada Quotista ou mediante publicação de aviso no Periódico utilizado para divulgar as informações referentes ao Fundo (a "Comunicação de Renúncia"), a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXI a seguir.

Artigo 21 No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até 90 (noventa) dias da data da Comunicação de Renúncia, ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo 1º A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento. O prazo de 30 (trinta) dias estabelecido neste Parágrafo, poderá ser ultrapassado, conforme o caso, limitado ao prazo de 90 (noventa) dias contados da Comunicação de Renúncia, conforme o disposto no *caput* deste Artigo 21.

Parágrafo 2º Caso, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição substituta até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, ou por qualquer razão, em até 62 (sessenta e dois) dias contados da Comunicação de Renúncia nenhuma instituição assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 60 deste



Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

Artigo 22 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade da própria Administradora.

CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 23 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela **BNY MELLON GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.**, com sede na Av. Borges de Medeiros, 633 – salas 401, 402 e 403, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 05.236.848/0001-38 (a “**Gestora**”), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º A partir da qualificação da Consultora perante a CVM para atuar como gestora de carteira nos termos da regulamentação vigente, caberá à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observado o disposto no Artigos 6º e no Artigo 8º deste Regulamento. Nessa hipótese, a Consultora poderá, observado o disposto no parágrafo 2º deste Artigo, a qualquer tempo substituir integralmente a Gestora designada no caput deste Artigo passando a exercer também as funções desta.

Parágrafo 2º A efetivação da substituição da atual Gestora pela Consultora nos termos do Parágrafo 1º acima, dependerá, necessariamente: (i) de deliberação em Assembleia Geral de Quotistas; (ii) de alteração do Regulamento do Fundo e (iii) de publicação de fato relevante.

Artigo 24 O Fundo contratou a Consultora **SILVERADO INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 07.721.591/0001-35, com sede na Avenida Vereador José Diniz, nº 3725, conj. 51, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (a “**Consultora**”), contratada nos termos do inciso I do Artigo 39 da Instrução CVM 356, para a prestação dos serviços de (i) análise e seleção de potenciais Cedentes e dos respectivos Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, conforme previstos no Capítulo V deste Regulamento; (ii) negociação dos valores de cessão com as respectivas Cedentes; (iii) cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria.

Parágrafo 1º Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de renúncia da Consultora, a Administradora ficará obrigada, em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação acerca da renúncia da Consultora, convocar Assembleia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, sendo tal convocação



ESTATUTO DO FUNDOS DE INVESTIMENTO
em IMÓVEIS - FFI
NOME DO DOCUMENTO: ESTATUTO

também facultada aos Quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas.

Parágrafo 3º Não obstante a entrega da notificação de renúncia, a Consultora deverá permanecer no exercício de suas funções (i) até sua efetiva substituição, ou (ii) pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrega da notificação de renúncia, dos dois o que ocorrer primeiro.

Artigo 25 Será devida à Consultora, a título de honorários pelas atividades estabelecidas neste Regulamento, uma Taxa de Consultoria a ser deduzida da Taxa de Administração, nos termos acordados em documento celebrado entre a Administradora e a Consultora, a ser paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

Artigo 26 Os Direitos de Crédito somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia análise e seleção pela Consultora e a verificação de seu enquadramento nos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 1º Sem prejuízo das demais responsabilidades do Custodiante nos termos da regulamentação aplicável, os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda da Consultora.

Parágrafo 2º Nos termos do Contrato de Consultoria, o Fundo outorgou à Consultora todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos no *caput* do Artigo 24.

Parágrafo 3º A Consultora não é responsável, a qualquer tempo, pela existência ou pagamento dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.

Artigo 27 O Fundo contratou o **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instituição financeira regularmente autorizada pelo BACEN e credenciada perante a CVM, para prestar os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria ao Fundo ("Custodiante" ou "Agente Escriturador", conforme o caso), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

Parágrafo 1º Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos deste Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Títulos de Crédito, dos contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito (os "Documentos Comprobatórios").

Parágrafo 2º O Custodiante deverá proceder a auditorias periódicas, no mínimo trimestrais, dos Documentos Comprobatórios e dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com vistas a verificar a regularidade desses. Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por amostragem, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de Devedores descritos a seguir. Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela realização das referidas auditorias periódicas,



será permitido ao Custodiante, às suas expensas, delegar a operacionalização das referidas auditorias periódicas a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

Parágrafo 3º Como parâmetro para a definição da amostragem das auditorias periódicas a que se refere o parágrafo 2º acima, o Custodiante utilizar-se-á de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em relação à

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos direitos creditórios, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, calculado de acordo com a seguinte fórmula.

Sendo:

- ξ_0 : Erro Estimado
- A : Tamanho da Amostra
- N : População Total
- n_0 : Fator Amostral

Parágrafo 4º O Fundo, com a intervenção e anuência da Administradora e do Custodiante, aceita a contratação da Consultora para, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Capítulo XI, adotar as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os respectivos Devedores que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Devedores, e reembolsar a Consultora de toda e qualquer despesa, efetiva e comprovadamente ocorrida na defesa dos interesses do Fundo, observado o disposto no Artigo 57, nos termos do Contrato de Cobrança. Em hipótese alguma será a Administradora responsável pelo pagamento ou reembolso à Consultora de quaisquer despesas porventura não alocadas ao Fundo.

Artigo 28 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, sociedade devidamente cadastrada na CVM (o "Auditor Independente").

Parágrafo Único O Auditor Independente realizará procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por amostragem: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora, à Gestora, ao Custodiante e à Consultora relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste parágrafo (o "Relatório de Avaliação").

Artigo 29 Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a **AUSTIN RATING SERVICOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr.,

110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco (a "Agência de Classificação de Risco").

CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 30 Observados os termos e as condições da legislação aplicável, os Devedores efetivarão o pagamento da totalidade dos valores decorrentes dos Títulos de Crédito, cujos respectivos Direitos de Crédito sejam de titularidade do Fundo, por meio de depósito único em uma das Contas de Recebimento, na forma do Contrato de Cessão e dos Contratos de Agente de Recebimento, conforme informado pela Consultora aos Devedores.

Parágrafo 1º Observado o disposto neste Artigo e nos Contratos de Agente de Recebimento, os Agentes de Recebimento deverão proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas de Recebimento, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados. Os Agentes de Recebimento deverão transferir para a Conta do Fundo, em até 01 (um) Dia Útil do seu recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo depositados pelos Devedores nas respectivas Contas de Recebimento.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Cedentes virem a receber valores referentes a qualquer pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos ao Fundo, os Cedentes deverão transferir ao Fundo o montante porventura recebido, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores e informar a Consultora acerca da transferência, sob pena de, em não o fazendo, ficarem impedidos de realizar cessões ao Fundo. Uma vez informada, a Consultora deverá transmitir a informação ao custodiante até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento da informação.

Parágrafo 3º Além das disposições deste Artigo, a Consultora será responsável, nos termos do Contrato de Consultoria e da Política de Cobrança descrita no Anexo V deste Regulamento, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito, cujos Devedores estejam inadimplentes, na qualidade de mandatária do Fundo e prestadora de serviços especialmente contratados pelo Fundo.

Parágrafo 4º Não obstante o disposto no Parágrafo 1º acima, a Consultora não será responsável pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

CAPÍTULO XII - QUOTAS

Artigo 31 A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;



- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e
- (c) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º Cada emissão de série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo IV a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (o "Suplemento"). Fica desde já autorizada a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV ao presente Regulamento por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Quotistas para tanto.

Parágrafo 2º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 37 a seguir.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) Valor Unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 62, Parágrafos 3º e 4º, sendo que a cada Quota Senior corresponderá a 1 (um) voto.

Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Parágrafo 5º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 1.000 (mil) Quotas Seniores.

Artigo 32 O Fundo emitirá duas classes de Quotas Subordinadas que poderão ser subscritas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, podendo inclusive ser objeto de distribuição pública, sendo: (i) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino, e (ii) até 20.000 (vinte mil)



REGRAMENTO DE FUNCIONAMENTO
do PARCELA F-2
ANEXO DO DOCUMENTO REGISTRO

Quotas Subordinadas Junior:

Parágrafo 1º O número de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior poderão ser aumentados mediante deliberação de titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes, realizada nos termos do Artigo 62 Parágrafo 3º.

Parágrafo 2º A realização de oferta pública de Quotas Subordinadas Mezanino dependerá de registro perante a CVM, o qual deverá ser solicitado pela Administradora mediante instruções da Consultoria.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-A deste Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feitas às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação;
- (c) admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO
em Renda Fixa

REGIME DE ADMINISTRAÇÃO

- (d) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Junior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 38 deste Regulamento;
- (e) direito de preferência na subscrição de novas Quotas Subordinadas Junior na proporção do número de Quotas Subordinadas Junior que possuírem quando da emissão, observado o disposto no Parágrafo 5º a seguir;
- (f) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 5º A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir novas Quotas Subordinadas Junior, no montante indicado pela Consultora, devendo informar, por meio de correio eletrônico ou fax, os então titulares de Quotas Subordinadas Junior do número de Quotas a ser emitido e consultá-los acerca de seu interesse em exercer seu direito de preferência estabelecido na alínea "e" acima. Uma vez informados pela Administradora os Quotistas Subordinados Junior deverão se manifestar até às 12:00 hs. do primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, sendo que a não manifestação até o horário acima estabelecido será considerada como negativa de interesse na subscrição.

Parágrafo 6º O Fundo poderá criar novas classes de Quotas Subordinadas Mezanino, mediante a necessária alteração deste Regulamento, sendo que (i) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ser subordinada à(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s), a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares de Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral; e (ii) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ter prioridade de amortização e/ou resgate em relação à(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s), a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino que serão subordinadas em relação à nova classe de Quotas e das Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral.

Artigo 33 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo Único As Quotas serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.

CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 34 As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas



REUNIÃO DE QUOTISTAS FUNDAMENTOS
4º PERÍODO - P2
ANEXO AO DOCUMENTO REGULAMENTAR

Junior serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37, 38 e 37-A deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 35 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no respectivo Suplemento de distribuição, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento. No ato de subscrição de Quotas Subordinadas Junior, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 36 Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora.

Artigo 37 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores (conforme definido no Parágrafo 4º a seguir).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.



RECEBIMOS DE SILVERADO MAXIMUM
4º DE JANEIRO DE 2013
R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da série estabelecida em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 37-A A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores calculado nos termos do Artigo 37 deste Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino (conforme definido no Parágrafo 4º a seguir).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Subordinadas Mezanino, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino estabelecida em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 38 A emissão da primeira série de Quotas Subordinadas Junior ocorrerá na mesma data de emissão da primeira série de Quotas Seniores.



Parágrafo Único A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 39 As Quotas Seniores de cada série, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único A ocorrência de feriado na cidade em que seja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer resgate ou amortização, devendo as mesmas ser pagas nas datas originalmente previstas. Na hipótese de a data prevista para qualquer resgate ou amortização não ser dia útil ou ser feriado na cidade de São Paulo, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil ou Dia útil na cidade de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente.

Artigo 40 Sem prejuízo do previsto no Artigo 41 a seguir, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, bem como de Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 1º A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino está condicionada à manutenção da Razão de Garantia estabelecida no Capítulo XIX deste Regulamento e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Parágrafo 2º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de Quotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre os Quotistas Subordinados Mezanino, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data essa em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cálculo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível. O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se proceda ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.

Artigo 41 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 40 acima.



Artigo 42 Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate e Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série, ou das Quotas Subordinadas Mezanino deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

Artigo 43 É facultada a amortização programada e/ou a amortização parcial de Quotas Subordinadas Junior antes do resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, desde que após as referidas amortizações (i) seja mantida a Razão de Garantia estabelecida no Capítulo XIX deste Regulamento, no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas Junior que exceder a Relação Mínima, e (ii) o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

Parágrafo Único Em cada data de Amortização Programada de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder a Relação Mínima, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 44 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores; (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em suas respectivas Datas de Amortização e Datas de Resgate; e (iii) aos titulares das Quotas Subordinadas Junior nas hipóteses previstas no no Artigo 43 e no Artigo 52 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37, o Artigo 37-A e 38 deste Regulamento, conforme o caso.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e pela CBLIC, conforme o caso, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriuador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 57 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.



CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 45 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 46 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 47 Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora, conforme orientação da Consultora, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específicas;
- (d) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino; e
- (e) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.



CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 48 Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante e na inexistência será precificada pela curva, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º O Fundo terá escrituração contábil própria.

Parágrafo 2º Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Artigo 49 As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º Não obstante o estabelecido no caput, não será constituída provisão para devedores duvidosos em relação aos direitos creditórios e ativos financeiros que, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, sejam classificados como "nível A" ou "nível AA".

Parágrafo 2º Não obstante o estabelecido no caput, o Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Parágrafo 3º Na hipótese de existência de Direitos de Crédito vencidos a mais de 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo, a Consultora deverá empreender seus melhores esforços para identificar potenciais compradores para tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados



RECEBIMOS DE Vossa Exa. e
de Vossa Exa.
o documento apresentado

exclusiva e integralmente ao Fundo, e a Consultora deverá então reabilitar ou outorgar poderes aos Cedentes para que providenciem a reabilitação do Devedor inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito,

Parágrafo 5º O Custodiante deverá realizar a conciliação da posição "em ser" da carteira de Direitos de Crédito do Fundo, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Agente do Recebimento.

CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 50 Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Consultora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a "Razão de Garantia") é igual ou superior à Relação Mínima, conforme definida abaixo.

Parágrafo Único Para fins deste Artigo 50, a Relação Mínima será de 110% (cento e dez por cento) até que a Razão de Garantia atinja 125% (cento e vinte e cinco por cento) ou transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos dois eventos estabelecidos neste parágrafo a Relação Mínima passará a ser igual a 125% (cento e vinte e cinco por cento) (a "Relação Mínima").

Artigo 51 Caso a Razão de Garantia seja inferior à Relação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas Mezzano e/ou Quotas Subordinadas Junior; e
- b) Os Quotistas Subordinados deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea "a" deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Parágrafo Único Caso os Quotistas Subordinados não realizem o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do caput deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 53 deste Regulamento.

Artigo 52 Caso a Razão de Garantia seja superior à Relação Mínima (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das Quotas Subordinadas Junior, do montante que exceder a Relação Mínima, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados



nos termos deliberados em Assembleia Geral.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar em 01 (um) Dia Útil após o recebimento de notificação a ela enviada pela Consultora nos termos da alínea "a" do Artigo 51 acima, a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas Junior, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada Junior, devendo o pagamento da amortização ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

Parágrafo 2º O procedimento estabelecido no Parágrafo 1º acima não será aplicável em relação às amortizações parciais realizadas nos termos Artigo 43, Parágrafo Único.

Parágrafo 3º O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas Junior em circulação.

CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 53 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os "**Eventos de Avaliação**"):

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (c) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (d) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria; e
- (e) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- (f) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas.

Artigo 54 O Fundo não estará sujeito à liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XX, para avaliar o grau



REGISTRO DE ATIVIDADES
1ª SEMESTRE 2013
PROFESSOR RESPONSÁVEL: ALEXANDRE

de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Artigo 58 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembleia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora determinará ao custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.



Parágrafo 6º Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Artigo 55 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 54 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVII. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 54 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezaninos, e posteriormente o resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Artigo 56 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 54 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, será constituído pelos titulares das Quotas em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas, na forma do Artigo 90, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de sua constituição.

Parágrafo Único. Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em Circulação.

CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 57 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo");

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;



REGISTRO DE EMISSÃO DE COTAS
- 09/10/14
ANEXO DO DOCUMENTO DE REGISTRO

- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- j) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 58 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quorums de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos nos termos do Artigo 31, Parágrafo 1º deste Regulamento;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Gestora, da Consultora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;



- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 59 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV deste Regulamento.

Artigo 60 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.



REGISTRO DE ESCRITURAS
4º DELEGADO
SECRETARIA DO REGISTRO DE ESCRITURAS

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Parágrafo 7º Na hipótese de a convocação de Assembleia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

Artigo 61 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 62 Ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.

Parágrafo 2º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares de Quotas que representem maioria das Quotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas dos presentes:

- (i) alteração da remuneração da Administradora;
- (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI deste Regulamento, respectivamente;
- (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- (iv) as matérias previstas no Artigo 58 e no Parágrafo 2º do Artigo 31 deste Regulamento;
- (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento; e
- (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.



Parágrafo 3º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes:

- (i) aumento do número de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior estabelecidos no Artigo 32 deste Regulamento;
- (ii) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino subordinada a(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s);
- (iii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior, bem como qualquer aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Mezanino dos presentes:

- (i) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino com prioridade de amortização em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente; e
- (ii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 63 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quorums estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 64 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 65 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 66 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO TRÂNSITO

Artigo 67 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356, alterada pela Instrução nº 393, da CVM.

Artigo 68 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 69 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 70 A Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 71 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 72 O presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 73 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 dezembro de cada ano.

Artigo 74 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a



CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF, conforme o Artigo 47 deste Regulamento.

Artigo 75 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 74 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 76 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.



ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	é a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Agente Escrirador:</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agentes de Recebimento:</u>	são instituições financeiras a serem contratadas pelo Fundo exclusivamente para prestar serviços de recebimento dos valores dos Direitos de Crédito a serem depositados pelos respectivos Devedores;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortizações Programadas, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente:</u>	é KPMG Auditores Independentes ou sua sucessora a qualquer título;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BOVESPAFIX</u>	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão;
<u>CBLC:</u>	é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;

<u>Comunicação de Renúncia:</u>	é a comunicação a ser enviada aos Quotistas pela Administradora em caso de sua renúncia à sua função;
<u>Consultora:</u>	é a Silverado Informações Cadastrais Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente nº 1000703 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão na agência 001, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo.
<u>Contas de Recebimento:</u>	(i) é a conta-corrente nº 88456-1 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., agência nº 3391-0, bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas por estes, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo Contrato de Agente de Recebimento.
<u>Contrato de Agente de Recebimento:</u>	são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada um dos Agentes de Recebimento;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Consultoria:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, celebrado entre a Consultora e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria e Escrituração de Quotas para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a

REGISTRO DE RESGATE, AMORTIZAÇÃO
E DEBÊNTURAS
NÚMERO DE DOCUMENTO: 10000000000000000000

	Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Crêditos de Elegibilidade:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 11 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate das Quotas Seniores:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e de Subordinada Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Datas de Amortização das Quotas Seniores:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a data em que se dará o resgate integral das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Datas de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Devedores:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito;



<u>Dia Útil:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na data de aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos e títulos representativos de crédito, por contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores, adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Depósito, Contrato de Agente de Recebimento;
<u>Duração:</u>	é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante do parágrafo 2º do Artigo 8º deste Regulamento;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembleia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;

RESUMO DE ATIVOS E DOCUMENTOS
nº 01/2006 - RJ
data de publicação: 02/04/2006

<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Gestora:</u>	é a BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	<p>são as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN-AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; • Banco Santander Banespa S.A.; • Banco BNP Paribas Brasil S.A.; • ING Bank N.V. S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú S.A.; • Banco Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; e • Banco Votorantim S.A.
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 da CVM, datada de 22 de julho de 2003, Instrução nº 435 da CVM, de 5 de julho de 2006, Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e Instrução nº 446, de 21 de dezembro de 2006;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores e/ou classe de Quotas Subordinadas Mezanino estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do

	Fundo referidos no Capítulo XX e as provisões referidas no Capítulo XVIII deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal Valor Econômico;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, descrita no Anexo V ao Regulamento;
<u>Quotas Seniores em Circulação</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas Junior em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Junior emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Junior resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas Junior:</u>	são as Quotas Subordinadas Junior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Subordinadas Junior, consideradas em conjunto;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior;
<u>Quotistas Seniores:</u>	são os titulares das Quotas Seniores;
<u>Quotistas Subordinados Mezanino:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino;
<u>Quotistas Subordinados Junior:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Junior;
<u>Quotistas Subordinados:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e Subordinadas Junior, considerados em conjunto;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;



REGULAMENTO DO FUNDOS DE INVESTIMENTO
DO GRUPO RJ
ANEXO DO DOCUMENTO REGULATÓRIO

<u>Razão de Garantia:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Relação Mínima:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>SOMAFIX</u>	É o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados.
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 31, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 deste Regulamento;
<u>Taxa de Consultoria:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento;
<u>Taxa Mínima de Retorno:</u>	é a taxa mínima de juros a ser considerada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante no parágrafo 4º do Artigo 4º deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>Nó caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p>

	<p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso.</p>
<u>Termo de Adesão:</u>	<p>é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento;</p>
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	<p>é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série.</p>
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	<p>significa: (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série, em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.</p>



REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS
Nº 00000000000000000000
ANO 11 - SOCIEDADE ANÔNIMA

ANEXO II - TERMO DE ADESÃO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL
SILVERADO MAXIMUM

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006, ("Instrução CVM 356/01"), expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter recebido cópia do Regulamento tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV e VII ("Política de Investimento e Composição da Carteira" e "Fatores de Riscos", respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (e) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (g) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);



- (h) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e a Gestora têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- (i) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;
- (j) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembleia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356/01;
- (k) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Valor Econômico", sendo facultado à Administradora mediante instruções da Consultora, alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- (l) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- (m) estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- (n) ter ciência de que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo e/ou resgate de Quotas;
- (o) ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- (p) reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail e/ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos e/ou gravação, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- (q) reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile e/ou via e-mail, isentando desde já o Administrador de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (r) obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações e/ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;



REGISTRO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO PROSPECTO

- (s) ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do Banco Central e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- (t) obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- (u) autorizar expressamente a Administradora a fornecer à Gestora cópia de toda sua documentação cadastral, bem como de toda e qualquer informação relativa ao Fundo e às movimentações financeiras por ele solicitadas (aplicações e resgates);
- (v) que os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- (w) em se tratando de Quotas emitidas com amparo de Prospecto, haver lido e entendido o inteiro teor do referido documento.

São Paulo, [] de [] de 2007.

Denominação social do investidor:
Nomes e cargos dos representantes legais:
CNPJ/MF:
E-mail:

[INSERIR NOME DO QUOTISTA]

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:



ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO

1. OBJETIVO

A presente política de crédito tem por objetivo definir níveis de aprovação e concessão de crédito por cada Cedente a seus clientes, bem como estabelecer procedimentos para análise e aprovação.

2. APLICAÇÃO

As orientações aqui contidas devem ser aplicadas na avaliação e na concessão de crédito a todos os clientes com os quais os Cedentes mantêm relações comerciais.

3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

3.1 CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DE CRÉDITO

3.1.1 LIMITES DE CRÉDITO

Os limites de crédito deverão ser expressos em moeda corrente nacional e estarão sujeitos a revisão a qualquer tempo, em caso de ocorrência de fato relevante relacionado ao Cedente e/ou a seus clientes. Os limites de crédito deverão ser reajustados sempre por ocasião de aumentos e reajustes de preços.

3.1.2 ANÁLISE DE CRÉDITO

O limite de crédito será concedido a cada cliente a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado realizadas, utilizando-se dos seguintes recursos, conforme o caso:

- a) Centrais de Informações;
- b) Fornecedores;
- c) Documentações específicas do cliente (ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações posteriores, quando pessoa jurídica, cédula de identidade e CPF/MF, quando pessoas físicas, etc.).

3.1.3 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A análise do risco de crédito para a definição dos limites deverá considerar os seguintes critérios de avaliação:

A. Histórico dos clientes dos Cedentes.

B. Informações de *bureaus* de crédito, tais como SERASA e/ou Equifax, conforme o caso:



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
EM DÉBITO - RJ
MAY 25 11 06AM 2012 ARQUIVADO

B.1. Inexistência de protestos ou cheques sem fundo ou protestos realizados nos últimos 20 anos;

B.2. Inexistência de execuções judiciais contra o cliente.

C. Consulta a certidões emitidas por Cartórios de Protestos, conforme o caso;

D. Consulta no Procon, conforme o caso;

E. Informações fornecidas por fornecedores;

F. Informações fornecidas por bancos e demonstrações financeiras;

3.1.4 SUSPENSÃO OU BLOQUEIO DE CRÉDITO

O limite de crédito concedido a um determinado cliente deverá ser imediatamente suspenso em caso se verifique a existência de:

- a) título em atraso por mais de 30 dias;
- b) encargos financeiros pendentes;
- c) cheques devolvidos/protestados; e/ou
- d) inatividade do cliente por 12 meses ou mais.

3.1.5 REABILITAÇÃO DE CRÉDITO

A reabilitação de crédito estará condicionada à realização de novo processo de análise do cliente.

5. SÍNTESE DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Resumidamente, os procedimentos de concessão de crédito podem ser esquematizados da seguinte maneira:





A handwritten signature, possibly reading "A. J.", written in dark ink at the bottom center of the page.

ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Consultora.

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Consultora segundo as etapas da cobrança são a seguir descritas:

- (a) após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, a Consultora enviará aos respectivos Devedores dos Direitos de Crédito:
 - a. notificação aos respectivos Devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao Artigo 290 do Código Civil; e
 - b. o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito que preverá o pagamento na Conta de Recebimento.
- (b) após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Consultora confirmará junto aos respectivos Devedores o recebimento do boleto de cobrança, mediante:
 - a. a realização de contato telefônico e envio de correspondência aos Devedores, solicitando a confirmação por escrito (via fax, e-mail ou carta) do recebimento do boleto de cobrança;
 - b. a Consultora poderá, adicionalmente, a seu exclusivo critério, solicitar a confirmação por escrito do Devedor da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
- (c) até 03 (três) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato por telefone com o respectivo Devedor que não tiver confirmado o recebimento do boleto de cobrança, com o objetivo informar ao Devedor o vencimento do Direito de Crédito e, se for o caso, providenciar a emissão da segunda via do boleto de cobrança;
- (d) após 02 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com o respectivo Devedor para comunicá-lo do vencimento e da necessidade de pagamento do Direito de Crédito correspondente em até 3 (três) Dias Úteis, contados de tal comunicação;
- (e) caso o Direito de Crédito não seja pago no prazo de 03 (três) Dias Úteis mencionado no item (d) acima, o Título de Crédito representativo do Direito de Crédito será levado a protesto pela Consultora no competente Cartório de Protestos;
- (f) caso o protesto não seja sustado tempestivamente pelo respectivo Devedor, a Consultora entrará em contato com tal Devedor e com o Cedente a ele relacionada, com o objetivo de obter o pagamento do Direito de Crédito;
- (g) caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o procedimento de acompanhamento e cobrança previstos neste Anexo, a Consultora, a seu exclusivo critério e observado os limites previstos no Contrato de Consultoria, poderá conceder a prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos



(b) não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial do Direito de Crédito contra o Devedor, o Cedente e o respectivo garantidor do Título de Crédito, conforme o caso, de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.

A

REGISTRO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO
4º DIÁRIO - 14
ANEXO VI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS

**ANEXO VI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS
SENIORES**



**SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM**
C.N.P.J. nº 08.945.618/0001-64

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (vinte e cinco mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 1º de agosto de 2007;
- d) Data de Resgate: dia 30 do 36º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data do Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 130% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right) \cdot 130\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da presente emissão;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão; e
- (iii) 60% (sessenta por cento) na Data do Resgate.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente.


ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
AVENIDA DO CONDOMÍNIO APT. 1003

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
4º OFÍCIO - RJ
AVENIDA DO CONDOMÍNIO APT. 1003

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
4º OFÍCIO - RJ
AVENIDA DO CONDOMÍNIO APT. 1003

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2007.


**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Testemunhas:

1. Camila Mellica Castro

Nome: CAMILA MELLIKA CASTRO
RG: 141314 540107
C.P.F.: 023.425.454-54

2. Jordana Mellica Castro

Nome: JORDANA MELLIKA CASTRO
RG: 926.233.981-8
C.P.F.: 154.431.914-87



ESTADO DE SÃO PAULO
GOV. J. SPINOLA
SECRETARIA DE ECONOMIA
SECRETARIA DE FISCALIA

**ANEXO VII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS:
SENIORES**

A

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
OFICIO - RJ
ACERVO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
OFICIO - RJ
ARQUIVO DE DOCUMENTOS ASSINADOS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
OFICIO - RJ
ARQUIVO DE DOCUMENTOS ASSINADOS

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. N° 08.845.618/0001-64**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
OFICIO - RJ
ARQUIVO DE DOCUMENTOS ASSINADOS

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES OBJETO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 2ª Série de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, a serem objeto da 2ª Distribuição Pública de Quotas do Fundo, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de julho de 2008;

d) Data de Resgate: dia 30 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;

e) Meta de Rentabilidade Previsória: acumulação de 125% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{252} - 1 \right) * 125\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir.

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 18º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 30 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

9



ANEXO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ADMINISTRATIVO

ANEXO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ADMINISTRATIVO

- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 42º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 54º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

h) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 01 (uma).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2008.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: [Assinatura]
Cargo: Marcio Graciano de Severiano Cardoso
Diretor

Nome: [Assinatura]
Cargo: Marcio Ferrati
Procurador

ANEXO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ADMINISTRATIVO

Testemunhas:

1. [Assinatura]
Nome: THIAGO VIEIRA AMAR
RG: 40132734-3
CPF: 054.543.331-17

2. [Assinatura]
Nome: MARILIA ROBERTO S. SILVA
RG: 1.213.15.040/02
CPF: 065.015.254-84

Roberto Apolinário de Andrade
Substituto
CPF: 12867972-1
CPF: 12867972-1
CPF: 12867972-1

Em 29 de julho de 2008, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Valores Mobiliários, compareceram os signatários acima mencionados, devidamente identificados, e assinaram o presente documento.

[Assinatura]
CPF: 12867972-1

REGISTRO DE QUOTAS E DISTRIBUIÇÃO
1º DIÁRIO - 12/2
ARQUIVO REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO

**ANEXO VIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SUBORDINADAS MEZANINO**



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO**

Suplemento ao Regulamento para emissão da Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de agosto de 2008;
- d) Data de Resgate: dia 05 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 170% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo, portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right) \times 170\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 18º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 05 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;



-

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

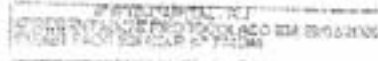
Ata de Assembleia Geral dos Quotistas Realizada em 02 de Fevereiro de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



FUNDO DE INVESTIMENTO EM DÍBITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM
(o "Fundo")

CNPJ nº 08.845.618/0001-64



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2009

DATA E LOCAL: 02 de fevereiro de 2009, às 14:00 hs, em 2ª convocação, na sede social da Administradora do Fundo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar.

PRESENÇA: Presentes os Quotistas em número legal, cujas assinaturas encontram-se apostas no Livro de Presença de Quotistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Camila Serra – Presidente
Thiago Amar – Secretário

CONVOCAÇÃO: Realizada por meio de cartas enviadas a todos os Quotistas, nos termos do artigo 60 do Regulamento e de publicação realizada na edição nacional do Jornal Valor Econômico, no dia 22 de janeiro de 2009.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas, por unanimidade de votos as seguintes matérias colocadas na ordem do dia:

1. ratificação da alteração do endereço da Administradora do Fundo para Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ, passando o texto do artigo 16 do Regulamento do Fundo a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 16 O Fundo será administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (a "Administradora")."
2. alteração da definição de "Instituições Autorizadas" para estabelecer que para efeitos do Regulamento do Fundo, o termo "afiliada" significa, em relação a uma determinada





pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, direta ou indireta, ou qualquer pessoa física direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa, a qual possa a vigorar da seguinte forma:

Instituições Autorizadas:	<p>são as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN-AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; • Banco Santander Banespa S.A.; • Banco BNP Paribas Brasil S.A.; • ING Bank N.V. S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú S.A.; • Banco Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; • Banco Votorantim S.A. <p>Para efeitos deste Regulamento, o termo "afiliada" significa, em relação a uma determinada pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, direta ou indireta, que direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa."</p>
---------------------------	--

3. alteração da definição de "Direitos de Crédito" constante do parágrafo único do artigo 2º, bem como do Anexo I do Regulamento para (i) tornar expresso que debêntures e notas promissórias comerciais encontram-se contidos dentre os títulos de crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, e (ii) para incluir o segmento financeiro dentre os segmentos de atividade econômica dos quais poderão decorrer os Direitos de Crédito, os quais passam a vigorar com a seguinte redação respectivamente:

Parágrafo Único Os direitos de crédito são individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures, notas promissórias comerciais ou todo e qualquer outro título representativo de crédito (os "Títulos de Crédito"), por contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores (os "Direitos de Crédito").



"Direitos de Crédito:	são todos os direitos de crédito representados por Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores;
-----------------------	--

4. inclusão no Anexo I do Regulamento do Fundo da definição de "Títulos de Crédito" constante do artigo 2º do Regulamento, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Títulos de Crédito:	são todo e qualquer outro título representativo de crédito, incluindo, mas não se limitando a duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures e notas promissórias comerciais."
----------------------	--

5. inclusão de previsão, no Regulamento, sobre a possibilidade das amortizações das quotas serem realizadas com valores de principal, passando o novo parágrafo do artigo 40 e o novo parágrafo do artigo 43 a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 40 (...)

Parágrafo 3º As Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abranger rendimentos/juros."

"Artigo 43 (...)

Parágrafo 2º As amortizações de Quotas Subordinadas Junior poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 62 deste Regulamento; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros."

6. alteração das condições de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo constantes da letra "b" do parágrafo 1º do artigo 11 do Regulamento, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

3





*Artigo 11 (...)

Parágrafo Primeiro

(b) São condições para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo (as os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores."

7. substituição do Gestor do Fundo para o BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda., passando o artigo 23 e a definição de "Gestora" constante do Anexo I do Regulamento a vigorar com a seguinte redação:

*Artigo 23 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros, nº 633, 401, 402 e 403, inscrita no CNPJ sob o nº 08.896.477/0001-09 (a "Gestora"), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

*Anexo I (...)

Gestora: é a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.;

8. inclusão de nova matéria sujeita à aprovação da assembleia geral de quotistas do Fundo, em primeira convocação, pelos titulares de quotas do Fundo que representem maioria das quotas emitidas pelo Fundo, e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes, com inclusão, para tanto, de nova alínea no parágrafo 2º do artigo 62 do Regulamento, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

*Artigo 62 (...)

Parágrafo 2º (...)

(vii) realização de Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino exclusivamente com valores de principal."

9. inclusão de nova matéria sujeita à aprovação da assembleia geral de quotistas do Fundo, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das quotas subordinadas junior do Fundo em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das quotas subordinadas juniores dos presentes, com inclusão de nova alínea no parágrafo terceiro do artigo 62 do Regulamento do Fundo, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:



*Artigo 62 (...)

Parágrafo Terceiro (...)

(iv) realização de amortizações de Quotas Subordinadas Junior exclusivamente com valores de principal."

10. aprovação do pagamento de amortização parcial de quotas subordinadas junior exclusivamente com valores de principal, a ser realizado no dia 03 de fevereiro de 2009, observadas as condições para pagamento de amortização parcial de quotas subordinadas junior estabelecidas no Regulamento do Fundo.
11. concessão de autorização à Administradora para a realização de pagamento de amortizações programadas de quotas seniores e de quotas subordinadas mezanino do Fundo exclusivamente com valores de principal, bem como de amortizações programadas e/ou parciais de quotas subordinadas juniores exclusivamente com valores de principal, observadas as condições para pagamento de tais amortizações estabelecidas no Regulamento do Fundo.
12. inclusão do artigo 77 no Regulamento do Fundo que se refere ao sumário da Política de Exercício de Direito de Voto nas Assembleias das Companhias e fundos em que o Fundo detenha participação, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

*Artigo 77 A Gestora adota política de exercício de direito de voto (a "Política de Voto") em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que conferiram aos seus titulares o direito de voto.

Parágrafo Primeiro A Política de Voto da Gestora destina-se a estabelecer a participação da Gestora em todas as assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que conferiram direito de voto aos fundos de investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas na referida Política de Voto.

Parágrafo Segundo A versão integral da Política de Voto da Gestora encontra-se disposta no site da Gestora no endereço: www.bnymellon.com.br/sf."

13. consolidação do Regulamento do Fundo, em razão das alterações mencionadas acima.
14. em razão (i) da não apresentação das demonstrações financeiras do Fundo pelos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, até a data da realização da presente assembleia, e (ii) tendo em vista o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social para que a assembleia geral de quotistas delibere sobre as demonstrações financeiras do Fundo, conforme disposto no artigo 49 da Instrução CVM 409/04, a aprovação das demonstrações financeiras do Fundo, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008,

5

será matéria de nova assembleia geral de quotistas a ser convocada pela Administradora oportunamente.


ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foi a ata assinada pelos integrantes da mesa e pelos quotistas presentes. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2009.

Certifico e dou fé que a presente é cópia
fiel da lavrada em livro próprio.


Thiago Amaral
Secretário



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Avaliado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 355.905 do Livro B-99
O QUE CERTIFICO. RJ, 02 de fev. 2009


4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS. RJ
Elisa Angelica da Silva
Escriturante Autorizada



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
nº 016701 - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANCIJUNADO

REGULAMENTO

DO

**"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM"**

Datado de

02 de fevereiro de 2009



MINISTÉRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANEXO

ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	4
CAPÍTULO II - OBJETO	4
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	5
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	5
CAPÍTULO V - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO	9
CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	10
CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO	11
CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA	18
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	21
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	22
CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA	25
CAPÍTULO XII - QUOTAS	25
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	28
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	31
CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	32
CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	33
CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	33
CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	34
CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	35
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	36
CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	39
CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL	39
CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	43
CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	44
ANEXO I - DEFINIÇÕES	45
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO	53
ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO	56
ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO	59
ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA	61
ANEXOS VI, VII E VIII - SUPLEMENTOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DE QUOTAS SENIORES E DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO	63





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DECRETANO ANEXO

**REGULAMENTO
DO
"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM"**

O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM", disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o "CMN"), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliários (a "Instrução CVM 356" e a "CVM", respectivamente), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente regulamento (o "Regulamento").

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com duração por tempo indeterminado, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, conforme definido a seguir, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

CAPÍTULO II - OBJETO

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo Único Os direitos de crédito são individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures, notas promissórias comerciais ou todo e qualquer outro título representativo de crédito (os "Títulos de Crédito"), por contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores (os "Direitos de Crédito").



REUNIR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO REGULAMENTO ANEXO 3

CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO

Artigo 3º As Quotas do Fundo serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Regulamento (a "Política de Investimento e Composição da Carteira").

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e os Cedentes, observadas as disposições dos respectivos Títulos de Crédito.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo 3º A definição e implementação da política de concessão dos créditos descrita no Anexo III do presente Regulamento, a análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a avaliação da validade dos Títulos de Crédito e da capacidade econômica dos Cedentes e dos Devedores, caberão exclusivamente à Consultora, a ser contratada pela Administradora em nome do Fundo especificamente para esse fim. Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 4º Além do enquadramento nos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V a seguir, a Consultora somente considerará passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos de Crédito cuja aquisição, caso regularmente adimplidos, inclusive considerando-se a hipótese de pré-pagamento com desconto quando esta esteja prevista expressamente no Direito de Crédito previamente à sua aquisição pelo Fundo, propicie ao Fundo taxa de retorno maior ou igual à Taxa Mínima de Retorno, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TMR} = 1,7 \times \text{Taxa DI}$$

Sendo:

TMR = Taxa Mínima de Retorno



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANTERIOR

Parágrafo 5º Uma vez definidos pela Consultora os Direitos de Crédito que essa entenda passíveis de aquisição pelo Fundo, a Consultora deverá fornecer ao Custodiante a relação dos referidos Direitos de Crédito, acompanhada de declaração de que os Direitos de Crédito constantes da referida relação atendem aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento.

Parágrafo 6º Não obstante caber à Consultora a indicação e a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento.

Parágrafo 7º Não obstante a diligência da Administradora, da Consultora, da Gestora e do Custodiante em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, a Administradora, a Consultora, a Gestora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento ou não dos Direitos de Créditos, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Quotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Parágrafo 8º Uma vez adquiridos os Direitos de Crédito, não será admitida a renegociação e/ou refinanciamento dos mesmos, exceção feita às hipóteses de renegociação e/ou refinanciamento decorrentes de inadimplemento dos Direitos Creditórios, a serem conduzidas pela Consultora nos termos da Política de Cobrança do Fundo, estabelecida no Anexo V deste Regulamento. Considera-se renegociação e/ou refinanciamento alterações nas condições dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, incluindo, mas não se limitando a alterações do cronograma de pagamento dos mesmos, ou modificação de taxa de desconto considerada no cálculo do preço de aquisição dos Direitos de Crédito. A renegociação ou refinanciamento poderá contar com a participação do Cedente caso o Direito de Crédito tenha sido adquirido com coobrigação deste, hipótese em que a Consultora poderá, em nome do Fundo, exigir do Cedente o pagamento e o cumprimento dos termos da eventual renegociação ou refinanciamento.

Parágrafo 9º Sem prejuízo do estabelecido no Parágrafo 8º acima, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus devedores, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Não será admitida a concessão de descontos para pré-pagamento de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Direitos de Crédito quando de sua aquisição. Na hipótese de aquisição de um Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pré-pagamento, a Consultora será responsável pelas tratativas com o respectivo Devedor do Direito de Crédito em questão para a definição da data de pré-pagamento e do montante a ser recebido pelo Fundo. Os montantes que eventualmente venham a ser objeto de pré-pagamento serão recebidos pelo Custodiante em nome do Fundo.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DECISÓRIO ADMINISTRATIVO

Artigo 5º Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observado os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V.

Parágrafo Único Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do caput deste Artigo 5º, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Artigo 6º A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) títulos de emissão do BACEN;
- d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- e) certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Parágrafo Único Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá alocar no máximo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais títulos. Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas, o percentual máximo ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas quotas emitidas.

Artigo 7º Considerando que em vista (a) da composição da carteira do Fundo e (b) do fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no Artigo 37 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores, a Gestora poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade "com garantia", nos mercados de bolsa de mercadorias e futuros e de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

Parágrafo Único Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações, devem ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.



MINISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DE DOCUMENTOS ARQUIVADO

Artigo 8º Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, a Administradora, a Gestora e a Consultora deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Artigo 8º e no Contrato de Cessão:

- a) o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- b) o total de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, pode representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O limite ora estabelecido não se aplica à títulos de emissão do Governo Federal; e
- c) total de emissão de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 1º O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 2º Os limites de concentração da carteira do Fundo estabelecidos neste Artigo 8º poderão ser extrapolados com relação a uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas, nas seguintes hipóteses:

- a) em relação a Devedores que possuam classificação de risco igual ou superior a "brAA" emitida pela Standard & Poor's Service Ratings, ou equivalente emitida por agência de classificação de risco de reconhecida reputação, hipótese em que: (i) o total de emissão de tal Devedor poderá representar até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e (ii) o total de emissão do controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum a tal Devedor considerados conjuntamente, poderá representar até 05% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (não sendo considerado em tal montante o total de emissão de tal Devedor); e
- b) desde que (i) a somatória dos limites de tais pessoas não ultrapasse 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) a *Duration* dos títulos de emissão das pessoas em questão consideradas conjuntamente, calculado de acordo com a fórmula a seguir, seja menor ou igual a 60 (sessenta) dias; e (iii) em se tratando de Devedor, este não tenha incorrido em atrasos nos pagamentos por ele devidos ao Fundo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Não serão consideradas na somatória dos limites a que se refere o item "i" acima, as operações relativas às pessoas mencionadas na alínea "a" deste Parágrafo.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO REGULAMENTO INTERNO

$$\frac{D - (C_1 \times d_1) + (C_2 \times d_2) + (C_n \times d_n)}{C_1 + C_2 + C_n}$$

Sendo:

D = Duration

C = Valor presente do título de crédito em na data do cálculo, considerando como taxa de desconto a taxa de desconto utilizada em sua aquisição.

d = Número de dias restantes para a data de vencimento do título de crédito, na data do cálculo.

Parágrafo 3º O total de coobrigação assumido por um único Cedente poderá representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 9º Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 10º As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) da Consultora; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO V – CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 11 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na data de aquisição e Pagamento, cumulativamente, das seguintes condições de cessão e critérios de elegibilidade estabelecidos a seguir:

Parágrafo Primeiro São condições para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo (as “Condições de Cessão”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser representados pelos Documentos Comprobatórios, observados os limites de concentração estabelecidos no Artigo 8º deste Regulamento; e
- (b) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.

Parágrafo Segundo Os critérios de elegibilidade para a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo são (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos a mais de 180 dias;



RECEBIMOS DE CVM DO FUNDADOR
1º CRÉDITO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANEXADO

- (b) os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e
- (c) sua aquisição ter sido previamente aprovada pela Consultora, mediante envio ao Custodiante de aviso contendo informações sobre o devedor, o cedente, eventuais coobrigados e o Direito de Crédito, bem como sobre o cumprimento das condições de cessão estabelecidas no Parágrafo 1º acima, com forma e conteúdo acordado com o Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo Terceiro O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito representados por warrants, ou relativos contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, aos quais se refere o Parágrafo 8º do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

Artigo 12 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações a eles inerentes, observados:

- a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;
- c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento; e
- d) a política de investimento e composição da carteira definida no Capítulo IV deste Regulamento.

Artigo 13 Cada uma dos Cedentes é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Títulos de Crédito cedidos, bem como pela liquidez e certeza dos Direitos de Créditos a eles referentes, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Parágrafo Único Na hipótese de o Fundo adquirir Direitos de Crédito em relação aos quais os Cedentes se coobriguem com os Devedores, esses serão também responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos, respondendo como devedoras solidárias dos Devedores dos Direitos de Crédito.

CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 14 Os Cedentes deverão observar a política de concessão de créditos estabelecida no Anexo III do presente Regulamento, na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo.



PROCESSO DE SELEÇÃO E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO DA
ÁREA DE DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO

Artigo 15 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes. Antes de adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que nessa hipótese a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, os Direitos de Crédito e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 1º Riscos de Mercado:

- (a) Efeitos da Política Econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito.

- (b) Risco de Descasamento entre as Taxas de atualização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade Prioritárias atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em seus respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Fundo e (ii) das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Riscos de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Devedores em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.
- (b) Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Parágrafo 3º Riscos de Liquidez:

- (a) Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DE DOCUMENTO ARQUIVADO

preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

- (c) Liquidez para Negociação das Quotas em Mercado Secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.
- (d) Amortização e Resgate Condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (c) As Quotas Subordinadas Mezanino se Subordinam às Quotas Seniores e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o



MINISTÉRIO DE FINANÇAS E DOCUMENTOS
1ª CIRCUNSCRIÇÃO
ANEXO AO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (f) As Quotas Subordinadas Junior se Subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino e ao Atendimento da Razão de Garantia Para Efeitos de Amortização e Resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Junior devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores, às Quotas Subordinadas Mezanino para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino estão condicionadas ainda à manutenção da razão de garantia e à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização. Considerando-se a natureza dos Direitos de Crédito e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, a Administradora, o Custodiante, a Gestora, a Consultora e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Junior ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, a Gestora e a Consultora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Riscos Operacionais:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (b) Documentos Comprobatórios. Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios e nos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 27 deste Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.



ARQUIVO DE ATUALIZAÇÃO E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DE DOCUMENTOS ARQUIVADOS

Por fim, os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos.

- (c) Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo.
Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora dos Devedores. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (d) Risco de Sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente



afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Parágrafo 5º Outros Riscos:

- (a) Risco de Instrumentos Derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- (b) Risco de Descontinuidade. A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV acima.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

Quanto ao risco dos Cedentes, destacam-se:

Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dada causa aos procedimentos do Capítulo XIX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
AMPLIO AO DOCUMENTO ARGENTINO

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (e) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.
- (d) Limitação do Gerenciamento de Riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- (c) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (f) Risco decorrente da falta de registro dos Termos de Cessão. As vias originais de cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros, a operação registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário, a não realização do registro poderá dificultar a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário. A administradora, a Gestora, o



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4ª OFICINA - RJ
AVENIDA DO DOCUMENTO ANUÁRIO

Custodiante e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em função da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios em decorrência da falta de registro de Termos de Cessão.

- (g) Inexistência de Garantia de Rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Gestora, pela Consultora, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA

Artigo 16 O Fundo será administrado por **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (a “Administradora”).

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Artigo 17 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes e observada a delegação de poderes à Gestora, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º As atribuições da Administradora são aquelas dispostas no Artigo 34 da Instrução CVM 356 e suas posteriores alterações, e toda e qualquer outra obrigação da Administradora prevista na Instrução CVM 356.



REGISTRO DE COPIAS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DE DOCUMENTOS ASSINADO

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior e na legislação e regulamentação aplicáveis no Fundo, são obrigações da Administradora:

- (a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
 - i. a substituição do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora ou do Custodiante e/ou sua própria substituição;
 - ii. a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
- (b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (c) informar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial dos Agentes de Recebimento, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 3º Nas hipóteses previstas na alínea (a) do Parágrafo 2º deste Artigo 17 os Quotistas serão considerados devidamente notificados caso tenham sido convocados, nos termos do Artigo 60 abaixo, para deliberar em Assembleia Geral sobre os temas previstos na referida alínea (a).

Parágrafo 4º É vedado à instituição Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título.
 - i. As vedações de que tratam os itens (a) a (c) deste Parágrafo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.



SECRETARIA DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DECRETAMENTO ARQUIVADO

- ii. Excetuam-se do disposto no item anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do fundo.

Parágrafo 5º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do próprio Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo;
- (l) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Artigo 18 Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas neste Regulamento, uma Taxa de Administração de 2 % (dois por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos),



REGIÃO DE FÓRUM DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - 61
AVISO AO DOCUMENTO ADQUIRIDO

sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior a R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) mensais.

Parágrafo 1º A remuneração de que trata este Artigo 18 será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 abaixo.

Artigo 19 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 Mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, por meio eletrônico, através de carta endereçada a cada Quotista ou mediante publicação de aviso no Periódico utilizado para divulgar as informações referentes ao Fundo (a "Comunicação de Renúncia"), a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXI a seguir.

Artigo 21 No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até 90 (noventa) dias da data da Comunicação de Renúncia, ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo 1º A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento. O prazo de 30 (trinta) dias estabelecido neste Parágrafo, poderá ser ultrapassado, conforme o caso, limitado ao prazo de 90 (noventa) dias contados da Comunicação de Renúncia, conforme o disposto no caput deste Artigo 21.

Parágrafo 2º Caso, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição substituta até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, ou por qualquer razão, em até 62 (sessenta e dois) dias contados da Comunicação de Renúncia nenhuma instituição assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 60 deste



Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

Artigo 22 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade da própria Administradora.

CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 23 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela **BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros, nº 633, 401, 402 e 403, inscrita no CNPJ sob o nº 08.896.477/0001-09 (a "**Gestora**"), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º A partir da qualificação da Consultora perante a CVM para atuar como gestora de carteira nos termos da regulamentação vigente, caberá à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observado o disposto no Artigos 6º e no Artigo 8º deste Regulamento. Nessa hipótese, a Consultora poderá, observado o disposto no parágrafo 2º deste Artigo, a qualquer tempo substituir integralmente a Gestora designada no caput deste Artigo passando a exercer também as funções desta.

Parágrafo 2º A efetivação da substituição da atual Gestora pela Consultora nos termos do Parágrafo 1º acima, dependerá, necessariamente: (i) de deliberação em Assembleia Geral de Quotistas; (ii) de alteração do Regulamento do Fundo e (iii) de publicação de fato relevante.

Artigo 24 O Fundo contratou a Consultora **SILVERADO INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 07.721.591/0001-35, com sede na Avenida Vereador José Diniz, nº 3725, conj. 51, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (a "**Consultora**"), contratada nos termos do inciso I do Artigo 39 da Instrução CVM 356, para a prestação dos serviços de (i) análise e seleção de potenciais Cedentes e dos respectivos Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, conforme previstos no Capítulo V deste Regulamento; (ii) negociação dos valores de cessão com as respectivas Cedentes; (iii) cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria.

Parágrafo 1º Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de renúncia da Consultora, a Administradora ficará obrigada, em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação acerca da renúncia da Consultora, convocar Assembleia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, sendo tal convocação



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARGUMENTO

também facultada aos Quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas.

Parágrafo 3º Não obstante a entrega da notificação de renúncia, a Consultora deverá permanecer no exercício de suas funções (i) até sua efetiva substituição, ou (ii) pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrega da notificação de renúncia, dos dois o que ocorrer primeiro.

Artigo 25 Será devida à Consultora, a título de honorários pelas atividades estabelecidas neste Regulamento, uma Taxa de Consultoria a ser deduzida da Taxa de Administração, nos termos acordados em documento celebrado entre a Administradora e a Consultora, a ser paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

Artigo 26 Os Direitos de Crédito somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia análise e seleção pela Consultora e a verificação de seu enquadramento nos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 1º Sem prejuízo das demais responsabilidades do Custodiante nos termos da regulamentação aplicável, os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda da Consultora.

Parágrafo 2º Nos termos do Contrato de Consultoria, o Fundo outorgou à Consultora todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos no *caput* do Artigo 24.

Parágrafo 3º A Consultora não é responsável, a qualquer tempo, pela existência ou pagamento dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.

Artigo 27 O Fundo contratou o **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instituição financeira regularmente autorizada pelo BACEN e credenciada perante a CVM, para prestar os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria ao Fundo (“Custodiante” ou “Agente Escriturador”, conforme o caso), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

Parágrafo 1º Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos deste Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Títulos de Crédito, dos contratos de compra e venda, locação, e/ou prestação de serviços, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito (os “Documentos Comprobatórios”).

Parágrafo 2º O Custodiante deverá proceder a auditorias periódicas, no mínimo trimestrais, dos Documentos Comprobatórios e dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com vistas a verificar a regularidade desses. Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por amostragem, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de Devedores descritos a seguir. Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela realização das referidas auditorias periódicas,



será permitido ao Custodiante, às suas expensas, delegar a operacionalização das referidas auditorias periódicas a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

Parágrafo 3º Como parâmetro para a definição da amostragem das auditorias periódicas a que se refere o parágrafo 2º acima, o Custodiante utilizar-se-á de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em relação à

$$n_0 = \frac{1}{\sum_{i=1}^N \frac{1}{x_i^2}} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos direitos creditórios, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, calculado de acordo com a seguinte fórmula.

Sendo:

- e : Erro Estimado
- A : Tamanho da Amostra
- N : População Total
- n_0 : Fator Amostral

Parágrafo 4º O Fundo, com a intervenção e anuência da Administradora e do Custodiante, aceita a contratação da Consultora para, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Capítulo XI, adotar as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os respectivos Devedores que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Devedores, e reembolsar a Consultora de toda e qualquer despesa, efetiva e comprovadamente ocorrida na defesa dos interesses do Fundo, observado o disposto no Artigo 57, nos termos do Contrato de Cobrança. Em hipótese alguma será a Administradora responsável pelo pagamento ou reembolso à Consultora de quaisquer despesas porventura não alocadas ao Fundo.

Artigo 28 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.753.217/0001-29, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, sociedade devidamente cadastrada na CVM (o "Auditor Independente").

Parágrafo Único O Auditor Independente realizará procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por amostragem: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora, à Gestora, ao Custodiante e à Consultora relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste parágrafo (o "Relatório de Avaliação").

Artigo 29 Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a **AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr.,

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1ª OFICINA - RJ
ANEXO AO GOVERNO ARQUITETADO

110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco (a "Agência de Classificação de Risco").

CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 30 Observados os termos e as condições da legislação aplicável, os Devedores efetivarão o pagamento da totalidade dos valores decorrentes dos Títulos de Crédito, cujos respectivos Direitos de Crédito sejam de titularidade do Fundo, por meio de depósito único em uma das Contas de Recebimento, na forma do Contrato de Cessão e dos Contratos de Agente de Recebimento, conforme informado pela Consultora aos Devedores.

Parágrafo 1º Observado o disposto neste Artigo e nos Contratos de Agente de Recebimento, os Agentes de Recebimento deverão proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas de Recebimento, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados. Os Agentes de Recebimento deverão transferir para a Conta do Fundo, em até 01 (um) Dia Útil do seu recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo depositados pelos Devedores nas respectivas Contas de Recebimento.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Cedentes virem a receber valores referentes a qualquer pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos ao Fundo, os Cedentes deverão transferir ao Fundo o montante porventura recebido, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores e informar a Consultora acerca da transferência, sob pena de em não o fazendo, ficarem impedidos de realizar cessões ao Fundo. Uma vez informada, a Consultora deverá transmitir a informação ao custodiante até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento da informação.

Parágrafo 3º Além das disposições deste Artigo, a Consultora será responsável, nos termos do Contrato de Consultoria e da Política de Cobrança descrita no Anexo V deste Regulamento, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito, cujos Devedores estejam inadimplentes, na qualidade de mandatária do Fundo e prestadora de serviços especialmente contratados pelo Fundo.

Parágrafo 4º Não obstante o disposto no Parágrafo 1º acima, a Consultora não será responsável pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

CAPÍTULO XII - QUOTAS

Artigo 31 A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;



RESERVA DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO A7 DOCUMENTO ASSINADO

- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e
- (c) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º Cada emissão de série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo IV a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas a serem Distribuídas e (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (o "Suplemento"). Fica desde já autorizada a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV no presente Regulamento por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Quotistas para tanto.

Parágrafo 2º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 37 a seguir.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) Valor Unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feitas às relacionadas no Artigo 62, Parágrafos 3º e 4º, sendo que a cada Quota Senior corresponderá a 1 (um) voto.

Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Parágrafo 5º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 1.000 (mil) Quotas Seniores.

Artigo 32 O Fundo emitirá duas classes de Quotas Subordinadas que poderão ser subscritas a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, podendo inclusive ser objeto de distribuição pública, sendo: (i) até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino, e (ii) até 20.000 (vinte mil)



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
DATA DO DOCUMENTO ARQUIVADO

Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 1º O número de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior poderão ser aumentados mediante deliberação de titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes, realizada nos termos do Artigo 62 Parágrafo 3º.

Parágrafo 2º A realização de oferta pública de Quotas Subordinadas Mezanino dependerá de registro perante a CVM, o qual deverá ser solicitado pela Administradora mediante instruções da Consultora.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37-A deste Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceção feita às relacionadas no Artigo 62, Parágrafo 3º, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 4º As Quotas Subordinadas Júnior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação;
- (c) admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;



MINISTÉRIO DE RECURSOS E DOCUMENTOS
nº 01/170-43
ANEXO AO DECRETO Nº 10.000/2010

- (d) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Quotas Subordinadas Junior distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 38 deste Regulamento;
- (e) direito de preferência na subscrição de novas Quotas Subordinadas Junior na proporção do número de Quotas Subordinadas Junior que possuem quando da emissão, observado o disposto no Parágrafo 5º a seguir;
- (f) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 5º A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir novas Quotas Subordinadas Junior, no montante indicado pela Consultora, devendo informar, por meio de correio eletrônico ou fax, os então titulares de Quotas Subordinadas Junior do número de Quotas a ser emitido e consultá-los acerca de seu interesse em exercer seu direito de preferência estabelecido na alínea "e" acima. Uma vez informados pela Administradora os Quotistas Subordinados Junior deverão se manifestar até às 12:00 hs. do primeiro Dia Útil imediatamente subsequente, sendo que a não manifestação até o horário acima estabelecido será considerada como negativa de interesse na subscrição.

Parágrafo 6º O Fundo poderá criar novas classes de Quotas Subordinadas Mezanino, mediante a necessária alteração deste Regulamento, sendo que (i) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ser subordinada à(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s), a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares de Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral; e (ii) na hipótese de a nova classe de Quotas Subordinadas Mezanino ter prioridade de amortização e/ou resgate em relação à(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s), a criação da nova classe dependerá de deliberação apenas dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino que serão subordinadas em relação à nova classe de Quotas e das Quotas Subordinadas Junior reunidos em Assembleia Geral.

Artigo 33 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo Único As Quotas serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.

CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 34 As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
HABER AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Junior serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37, 38 e 37-A deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor de Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 35: A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no respectivo Suplemento de distribuição, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento. No ato de subscrição de Quotas Subordinadas Junior, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 36 Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora.

Artigo 37 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores (conforme definido no Parágrafo 4º a seguir).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º GAB. CIO - 153
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da série estabelecida em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 37-A A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores calculado nos termos do Artigo 37 deste Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino (conforme definido no Parágrafo 4º a seguir).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Subordinadas Mezanino, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas Junior.

Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Subordinadas Mezanino, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino estabelecida em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Subordinadas Mezanino.

Artigo 38 A emissão da primeira série de Quotas Subordinadas Junior ocorrerá na mesma data de emissão da primeira série de Quotas Seniores.



REGISTRO DE IMÓVEIS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Parágrafo Único A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores em Circulação e das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 39 As Quotas Seniores de cada série, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão resgatadas pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único A ocorrência de feriado na cidade em que seja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer resgate ou amortização, devendo as mesmas ser pagas nas datas originalmente previstas. Na hipótese de a data prevista para qualquer resgate ou amortização não ser dia útil ou ser feriado na cidade de São Paulo, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil ou Dia útil na cidade de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente.

Artigo 40 Sem prejuízo do previsto no Artigo 41 a seguir, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, bem como de Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 1º A realização de Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas Mezanino está condicionada à manutenção da Razão de Garantia estabelecida no Capítulo XIX deste Regulamento e à existência de disponibilidades do Fundo para tanto.

Parágrafo 2º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento da totalidade do valor de uma determinada Amortização Programada de Quotas Subordinadas Mezanino, o valor disponível será rateado entre os Quotistas Subordinados Mezanino, sendo o pagamento da parcela remanescente adiado para o último dia útil do mês imediatamente subsequente àquele para o qual estava programada, data essa em que deverá ser realizado novo procedimento de verificação de cálculo de suficiência dos recursos e pagamento de amortização, caso possível. O procedimento ora estabelecido será repetido por tantas vezes quanto necessário para que se proceda ao pagamento integral do valor da Amortização Programada em questão.

Parágrafo 3º As Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a Amortização Programada deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º QUARTO - RJ
ANEXO 22 - DOCUMENTO ASSINADO

Artigo 41 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 40 acima.

Artigo 42 Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate e Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série, ou das Quotas Subordinadas Mezanino deverão observar os quorums específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

Artigo 43 É facultada a amortização programada e/ou a amortização parcial de Quotas Subordinadas Junior antes do resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, desde que após as referidas amortizações (i) seja mantida a Razão de Garantia estabelecida no Capítulo XIX deste Regulamento, no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas Junior que exceder a Relação Mínima, e (ii) o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

Parágrafo 1º Em cada data de Amortização Programada de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder a Relação Mínima, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

Parágrafo 2º As amortizações de Quotas Subordinadas Junior poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) prévia aprovação da Assembleia Geral de quotistas, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 62 deste Regulamento; e (ii) envio pela Gestora das informações necessárias, a critério do Administrador, para a operacionalização dos pagamentos. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos neste parágrafo, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 44 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores; (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino em suas respectivas Datas de Amortização e Datas de Resgate; e (iii) aos titulares das Quotas Subordinadas Junior nas hipóteses previstas no no Artigo 43 e no Artigo 52 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37, o Artigo 37-A e 38 deste Regulamento, conforme o caso.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas



MINISTÉRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA
4º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DO DOCUMENTO ASSINADO

em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP e pela CBLAC, conforme o caso, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 57 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 45 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 46 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 47 Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora, conforme orientação da Consultora, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- (c) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica;
- (d) devolução, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, por meio do resgate ou amortização de Quotas Subordinadas Mezanino; e
- (e) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 48 Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante e na inexistência será precificada pela curva, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º O Fundo terá escrituração contábil própria.

Parágrafo 2º Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Artigo 49 As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º Não obstante o estabelecido no caput, não será constituída provisão para devedores duvidosos em relação aos direitos creditórios e ativos financeiros que, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, sejam classificados como "nível A" ou "nível AA".



RECEBIM. DE NOTAS E DOCUMENTOS
1º OFFICIN - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

Parágrafo 2º Não obstante o estabelecido no caput, o Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesse caso, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos no Fundo como perda.

Parágrafo 3º Na hipótese de existência de Direitos de Crédito vencidos a mais de 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo, a Consultora deverá empreender seus melhores esforços para identificar potenciais compradores para tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e a Consultora deverá então reabilitar ou outorgar poderes aos Cedentes para que providenciem a reabilitação do Devedor inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

Parágrafo 5º O Custodiante deverá realizar a conciliação da posição "em ser" da carteira de Direitos de Crédito do Fundo, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Agente de Recebimento.

CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 50 Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Consultora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a "Razão de Garantia") é igual ou superior à Relação Mínima, conforme definida abaixo.

Parágrafo Único Para fins deste Artigo 50, a Relação Mínima será de 110% (cento e dez por cento) até que a Razão de Garantia atinja 125% (cento e vinte e cinco por cento) ou transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos dois eventos estabelecidos neste parágrafo a Relação Mínima passará a ser igual a 125% (cento e vinte e cinco por cento) (a "Relação Mínima").

Artigo 51 Caso a Razão de Garantia seja inferior à Relação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior; e
- b) Os Quotistas Subordinados deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea "a" deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Parágrafo Único Caso os Quotistas Subordinados não realizem o aporte adicional de



RECEBIDO DE TITULAR E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
JUNHO 2013 GOVERNADOR ARCOVERDE

recursos conforme a alínea (b) do caput deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 53 deste Regulamento.

Artigo 52 Caso a Razão de Garantia seja superior à Relação Mínima (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das Quotas Subordinadas Junior, do montante que exceder a Relação Mínima, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembleia Geral.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no caput deste Artigo, a Administradora deverá comunicar em 01 (um) Dia Útil após o recebimento de notificação a ela enviada pela Consultora nos termos da alínea "a" do Artigo 51 acima, a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas Junior, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada Junior, devendo o pagamento da amortização ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

Parágrafo 2º O procedimento estabelecido no Parágrafo 1º acima não será aplicável em relação às amortizações parciais realizadas nos termos Artigo 43, Parágrafo Único.

Parágrafo 3º O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas Junior em circulação.

Parágrafo 4º Até que o valor de principal das Quotas Subordinadas Junior seja integralmente amortizado, todos os valores pagos pelo Fundo aos titulares de Quotas Subordinadas Junior o serão a título de amortização de principal.

CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 53 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os "Eventos de Avaliação"):

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (c) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;



REGRAS DE FUNDOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

- (d) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria; e
- (e) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reequilíbrio nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- (f) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas.

Artigo 54 O Fundo não estará sujeito à liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XX, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Artigo 58 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no caput deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembleia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:



REGRAS DE COTAS E DOCUMENTOS
4º EDITION - RJ
MEXIAZ DOCUMENTS ASSOCIATES

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora determinará ao custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 6º Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Artigo 55 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 54 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVII. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 54 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezaninos, e posteriormente o resgate das Quotas Subordinadas Júnior.

Artigo 56 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 54 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, será constituído pelos titulares das Quotas em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas, na forma do Artigo 90, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de sua constituição.

Parágrafo Único. Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em Circulação.



RECEBIMOS DE VÓS O DOCUMENTO
Nº 01/2010-01
ANEXO Nº 01/2010-01/2010-01

CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 57 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- j) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 58 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quorums de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do



REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO DO DOCUMENTO ARQUIVADO

exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;

- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos nos termos do Artigo 31, Parágrafo 1º deste Regulamento;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Gestora, da Consultora, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 59 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV deste Regulamento.

Artigo 60 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANEXADO

Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Parágrafo 7º Na hipótese de a convocação de Assembleia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

Artigo 61 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 62 Ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.

Parágrafo 2º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares de Quotas que representem maioria das Quotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas dos presentes:



- (i) alteração da remuneração da Administradora;
- (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI deste Regulamento, respectivamente;
- (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade;
- (iv) as matérias previstas no Artigo 58 e no Parágrafo 2º do Artigo 31 deste Regulamento;
- (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento;
- (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e
- (vii) realização de Amortizações Programadas de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino exclusivamente com valores de principal.

Parágrafo 3º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Junior em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Juniores dos presentes:

- (i) aumento do número de Quotas Subordinadas Mezanino ou de Quotas Subordinadas Junior estabelecidos no Artigo 32 deste Regulamento;
- (ii) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino subordinada à(s) classe(s) de Quotas Subordinadas Mezanino já existente(s); e
- (iii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior, bem como qualquer aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino; e
- (iv) realização de amortizações de Quotas Subordinadas Junior exclusivamente com valores de principal.

Parágrafo 4º As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas Subordinadas Mezanino dos presentes:

- (i) criação de nova classe de Quota Subordinada Mezanino com prioridade de amortização em relação à classe de Quotas Subordinadas Mezanino já existente; e
- (ii) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ÁREA DO DOCUMENTO ANTECEDENTE

Subordinadas Mezanino.

Artigo 63 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quorums estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 64 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 65 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 66 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 67 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356, alterada pela Instrução nº 393, da CVM.

Artigo 68 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 69 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 70 A Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1ª OFICINA DA
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 71 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 72 O presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 73 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 dezembro de cada ano.

Artigo 74 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF, conforme o Artigo 47 deste Regulamento.

Artigo 75 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 74 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 76 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Artigo 77 A Gestora adota política de exercício de direito de voto (a "Política de Voto") em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que conferam aos seus titulares o direito de voto.

Parágrafo Primeiro A Política de Voto da Gestora destina-se a estabelecer a participação da Gestora em todas as assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que conferam direito de voto aos fundos de investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas na referida Política de Voto.

Parágrafo Segundo A versão integral da Política de Voto da Gestora encontra-se disposta no website da Gestora no endereço: www.bnymellon.com.br/sf.



REGISTRO DE RISCO E GARANTIAS
4º TRIMESTRO - RJ
ANEXO AO PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO

Anexo I - Definições

<u>Administradora:</u>	é a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agentes de Recebimento:</u>	são instituições financeiras a serem contratadas pelo Fundo exclusivamente para prestar serviços de recebimento dos valores dos Direitos de Crédito a serem depositados pelos respectivos Devedores;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortizações Programadas, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente:</u>	é KPMG Auditores Independentes ou sua sucessora a qualquer título;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BOVESPAFIX</u>	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão;
<u>CBLC:</u>	é a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
nº 00000000000000000000
ANEXO AO CONTRATO DE INVESTIMENTO

<u>Comunicação de Renúncia:</u>	é a comunicação a ser enviada aos Quotistas pela Administradora em caso de sua renúncia à sua função;
<u>Consultora:</u>	é a Silverado Informações Cadastrais Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente nº 1000703 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão na agência 001, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo.
<u>Contas de Recebimento:</u>	(i) é a conta-corrente nº 88456-1 de titularidade do Fundo, por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., agência nº 3391-0, bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas por estes, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo Contrato de Agente de Recebimento.
<u>Contrato de Agente de Recebimento:</u>	são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada um dos Agentes de Recebimento;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Consultoria:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, celebrado entre a Consultora e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria e Escrituração de Quotas para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a



RECURSO DE RECURSOS E DOCUMENTOS
1º DEFEITO PJ
ANEXO AO DOCUMENTO ACQUISICIONADO

	Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Critérios de Elegibilidade:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 11 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate das Quotas Seniores:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e de Subordinada Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Datas de Amortização das Quotas Seniores:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a data em que se dará o resgate integral das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Datas de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Devedores:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito;



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º DA CONT. DA
ANEXO AO DOCUMENTO REGULAMENTAR

<u>Dia Útil:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na data de aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito representados por Títulos de Crédito, contratos de compra e venda, locação e/ou prestação de serviços, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 27, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Depósito, Contrato de Agente de Recebimento;
<u>Duration:</u>	é o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa, a ser calculado de acordo com a fórmula constante do parágrafo 2º do Artigo 8º deste Regulamento;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembleia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;



REGISTRO DE FUNDOS E DOCUMENTOS
nº 014310 - RJ
ANEXO AO REGULAMENTO ARBOLADO

<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Gestora:</u>	é a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	<p>são as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN-AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; • Banco Santander Banespa S.A.; • Banco BNP Paribas Brasil S.A.; • ING Bank N.V. S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú S.A.; • Banco Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; e • Banco Votorantim S.A. <p>Para efeitos deste Regulamento, o termo “afiliada” significa, em relação a uma determinada pessoa, qualquer pessoa jurídica controlada, coligada, filiada, direta ou indireta, que direta ou indiretamente esteja sob controle comum a tal pessoa, bem como as controladoras diretas ou indiretas de tal pessoa.</p>
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 da CVM, datada de 22 de julho de 2003, Instrução nº 435 da CVM, de 5 de julho de 2006, Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e Instrução nº 446, de 21 de dezembro de 2006;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores e/ou classe de Quotas Subordinadas Mezanino estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação;

RESUMO DE TODOS OS ENCARGOS
1º OFÍCIO - RJ
ENCAR. AD. DOCUMENTO ASSINADO

	incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XX e às provisões referidas no Capítulo XVIII deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal Valor Econômico;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, descrita no Anexo V ao Regulamento;
<u>Quotas Seniores em Circulação</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação;</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Mezanino resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas Junior em Circulação;</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas Junior emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas Junior resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas Junior:</u>	são as Quotas Subordinadas Junior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Subordinadas Junior, consideradas em conjunto;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior;
<u>Quotistas Seniores:</u>	são os titulares das Quotas Seniores;
<u>Quotistas Subordinados Mezanino:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino;



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

<u>Quotistas Subordinados Junior:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Junior;
<u>Quotistas Subordinados:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e Subordinadas Junior, considerados em conjunto;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Relação Mínima:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>SOMAFIX</u>	É o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados.
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 31, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 deste Regulamento;
<u>Taxa de Consultoria:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento;
<u>Taxa Mínima de Retorno:</u>	é a taxa mínima de juros a ser considerada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a ser calculada de acordo com a fórmula constante no parágrafo 4º do Artigo 4º deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis; No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI

MODELO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1ª CIRCULAÇÃO
INFORME AO DOCUMENTO ANEXADO

	<p>quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso.</p>
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento;
<u>Títulos de Crédito:</u>	São todo e qualquer outro título representativo de crédito, incluindo, mas não se limitando a duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário, debêntures e notas promissórias comerciais.
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série.
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	significa: (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série, em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.



EXCETO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

**ANEXO II - TERMO DE ADESÃO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM**

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006, ("Instrução CVM 356/01"), expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter recebido cópia do Regulamento tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência de que não foi ou será elaborado qualquer material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao seu completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV e VII ("Política de Investimento e Composição da Carteira" e "Fatores de Riscos", respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (e) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (g) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);



- (h) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e a Gestora têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- (i) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;
- (j) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembleia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356/01;
- (k) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Valor Econômico", sendo facultado à Administradora mediante instruções da Consultora, alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- (l) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- (m) estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- (n) ter ciência de que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo e/ou resgate de Quotas;
- (o) ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- (p) reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail e/ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos e/ou gravação, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- (q) reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile e/ou via e-mail, isentando desde já o Administrador de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (r) obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações e/ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- (s) ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.612/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do Banco Central e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- (t) obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- (u) autorizar expressamente a Administradora a fornecer à Gestora cópia de toda sua documentação cadastral, bem como de toda e qualquer informação relativa ao Fundo e às movimentações financeiras por ele solicitadas (aplicações e resgates);
- (v) que os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- (w) em se tratando de Quotas emitidas com amparo de Prospecto, haver lido e entendido o inteiro teor do referido documento.

São Paulo, [] de [] de 2007.

Denominação social do investidor:
Nomes e cargos dos representantes legais:
CNPJ/MF:
E-mail:

[INSERIR NOME DO QUOTISTA]

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:



ANEXO III - POLÍTICA DE CRÉDITO

1. OBJETIVO

A presente política de crédito tem por objetivo definir níveis de aprovação e concessão de crédito por cada Cedente a seus clientes, bem como estabelecer procedimentos para análise e aprovação.

2. APLICAÇÃO

As orientações aqui contidas devem ser aplicadas na avaliação e na concessão de crédito a todos os clientes com os quais os Cedentes mantêm relações comerciais.

3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

3.1 CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DE CRÉDITO

3.1.1 LIMITES DE CRÉDITO

Os limites de crédito deverão ser expressos em moeda corrente nacional e estarão sujeitos a revisão a qualquer tempo, em caso de ocorrência de fato relevante relacionado ao Cedente e/ou a seus clientes. Os limites de crédito deverão ser reajustados sempre por ocasião de aumentos e reajustes de preços.

3.1.2 ANÁLISE DE CRÉDITO

O limite de crédito será concedido a cada cliente a partir da análise de ficha cadastral e das documentações obtidas em consultas de mercado realizadas, utilizando-se dos seguintes recursos, conforme o caso:

- a) Centrais de Informações;
- b) Fornecedores;
- c) Documentações específicas do cliente (ato de constituição da sociedade e suas respectivas alterações posteriores, quando pessoa jurídica, cédula de identidade e CPF/MF, quando pessoas físicas, etc.).

3.1.3 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A análise do risco de crédito para a definição dos limites deverá considerar os seguintes critérios de avaliação:

A. Histórico dos clientes dos Cedentes.

B. Informações de *bureaus* de crédito, tais como SERASA e/ou Equifax, conforme o caso.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
- DIVISÃO - RJ
ANEXO AO PROCEDIMENTO APROVADO

B.1. Inexistência de protestos ou cheques sem fundo ou protestos realizados nos últimos 20 anos;

B.2. Inexistência de execuções judiciais contra o cliente.

C. Consulta a certidões emitidas por Cartórios de Protestos, conforme o caso;

D. Consulta no Procon, conforme o caso;

E. Informações fornecidas por fornecedores;

F. Informações fornecidas por bancos e demonstrações financeiras;

3.1.4 SUSPENSÃO OU BLOQUEIO DE CRÉDITO

O limite de crédito concedido a um determinado cliente deverá ser imediatamente suspenso em caso se verifique a existência de:

- a) título em atraso por mais de 30 dias;
- b) encargos financeiros pendentes;
- c) cheques devolvidos/protestados; e/ou
- d) inatividade do cliente por 12 meses ou mais.

3.1.5 REABILITAÇÃO DE CRÉDITO

A reabilitação de crédito estará condicionada à realização de novo processo de análise do cliente.

5. SÍNTESE DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Resumidamente, os procedimentos de concessão de crédito podem ser esquematizados da seguinte maneira:



QUINTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
em 04/02/07 - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO



[Handwritten signature]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANÚNCIO

ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO
[•] DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Suplemento ao regulamento para emissão da [•] Série de Quotas Seniores da [•] Distribuição Pública de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "**Fundo**"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [•];
- b) Valor Unitário de Emissão: [•];
- c) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- d) Data de Resgate: dia 30 do [•] mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da [•] Série de Quotas Seniores do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de [•] das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * [•] \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

- f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas Seniores será amortizada integralmente na Data de Resgate, não existindo outras amortizações programadas / terá seu principal amortizado parcialmente segundo os percentuais e datas a seguir estabelecidos:

Percentual do Principal a ser Amortizado	Data de Amortização
[•]%	[•] de [•] de [•]
[•]%	[•] de [•] de [•]

- g) Forma de Integralização: [•]
- h) Número Mínimo de Quotas a ser Distribuído: [•]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANTERIOR

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras minúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

2.

Nome:

RG:

C.P.F./MF:



ANEXO DE RESOLUÇÃO E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
VENCIMENTO DO DOCUMENTO ASSINADO

ANEXO V - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Consultora.

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pelo Consultora segundo as etapas da cobrança são a seguir descritas:

- (a) após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, a Consultora enviará aos respectivos Devedores dos Direitos de Crédito:
 - a. notificação aos respectivos Devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao Artigo 290 do Código Civil; e
 - b. o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito que preverá o pagamento na Conta de Recebimento.
- (b) após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Consultora confirmará junto aos respectivos Devedores o recebimento do boleto de cobrança, mediante:
 - a. a realização de contato telefônico e envio de correspondência aos Devedores, solicitando a confirmação por escrito (via fax, e-mail ou carta) do recebimento do boleto de cobrança;
 - b. a Consultora poderá, adicionalmente, a seu exclusivo critério, solicitar a confirmação por escrito do Devedor da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
- (c) até 03 (três) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato por telefone com o respectivo Devedor que não tiver confirmado o recebimento do boleto de cobrança, com o objetivo informar ao Devedor o vencimento do Direito de Crédito e, se for o caso, providenciar a emissão da segunda via do boleto de cobrança;
- (d) após 02 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com o respectivo Devedor para comunicá-lo do vencimento e da necessidade de pagamento do Direito de Crédito correspondente em até 3 (três) Dias Úteis, contados de tal comunicação;
- (e) caso o Direito de Crédito não seja pago no prazo de 03 (três) Dias Úteis mencionado no item (d) acima, o Título de Crédito representativo do Direito de Crédito será levado a protesto pela Consultora no competente Cartório de Protestos;
- (f) caso o protesto não seja suscitado tempestivamente pelo respectivo Devedor, a Consultora entrará em contato com tal Devedor e com o Cedente a ele relacionada, com o objetivo de obter o pagamento do Direito de Crédito;
- (g) caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o procedimento de acompanhamento e cobrança previstos neste Anexo, a Consultora, a seu exclusivo critério e observado os limites previstos no Contrato de Consultoria, poderá conceder a prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos



RESERVA DE TITULO E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Direitos de Crédito, ou adotar outras alternativas eficazes para obter o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Créditos;

- (h) não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial do Direito de Crédito contra o Devedor, o Cedente e o respectivo garantidor do Título de Crédito, conforme o caso, de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.



REGISTRO DE IMPELOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
PROJ. DO DOCUMENTO ARQUIVADO

**ANEXO VI - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS
SENIORES**



**SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEKTORIAL
SILVERADO MAXIMUM
CNPJ nº 08.945.618/0001-65

Suplemento ao Regulamento para emissão de 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEKTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (vinte e cinco mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 1ª de agosto de 2007;
- d) Data de Resgate: dia 30 do 36º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 130% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{Taxa DI}{100} \right)^{252} - 1 \right) + 130\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da presente emissão;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão; e
- (iii) 60% (sessenta por cento) na Data do Resgate.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente.

ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
6º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
7º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
8º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
9º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
10º OFÍCIO - RJ

ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
11º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
12º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
13º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
14º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
15º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
16º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
17º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
18º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
19º OFÍCIO - RJ
ASSINATURA DE ATIVIDADE E DOCUMENTOS
20º OFÍCIO - RJ





RECEBIMOS DE SILVERADO
OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANEXADO

RECEBIMOS DE SILVERADO
OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANEXADO

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letra maiúscula (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

RECEBIMOS DE SILVERADO
OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ANEXADO

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2007.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Testemunhas:

1. Serviço de Atendimento ao Cliente
Nome: CAMILA RODRIGUES SOARES
RG: 343314 940195
CPF: 023.475.354 - 84

2. Assessoria Jurídica
Nome: ANTONIO MULLICA COSTA
RG: 924.213.881-V
CPF: 394.431.914-79



**ANEXO VII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS
SENIORES**

REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
INCLUIR AO DOCUMENTO ARQUIVADO



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.945.618/0001-66**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES OBJETO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 2ª Série de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizado nos termos do seu Regulamento, a serem objeto da 2ª Distribuição Pública de Quotas do Fundo, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de julho de 2008;
- d) Data de Resgate: dia 30 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 12,5% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente subsequentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{\frac{252}{\text{Dias Úteis}}} - 1 \right) * 12,5\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 18º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 30 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

RECEBIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Nº 010101-01
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

RECEBIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Nº 010101-01
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

RECEBIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Nº 010101-01
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

RECEBIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Nº 010101-01
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 42º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 54º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

a) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

b) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 01 (uma).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciadas em letras maiúsculas (exceto no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2008.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: [Assinatura]
Cargo: Gerente Geral de Serviços Clientes
Diretor

Nome: [Assinatura]
Cargo: Procurador
Mário Ferretti

RECEBIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Nº 010101-01
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

Representantes:

1. [Assinatura]
Nome: THIAGO DIAS AMARAL
RG: 40133774-5
C.P.F.: 054543331-17

2. [Assinatura]
Nome: SAVILA BORGES DE SOUSA
RG: 322325440-07
C.P.F.: 055.915.452-54

ROSEANA ALVES DE ANDRADE
Diretora Administrativa
CPF: 054.543.331-17
Assinatura: [Assinatura]
Carimbo: [Carimbo]
CPF: 054.543.331-17

[Assinatura]
[Carimbo]
[Carimbo]

REGISTRAR ESCRITOS E DOCUMENTOS
1ª OFICINA - RJ
MERC. DO DOCUMENTO ARQUIVADO

**ANEXO VIII - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SUBORDINADAS MEZANINO**



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1º OFÍCIO - RJ

ANEXO AO DOCUMENTO ARRECADADO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARRECADADO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARRECADADO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL

SILVERADO MAXIMUM

C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1º OFÍCIO - RJ

ANEXO AO DOCUMENTO ARRECADADO

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
I- DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO**

Suplemento ao Regulamento para emissão da Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezzanino do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezzanino;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de agosto de 2008;
- d) Data de Resgate: dia 05 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 170% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo, portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{TaxaDI}{100} \right)^{252/360} - 1 \right) * 170\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 18º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 05 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Suplemento do Regulamento Relativo às Quotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM**
C.N.P.J. nº 08.845.618/0001-64

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (vinte e cinco mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 1ª de agosto de 2007;
- d) Data de Resgate: dia 30 do 36º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 130% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) \cdot 130\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir:

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da presente emissão;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão; e
- (iii) 60% (sessenta por cento) na Data do Resgate.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente.


ADMINISTRAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
1º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DO DOCUMENTO ASSOCIADO

ADMINISTRAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
1º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DO DOCUMENTO ASSOCIADO

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

ADMINISTRAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
1º OFÍCIO - RJ
ARQUIVO DO DOCUMENTO ASSOCIADO

Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2007.

 Juana Jalón
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRÉDITORIOS MULTISSECTORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Testemunhas:

1. Carolina Rodrigues Silva

Nome: CAROLINA RODRIGUES SILVA

RG: 321314 040105

C.P.F.: 033.475.252-54

2. Caroline Mendes Calafato

Nome: CAROLINE MENDES CALAFATO

RG: 026.515.988-0

C.P.F.: 104.431.954-99



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO - RJ

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. N° 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES OBJETO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA**

Suplemento ao Regulamento para emissão da 2ª Série de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL SILVERADO MAXIMUM (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, a serem objeto da 2ª Distribuição Pública de Quotas do Fundo, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de julho de 2008;
- d) Data de Resgate: dia 30 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 125% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right) \cdot 125\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir.

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 18º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 30 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

4



RECEBIMOS DA TITULAR E DOCUMENTOS
Nº 001010 - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

RECEBIMOS DE TITULAR E DOCUMENTOS
Nº 001010 - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

(iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 42º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e

(iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 54º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

g) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente nacional.

h) Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas: 01 (uma).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estijam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2008.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO
MAXIMUM, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: [Assinatura]
Cargo: Marcelo Graccho de Severiano Cardoso
Diretor

Nome: [Assinatura]
Cargo: Urcio Ferreti
Procurador

RECEBIMOS DE TITULAR E DOCUMENTOS
Nº 001010 - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO

Testemunhas:

1. [Assinatura]
Nome: THIAGO VIREZ AMAR
RG: 40527774-3
C.P.F.: 054.543.331-19

2. [Assinatura]
Nome: AMILIA RODRIGUES SOARES
RG: 1.213.14.046/43
C.P.F.: 080.015.454-54

Roberto Antonio de Andrade
Escritório Substituto
CPF 97631
1246/971
1246/972 E
CPF 97631

RECEBIMOS DA TITULAR E DOCUMENTOS
Nº 001010 - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO
RECEBIMOS DA TITULAR E DOCUMENTOS
Nº 001010 - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSINADO



ANEXO IV

Suplemento do Regulamento Relativo às Quotas Subordinadas Mezanino

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RESERVA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO II - DOCUMENTO ANEXADO

REGISTRO DE ATOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO II - DOCUMENTO ANEXADO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
SILVERADO MAXIMUM
C.N.P.J. Nº 08.845.618/0001-64**

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO, RELATIVO À
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO**

Suplemento ao Regulamento para emissão da Distribuição Pública de Quotas Subordinadas Mezanino do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: até 15.000 (quinze mil) Quotas Subordinadas Mezanino;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) Data de Emissão: 28 de agosto de 2008;
- d) Data de Resgate: dia 05 do 66º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Privilegiada: acumulação de 170% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo, portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * 170\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir.

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 05 do 18º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 05 do 30º mês a contar da Data de Emissão estabelecida no item "c" acima, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;



ANEXO V

Súmula de Classificação de Risco das Quotas Seniores,
das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)


Relatório de Monitoramento

03/fev/2009

FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

Condomínio:	Fechado	Administrador:	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Prazo:	Indeterminado	Gestor:	Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.
Data de Registro:	02/06/2007	Custodiante:	Deutsche Bank S.A. Banco Alemão
Classes:	Sênior e Subordinadas Mezanino e Júnior	Auditor:	KPMG Auditores Independentes
Nr. Série:	2		
Política de Investimento:	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 50% do PL em Direitos Creditórios performados, em linha com critérios de elegibilidade e política de investimento definida no regulamento do FIDC. • Restante: moeda corrente nacional; títulos de emissão do Tesouro Nacional; títulos de emissão do Banco Central do Brasil; títulos públicos de emissão de estados e municípios; operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados, anteriormente contratadas com Instituições Autorizadas; e certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desamortização Social (FDS). 		
Concentração:	<ul style="list-style-type: none"> • O total de cobertura de qualquer Cedente em único Contrato de Cessão pode representar até 65% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; o total de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, relativos a um mesmo Devedor, pode representar até 65% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; o total de emissão e/ou cobertura de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física, pode representar até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O limite ora estabelecido não se aplica a títulos de emissão do Governo Federal; o total de emissão e/ou cobertura de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, pode representar até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. 		
Benchmark:	<ul style="list-style-type: none"> • 130% (cento e trinta por cento) do CDI para cotas seniores da 1ª série • 125% (cento e vinte e cinco por cento) do CDI para as cotas seniores da 2ª série • 170% (cento e setenta por cento) do CDI para as cotas subordinadas mezanino 		
Subordinação:	<ul style="list-style-type: none"> • Relação Mínima PL / Cotas Seniores = 130,0% 		

Regulamento 28/10/08

Analistas

Classe / Série	Out/08 (Atual)	Set/08	Jul/07 (Inicial)	Mauro Basso	Cátia Mota
Sênior / 1ª Série	A+ Estável	A+ Estável	A Estável	Tel.: 55 11 3377 0700 mauro.basso@austin.com.br	Tel.: 55 11 3377 0718 catia.mota@austin.com.br
Sênior / 2ª Série	A+ Estável	A+ Estável	A Inicial (Ago/08)		
Sub. Mezanino	BBB+ Estável	BBB- Inicial (Ago/08)			
Sub. Júnior	BB+ Estável	BB Inicial (Set/08)			
Validade do Rating: 31/ago/2009					

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 04 de fevereiro de 2009, manteve a classificação **A+** (A mais) para a Primeira e Segunda Séries de Cotas Seniores emitidas pelo FIDC Multissetorial Silverado Maximum (FIDC Silverado) e elevou a classificação das Cotas Subordinadas Mezanino de **BBB-** para **BBB+** (triple B mais) e das Cotas Subordinadas Juniores de **BB** para **BB+** (duplo B mais). Este relatório representa a análise do quarto trimestre civil de 2008 (de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2008).

Como fator relevante, destacam-se as três amortizações entre os meses de outubro e dezembro das Cotas Subordinadas Juniores, no valor total de R\$ 5.099.999,41. De acordo com o Regulamento do Fundo, a amortização das Cotas Subordinadas é facultada desde que a razão de garantia seja mantida e que o Fundo tenha recursos suficientes.

O FIDC tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, pela aplicação de recursos na aquisição de: (i) direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento do Fundo, (ii) ativos financeiros observando os critérios, a Política de Investimento e a Composição da Carteira do Fundo.

A manutenção da classificação para a Primeira e Segunda Série de Cotas Seniores do FIDC Silverado fundamenta-se no desempenho do Fundo durante o trimestre avaliado, bem como no seu enquadramento nos critérios / disposições especificadas no seu regulamento, particularmente a participação das Cotas Subordinadas Mezanino e Júnior, assim como em suas características estruturais.

Não obstante os critérios especificados no regulamento, a elevação da classificação das Cotas Subordinadas Mezanino fundamentou-se na significativa proteção proporcionada pela participação das Cotas Subordinadas Juniores no PL, assim como o alcance da meta de rentabilidade estabelecida pelo regulamento. A classificação das Cotas Subordinadas Juniores teve sua elevação com base na importante rentabilidade mensal, em comparação aos níveis de direitos creditórios vencidos e não pagos, conferindo, desta forma, proteção ao valor destas cotas.

O nível de participação médio de direitos creditórios vencidos e não pagos (DCVN) no total de direitos creditórios tem se mostrado cada vez menos representativo. Ressalta-se que o percentual de PDD em relação aos DCVNs é baixo, entretanto, este nível de DCVNs, não necessariamente, deve ser considerado como créditos inadimplentes. No entanto, a partir das informações disponíveis para a realização deste monitoramento, foi impossível caracterizar as diferentes faixas de atraso, inadimplência, taxa de recompra e perda efetiva da carteira de direitos creditórios, o que penaliza a análise de risco do FIDC Silverado. Embora não tenhamos acesso a informações sobre o prazo dos créditos inadimplentes, a constituição de provisionamento que prevista por regra contábil, indica a significativa qualidade da carteira.

Destaca-se como ponto positivo, a manutenção do crescimento do patrimônio do Fundo, com importante aumento na sua carteira de direitos creditórios, baseado em uma carteira pulverizada. Da mesma forma, os direitos creditórios que dão lastro ao Fundo têm obtido expressiva rentabilidade desde o início das suas operações, o que se materializa em um fator de proteção ao valor de suas cotas, uma vez que, com base no histórico, apresenta cobertura suficiente da média histórica dos créditos vencidos e não pagos.

Foram consideradas as características estruturais do FIDC dispostas no seu Regulamento, destacando-se os pontos mitigadores de risco, os rigorosos critérios para a seleção de direitos creditórios estipulados na política de investimento e nos critérios de elegibilidade descritos no regulamento do Fundo, definindo, em alto grau, o perfil de risco do Fundo. Paralelamente, incorporou de forma positiva a rigorosa política de crédito utilizada pela Consultora de Crédito para a seleção dos mesmos.

A classificação também reflete a inclusão (no Regulamento do Fundo) de uma taxa mínima de retorno (significativamente superior ao benchmark de remuneração das Cotas Seniores e igual à meta de remuneração das Cotas Subordinadas Mezanino) para os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo (a qual incorpora também os custos médios para sua manutenção), com reflexos positivos na proteção ao valor das Cotas Seniores e Subordinadas Mezanino, combinadas com a participação das Cotas Subordinadas Juniores, que se subordinam a estas classes de cotas (em termos de proteção contra inadimplências da carteira e contribuindo para garantir a rentabilidade do Fundo). A correlação entre o perfil de risco da carteira do Fundo, definido pela política de investimento, critérios de elegibilidade e política de crédito a ser implementada pela Consultora, assim como a significativa proteção proporcionada pela subordinação e rentabilidade dos direitos creditórios que compõem sua carteira, definem, em alto grau, o perfil de risco do Fundo e, consequentemente, sua classificação.

O Fundo mantém posição líquida, em 31 de dezembro de 2009, em CDBs de bancos como, por exemplo, HSBC, Votorantim e Bradesco, no total de R\$ 8.177.945,70, além de outros títulos de renda fixa. A manutenção da posição líquida é vista de maneira positiva pela Austin Rating, uma vez que mantém os saídos de caixa em ativos de baixo risco de crédito e elevada liquidez.

A classificação também considerou o total enquadramento do Fundo, com respeito aos principais parâmetros / critérios especificados no seu Regulamento.

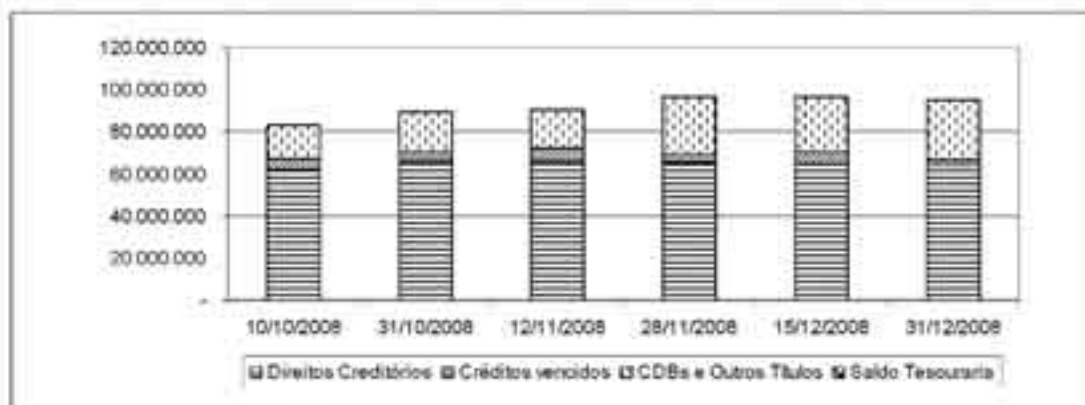


ENQUADRAMENTO

	Parâmetro	31/10/08	12/11/08	28/11/08	15/12/2008	31/12/08
Dir. Creditórios / PL	Mínimo 50%	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado
PL/ Cotas Sencioneis	120,0%	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado
Benchmark	130,0% CDI 125,0% CDI 170,0% CDI	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado	enquadrado

Posição da Carteira e % do PL												
Titulos/Datas	10/10/2008	%	31/10/2008	%	12/11/2008	%	28/11/2008	%	15/12/2008	%	31/12/2008	%
Direitos Creditórios	62.149.530	74,6	66.148.572	74,2	66.117.493	72,9	65.149.070	67,6	64.871.343	66,6	63.622.745	65,4
Créditos vencidos	4.795.323	5,8	4.433.074	5,0	6.302.363	6,9	4.435.411	4,6	5.723.518	5,9	2.986.721	3,1
Total Dir. Creditórios	66.944.853	80,4	70.581.646	79,2	72.419.856	79,8	69.584.481	72,2	70.594.861	72,5	66.609.467	68,4
CDIs e Outros Títulos	15.912.753	19,1	18.666.792	20,9	17.979.668	19,8	27.104.030	28,1	26.323.873	27,0	28.556.812	29,3
Saldo Tesouraria	309.838	0,4	4.279	0,0	137.509	0,2	10.544	0,0	11.861	0,0		0,0
Total Geral da Carteira	83.167.443	99,9	89.252.718	100,1	90.537.033	99,8	96.699.055	100,3	96.930.595	99,5	95.165.278	97,8
PDD	98.181	0,1	44.801	0,1	59.247	0,1	89.543	0,1	110.062	0,1	93.961	0,1

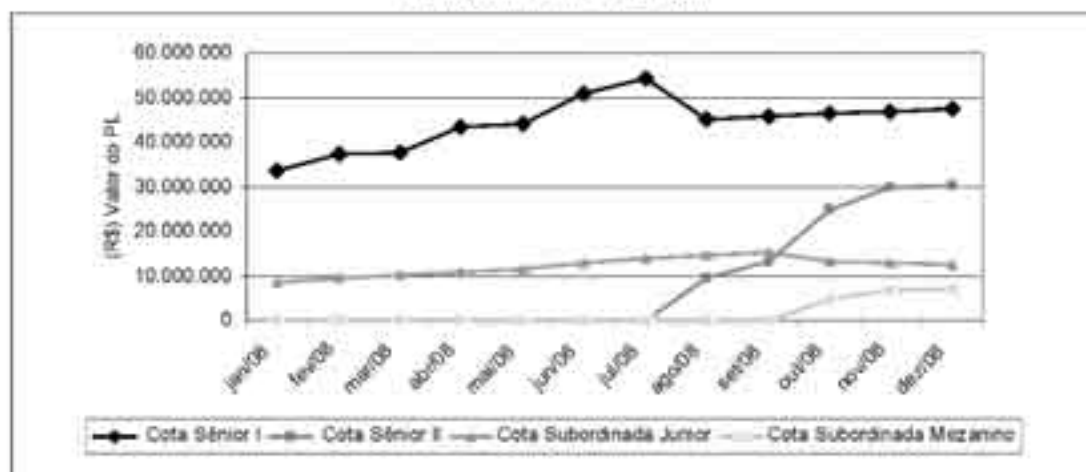
Composição da Carteira



Posição do PL							
Data	Cota Sênior I			Cota Sênior II			R Total do PL
	Qtde.	R / Un.	R Total	Qtde.	R / Un.	R Total	
31/12/2008	47.503	1.002,10	47.602.335,85	28.321	1.067,37	30.229.009,62	97.331.301,33
28/11/2008	47.503	967,82	46.024.065,52	28.274	1.052,75	29.754.917,58	96.434.229,68
31/10/2008	47.503	975,17	46.323.036,95	23.782	1.039,78	24.728.255,63	89.164.814,39
30/9/2008	47.503	960,49	45.625.612,29	12.888	1.024,72	13.206.685,01	74.255.857,74
29/8/2008	47.503	946,95	44.953.601,21	9.439	1.010,66	9.541.625,56	68.938.555,09
31/7/2008	47.503	1.145,03	54.392.082,89			-	68.394.013,90
30/6/2008	45.108	1.129,43	50.945.949,20			-	63.692.697,63
30/5/2008	39.607	1.115,68	44.189.386,24			-	55.738.270,62
30/4/2008	39.371	1.103,17	43.432.831,11			-	54.317.613,75
31/3/2008	34.434	1.090,45	37.548.555,30			-	47.564.385,30
29/2/2008	34.434	1.078,68	37.143.267,12			-	46.708.213,92
31/1/2008	31.433	1.067,63	33.558.813,79			-	41.907.928,03

Posição do PL									
Data	Cota Subordinada Mecanico				Cota Subordinada Junior				R Total do PL
	Qtde.	R / Un.	R Total	% do PL	Qtde.	R / Un.	R Total	% do PL	
31/12/2008	6.641	1.052,48	6.989.033,61	12,85%	8.664	1.444,03	12.510.922,25	7,18%	97.331.301,33
28/11/2008	6.498	1.032,91	6.711.516,05	13,52%	8.664	1.504,38	13.033.730,64	8,56%	96.434.229,68
31/10/2008	4.877	1.015,65	4.950.438,55	14,99%	8.664	1.542,39	13.363.063,23	5,33%	89.164.814,39
30/9/2008			-	20,77%	8.664	1.780,22	15.423.580,44	0,00%	74.255.857,74
29/8/2008			-	20,91%	8.664	1.663,59	14.413.128,29	0,00%	68.938.555,09
31/7/2008			-	20,47%	8.664	1.616,13	14.001.931,01	0,00%	68.394.013,90
30/6/2008			-	20,01%	8.040	1.585,38	12.746.748,43	0,00%	63.692.697,63
30/5/2008			-	20,72%	8.040	1.436,52	11.549.904,38	0,00%	55.738.270,62
30/4/2008			-	20,04%	8.040	1.353,60	10.884.782,64	0,00%	54.317.613,75
31/3/2008			-	21,06%	8.040	1.245,75	10.015.830,00	0,00%	47.564.385,30
29/2/2008			-	20,46%	8.040	1.189,67	9.564.946,80	0,00%	46.708.213,92
31/1/2008			-	19,92%	7.589	1.100,18	8.349.114,24	0,00%	41.907.928,03

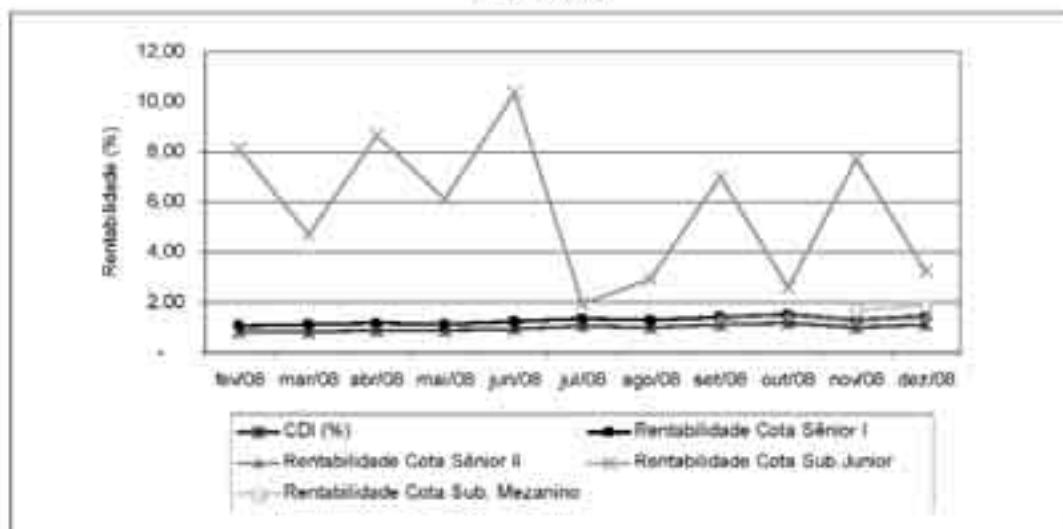
Evolução no Valor do PL Total



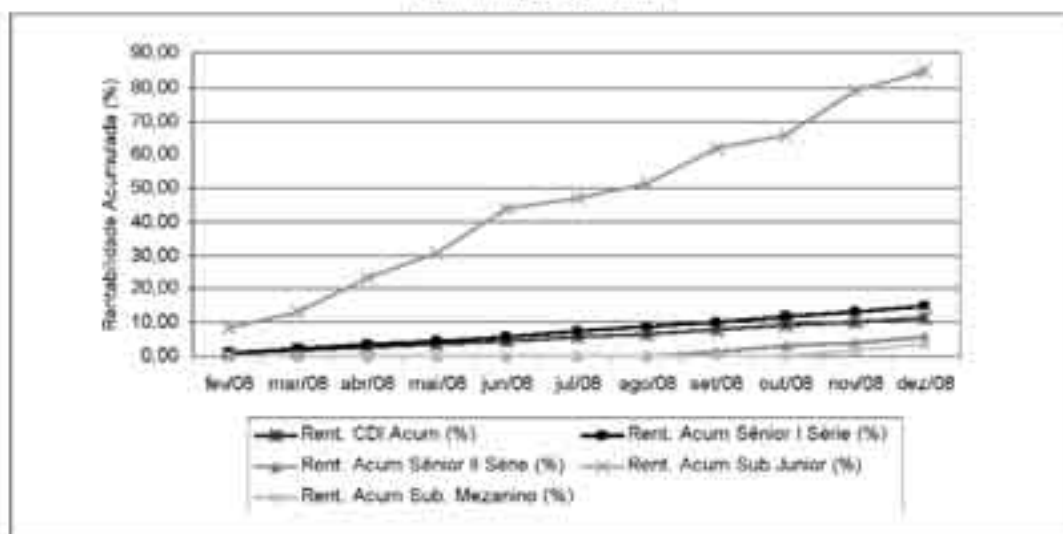
Rentabilidade Mensal da Cota

Data	CDI (%)	Cota Sênior I		Cota Sênior II		Cota Sub. Mezanino		Cota Sub. Junior	
		RentL (%)	% CDI	RentL (%)	% CDI	RentL (%)	% CDI	RentL (%)	% CDI
31/12/2006	1,11	1,45	130,10	1,39	125,06	1,69	170,49	3,26	293,68
28/11/2006	1,00	1,30	130,29	1,25	125,25	1,70	170,70	7,09	772,68
31/10/2006	1,17	1,53	130,22	1,47	125,18			2,61	222,65
30/9/2006	1,10	1,43	129,68	1,37	124,66			7,01	638,19
29/8/2006	1,01	1,32	130,20					2,94	289,95
31/7/2006	1,06	1,38	129,67					1,94	182,23
30/6/2006	0,95	1,23	129,91					10,38	1092,82
30/5/2006	0,87	1,13	130,17					6,11	701,38
30/4/2006	0,90	1,17	129,93					6,67	966,05
31/3/2006	0,84	1,09	130,12					4,71	562,16
29/2/2006	0,80	1,04	130,18					6,14	1023,37

Rentabilidade



Rentabilidade Acumulada





Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

AAA	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
AA	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é ímido.
A	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
BBB	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

BB	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
B	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
CCC	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
CC	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
C	A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de default. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Signos de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emissor de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juro e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emissor, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emissor em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emissor, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todas as direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

Demonstrações Financeiras Auditadas do Fundo relativas ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Multisetorial Silverado Maximum**
(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2007**



**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Multisetorial Silverado Maximum**

**(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)**

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstração das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 17



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
CASA POSTAL 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel: 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional: 55 (11) 2183-3001
Internacional: 55 (11) 2183-3034
Internet: www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Cotistas e à Administradora do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial
Silverado Maximum
(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum em 31 de dezembro de 2007 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido, correspondente ao período de 8 de agosto (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum em 31 de dezembro de 2007 e as movimentações de seu patrimônio líquido correspondente ao período de 8 de agosto (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

22 de fevereiro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-RJ


Ricardo Antônio Souza
Contador CRC 1SP15222/O-6-S-RJ

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
Disponibilidades	<u>7</u>	<u>0,02</u>
Banco conta movimento	7	0,02
Cotas de fundos de investimento	<u>10.496</u>	<u>29,63</u>
Mellon Fundo de Investimento Referenciado DI Longo Prazo	10.496	29,63
Títulos Privados	<u>1.116</u>	<u>3,15</u>
Cédula de Crédito Bancário - CCB Banco BNP Paribas S.A.	806	2,28
Certificado de Depósito Bancário - CDB Banco ABN Amro Real S.A.	310	0,87
Direitos creditórios	<u>23.599</u>	<u>66,67</u>
Direitos creditórios a vencer	19.936	56,32
Direitos creditórios vencidos	3.838	10,84
Provisão para devedores duvidosos	(175)	(0,49)
Valores a receber	<u>251</u>	<u>0,71</u>
Recebíveis a liquidar	251	0,71
Valores a pagar	<u>(73)</u>	<u>(0,20)</u>
Taxa de administração	(54)	(0,15)
Outros	(19)	(0,05)
Patrimônio líquido	<u>35.366</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido

Período de 8 de agosto (início das atividades do fundo) a 31 de dezembro de 2007

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Constituição		1.944
Cotas seniores	1.744.000 cotas a R\$ 1.000,000000	1.744
Cotas subordinadas	200.000 cotas a R\$ 1.000,000000	200
Cotas emitidas		31.735
Cotas seniores	24.694.932 cotas	25.159
Cotas subordinadas	6.571.617 cotas	6.576
Patrimônio líquido antes do resultado do período		33.679
Resultado do período		
Receitas		2.173
Rendimentos de operações de crédito		1.682
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		491
Despesas		(456)
Provisão para perdas com débitos creditícios		(175)
Taxa de administração		(182)
Despesas administrativas		(99)
Resultado do período		1.717
Patrimônio líquido ao final do período		35.396
Cotas seniores	26.438.932 cotas a R\$ 1.054,969882	27.892
Cotas subordinadas	6.771.617 cotas a R\$ 1.108,142533	7.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 8 de agosto (início das atividades do fundo) a
31 de dezembro de 2007

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum iniciou suas atividades em 8 de agosto de 2007 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com duração por tempo indeterminado. O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em vigor.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade do Fundo; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos em Regulamento.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada aos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- a. moeda corrente nacional;
- b. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c. títulos de emissão do Bacen;
- d. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- e. certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

A gestão da carteira é realizada pela Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais sujeitam-no às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Títulos privados

Os títulos privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos ("curva") até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos (nota 4) e quando existirem efetivas negociações no mercado.

b. Direitos creditórios a receber

i. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

ii. Direitos creditórios vencidos e não pagos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. *Provisão para devedores duvidosos (PDD)*

Os Direitos Creditórios são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações. Por definição no regulamento do Fundo, não será constituída provisão para perdas de operações sem parcelas vencidas.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento.

Caso os créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o provisionamento, estes são destinados exclusivamente e integralmente ao Fundo sendo revertida a provisão anteriormente constituída.

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- I. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- II. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados no custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

a. Composição da carteira

O Fundo mantém, em sua carteira títulos privados (CCB's e CDB's), classificados como títulos para negociação, no valor total de R\$ 806 com vencimento até 1 ano e R\$ 310 com vencimento após 1 ano. Os CCB's são atualizados por taxa pré enquanto que os CDB's são atualizados pela variação do certificado de depósito interbancário (CDI).

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações de derivativos, somente com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte somente as Instituições Autorizadas.

No período de 8 de agosto a 31 de dezembro de 2007 o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto, tendo sido contratada para avaliação a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., que atribuiu o rating preliminar A para as Cotas Seniores do Fundo, em 15 de outubro de 2007.

7 Direitos creditórios

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e os Cedentes, observadas as disposições dos respectivos Títulos de Crédito.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na data de aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- a. Os Direitos de Crédito devem ser representados por Títulos de Créditos, observados os limites de concentração estabelecidos em regulamento;
- b. Os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores; e
- c. Os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na data da respectiva cessão, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos.

O Fundo não adquirirá Direitos de Créditos representados por warrant, ou relativos contratos de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos.

O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito (i) que estejam vencidos e pendentes de pagamento quando da sua cessão; e/ou (ii) oriundos de Devedores que estejam inadimplentes com os Cedentes a mais de 180 dias na data da cessão.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Composição da provisão para devedores duvidosos (PDD)

Contratos	Nível de Risco	Parcelas			PDD	
		A vencer	Vencidas	Total	%	valor
A vencer	A	13.996	-	13.996	0	-
Vencidos até 14 dias	A	1.617	1.157	2.774	0,5	13
Vencidos entre 15 e 30 dias	B	2.226	299	2.525	1	25
Vencidos entre 31 e 60 dias	C	2.097	2.350	4.447	3	134
Vencidos entre 61 e 90 dias	D	-	32	32	10	3
		19.936	3.838	23.774		175

8 Gerenciamento de riscos

Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de a Administradora manter sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

9 Características e valorização das cotas

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- b. Quantidade de cotas: até 50.000 (cinquenta mil) cotas seniores;
- c. O valor unitário de emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- d. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos em regulamento;
- e. Meta de rentabilidade prioritária: acumulação de 130% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dia úteis;
- f. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a. Subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores em Circulação, admitindo-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- c. O Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Cotas Subordinadas será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) a seguir;
- d. Valor unitário calculado todo Dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos em regulamento;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- e. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- f. É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Cotas Subordinadas.

10 Emissões, amortização e resgate de cotas

a. Emissão

As cotas seniores e as cotas subordinadas serão emitidas por seu valor calculado respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados.

A partir da data da 1ª subscrição de cotas seniores de cada série e cotas subordinadas, seus respectivos valores unitários serão calculados todo dia útil.

b. Resgate

As cotas do Fundo somente serão resgatadas: (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das cotas seniores emitidas e em circulação e, das cotas subordinadas ou (ii) na data de liquidação do Fundo.

c. Amortização

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores de forma parcial conforme as datas de amortização programadas descritas abaixo:

- i. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 1º (primeiro) ano da presente emissão;
- ii. 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor ao final do 2º (segundo) ano da presente emissão; e
- iii. 60% (sessenta por cento) na data do resgate.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Enquadramento à Razão de Garantia

Desde a data da 1ª Subscrição de cotas seniores até a última data de resgate, a Consultora Silverado Informações Cadastrais Ltda. verificará, todo dia útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das cotas seniores do Fundo (a "Razão de Garantia") é igual ou superior à Relação Mínima. A Relação Mínima será de 110% (cento e dez por cento) até que a Razão de Garantia atinja 120% (cento e vinte e cinco por cento) ou transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos dois eventos estabelecidos a Relação Mínima passará a ser igual a 120% (cento e vinte e cinco por cento).

Caso a Razão de Garantia seja superior à Relação Mínima, a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das cotas subordinadas, do montante que exceder a Relação Mínima, mediante solicitação dos respectivos cotistas.

11 Custódia

Os títulos privados estão registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Administrador e a guarda da documentação dos títulos dos direitos creditórios, em conformidade com o contrato de cessão, está sob a responsabilidade da Consultora Silverado Informações Cadastrais Ltda., na qualidade de fiel depositário.

12 Negociação das cotas

As cotas seniores do Fundo serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, na CETIP e no BOVESPAFIX, de acordo com a legislação vigente.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

13 Encargos do Fundo

Taxa de administração

Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo, uma taxa de administração de 2% ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252, sobre o valor do patrimônio Líquido do Fundo verificado no dia útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior a R\$ 17.000,00 mensais, que deverá ser pago até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de cotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo. A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a gestora e a Consultora.

14 Evolução do valor da cota e rentabilidade

Data	Valor da cota senior	Rentabilidade %	Valor da cota subordinada	Rentabilidade %
31/12/2007	1.054,969882	5,50	1.108,142533	10,81
08/08/2007 (*)	1.000,000000	-	1.000,000000	-

(*) Início das atividades do Fundo.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

15 Tributação

Imposto de renda

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa do Administrador e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal através da Lei nº 11.033/07, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:

- I. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- II. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- III. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- IV. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

16 Contrato de prestação de serviço

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares e a Consultoria Silverado Informações Cadastrais Ltda., para a prestação dos serviços de (i) análise e seleção de potenciais Cedentes e dos respectivos Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, (ii) negociação dos valores de cessão com as respectivas cedentes; (iii) cobrança de todos os Direitos integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum

(Administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

17 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que o Administrador, no período, não contratou outros serviços prestados por seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

18 Demandas Judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

Relatórios Trimestrais do Fundo relativas aos períodos encerrados em 31 de março de 30 de junho de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

RELATÓRIO TRIMESTRAL ENCERRAMENTO – MARÇO/2008



FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
RELATÓRIO TRIMESTRAL – ENCERRAMENTO – MARÇO/2008

- 1 – Análise de Investimento
- 2 – Análise de Compliance com a Legislação e diversificação da carteira
- 3 – Taxas utilizadas nas Operações
- 4 – Verificação do lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo



FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
Relatório Trimestral – Encerramento Março/2008

1) ANÁLISE DE INVESTIMENTO

- ✓ Durante o período de janeiro a Março de 2008, o FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM apresentou uma performance dentro das nossas expectativas de médio prazo.

2) ANÁLISE DE COMPLIANCE COM A LEGISLAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

- ✓ O Fundo em epígrafe manteve, durante todo o trimestre, sua carteira aplicada em direitos creditórios, cota de Fundo de Investimento Renda Fixa e títulos privados respeitando, diariamente, os limites mínimos e máximos estabelecidos em seu regulamento.
- ✓ A análise de Compliance para o trimestre supracitado identificou que a carteira encontrava-se enquadrada com relação aos limites de composição e diversificação de portfólio estabelecidos no Regulamento e na Instrução Normativa nº 356, consolidada pela Instrução Normativa nº 393 da Comissão de Valores Mobiliários.

3) TAXAS UTILIZADAS NAS OPERAÇÕES

- ✓ O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor, conforme a análise de risco-retorno destas operações.
- ✓ Dada a natureza dos direitos creditórios, estes estão precificados conforme a sua curva de aquisição. Assim, como a parcela de juros da série de pagamento de um contrato de compra e venda de direitos creditórios pode variar de acordo com o período, a taxa utilizada pode também variar. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o manual de precificação da Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.



4) VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS QUE INTEGRAM A CARTEIRA DO FUNDO

- ✓ O custodiante verifica trimestralmente o lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo através do procedimento descrito no anexo:



- ✓ Segue o resultado da referida verificação.



Parâmetros indicados para determinar a amostra dos recebíveis:

1. O Custodiante deve analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados;

2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

2.1 - Obtenção de base de dados analítica por recebível;

2.2 - Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;

2.3 - Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;

2.4 - Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);

2.5 - Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;

2.6 - Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;

2.7 - Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

3. para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Deutsche Bank



São Paulo, 29 de julho de 2008.

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2000
São Paulo SP Brasil 04538-132

Tel 55 11 2113-5000

A
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
20030-905

Tel direto 55 11 2113-5007
Fax direto 55 11 2113-5170

At: Sr. Danilo Ribeiro

Ref: Manifestação quanto às medidas adotadas para sanar as inconsistências/pendências mencionadas no Relatório Trimestral, em especial no Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados.

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados" de emissão da KPMG datado de 12 de maio de 2008 (anexo), o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de custodiante do FIDC Multisetorial Silverado Maximum ("Fundo"), teve as seguintes considerações:

Os contratos não apresentados representam apenas 2% (dois por cento) do espectro analisado.

Ademais não foram detectadas inconsistências, em especial quanto ao Nome e CPF do Sacado, Valor da Duplicata e Data de Vencimento.

Em relação aos documentos cadastrais dos Sacados foram verificadas pendências. Neste sentido, a instituição Cederite está sendo comunicada para solucionar, no menor tempo possível, a regularização desta documentação.

Dos impactos das Inconsistências/Pendências

Em relação aos contratos não localizados, ainda que o percentual equivalente seja não significativo (2%), vis a vis a amostra observada dentro de um universo pulverizado, evidaremos todos os esforços para que no prazo acima mencionado as pendências sejam sanadas.

Diante da natureza dos créditos verifica-se que estas inconsistências não trazem risco adicional relevante à operação, uma vez que os dados dos contratos quanto ao valor do crédito e devedores apresentam-se consistentes.

Atenciosamente,

 
DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

Ricardo Norberto
Diretor de Custódia

Valéria Bataglin Mattos
Diretora Controladoria





FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM

**RELATÓRIO TRIMESTRAL
ENCERRAMENTO – JUNHO/2008**



FIDC MULTISETORIAL SILVERADO MAXIMUM
RELATÓRIO TRIMESTRAL – ENCERRAMENTO – JUNHO/2008

- 1 – Análise de Investimento
- 2 – Análise de Compliance com a Legislação e diversificação da carteira
- 3 – Taxas utilizadas nas Operações
- 4 – Verificação do lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo



FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM
Relatório Trimestral - Encerramento Junho/2008

1) ANÁLISE DE INVESTIMENTO

- ✓ Durante o período de Abril a Junho de 2008, o FIDC MULTISSETORIAL SILVERADO MAXIMUM apresentou uma performance dentro das nossas expectativas de médio prazo.

2) ANÁLISE DE COMPLIANCE COM A LEGISLAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

- ✓ O Fundo em epígrafe manteve, durante todo o trimestre, sua carteira aplicada em direitos creditórios, cota de Fundo de Investimento Renda-Fixa e títulos privados respeitando, diariamente, os limites mínimos e máximos estabelecidos em seu regulamento.
- ✓ A análise de Compliance para o trimestre supracitado identificou que a carteira encontrava-se enquadrada com relação aos limites de composição e diversificação de portfólio estabelecidos no Regulamento e na Instrução Normativa nº 356, consolidada pela Instrução Normativa nº 393 da Comissão de Valores Mobiliários.

3) TAXAS UTILIZADAS NAS OPERAÇÕES

- ✓ O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor, conforme a análise de risco-retorno destas operações.
- ✓ Dada a natureza dos direitos creditórios, estes estão precificados conforme a sua curva de aquisição. Assim, como a parcela de juros da série de pagamento de um contrato de compra e venda de direitos creditórios pode variar de acordo com o período, a taxa utilizada pode também variar. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o manual de precificação da Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.



4) VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS QUE INTEGRAM A CARTEIRA DO FUNDO

- ✓ O custodiante verifica trimestralmente o lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo através do procedimento descrito no arquivo anexo:



- ✓ Apesar do Administrador do Fundo haver enviado notificação ao custodiante para que apresentasse o resultado da referida verificação, o custodiante até o momento não apresentou as informações solicitadas.

Parâmetros indicados para determinar a amostra dos recebíveis:

1. O Custodiante deve analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados;

2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

2.1 - Obtenção de base de dados analítica por recebível;

2.2 - Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;

2.3 - Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;

2.4 - Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);

2.5 - Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;

2.6 - Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;

2.7 - Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

3. para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 :
Erro Estimado

A :
Tamanho da Amostra

N :
População Total

n_0 :
Fator Amostral

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII

Carta da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. informando a não alteração da Classificação de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em função das alterações ao Regulamento deliberadas na Assembléia Geral de 02 de fevereiro de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



São Paulo, 19 de março de 2009.

A

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Assunto: FIDC Multisetorial Silverado Maximum

Prezados Senhores,

Informamos para os devidos fins, que a Austin Rating mantém as Classificações de Risco A+ (A mais) para as Cotas Seniores das 1ª e 2ª Séries, BBB+ (triplo B mais) para as Cotas Subordinadas Mezanino e BB+ (duplo B mais) para as Cotas Subordinadas Júnior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum, afirmadas através de monitoramento na data de 03 de fevereiro de 2009. A Austin Rating acompanhará os riscos relativos a estas classes de cotas, pelo menos, até a data 31 de agosto de 2009.

Esta classificação se mantém após as alterações espontâneas efetuadas no regulamento tendo em vista a Assembleia Geral de Cotistas realizada em 02 de fevereiro de 2009.

Atenciosamente,



CATIA MOTA

AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ADMINISTRADORA E COORDENADORA

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

GESTORA

BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA.

CUSTODIANTE

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

CONSULTORA DE CRÉDITO

SILVERADO SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA.

CONSULTORES LEGAIS

SOUZA, CESCON AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESCH ADVOGADOS

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

AUDITORES

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES



(11) 3231-3003

winnerpublicidade.com